



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ISÍDIO NASCIMENTO MASCARENHAS

**ORDENAMENTO DO COMÉRCIO INFORMAL NO PROJETO NOVO CENTRO:
UMA EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE**

FORTALEZA
2022

ISÍDIO NASCIMENTO MASCARENHAS

ORDENAMENTO DO COMÉRCIO INFORMAL NO PROJETO NOVO CENTRO:
UMA EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de políticas Públicas.

Professora-Orientadora: Dr^a Alba Maria Pinho de Carvalho.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M361o Mascarenhas, Isidio Nascimento.

Ordenamento do comércio informal no projeto Novo Centro: uma
experiência de Avaliação em Profundidade / Isidio Nascimento Mascarenhas. – 2022.

202 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências
Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

1. Projeto Novo Centro. 2. Ordenamento Urbano. 3. Camelôs. 4. Cidade. 5. Avaliação
em profundidade. I. Título.

CDD 320.6

ISÍDIO NASCIMENTO MASCARENHAS

ORDENAMENTO DO COMÉRCIO INFORMAL NO PROJETO NOVO CENTRO:
UMA EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de políticas Públicas.

Aprovado em: 17/10/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Doutora Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Doutor Márcio de Souza Porto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Doutor Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Doutor Marco Aurélio de Andrade Alves
Universidade Vale do Acaraú (UVA)

A Deus;

A meus Pais, meu irmão e a minha família;

À minha esposa Muniky;

A mim.

AGRADECIMENTOS

Tornar-me mestre sempre foi um objetivo desejado no bojo do ensino, desde os tempos do ensino médio no Juazeiro do Norte. Esse objetivo que ora as vezes parecia mais próximo, ora mais distante, foi encarado com bastante seriedade e obstinação pessoal por mim, com ajuda da parceria AFIM – UFC, ao qual logrei êxito no processo seletivo.

Como tudo na vida, em especial a minha, nem tudo acontece com a maior facilidade e planejamento que propomos, mas no final, certamente, conseguimos chegar lá. Mas, particularmente, esse foi um processo, ainda mais penoso que o habitual, requerendo mais esmero, mais dedicação e mais gana para chegar a sua conclusão.

Nos dias agitados ou nas noites mais silenciosas, o trabalho que poderia ser solitário, cansativo e enfadonho, foi amenizado pela parceria, compreensão e ajuda da minha esposa Muniky, que com seu amor, paciência e inteligência, soube dosar gotas de entusiasmo, sabedoria e perseverança para que o meu trabalho fosse exitoso.

À Muniky, meu amor, minha esposa, minha parceira e confidente, agradeço imensamente todo o apoio dedicado a mim; certamente sem você além de ter sido mais difícil, não iria conseguir chegar ao final dessa jornada.

Jornada essa que me trouxe muitas dúvidas, ansiedade, angústias, dores, quilos a mais, frustrações e alegrias. E por isso dedico a Deus, a quem rogo todo meu agradecimento, por ser sustentáculo moral e psicológico em minha vida, para enfrentar as dificuldades diárias.

À minha família, em especial aos meus pais, Cícero e Fátima, que desde sempre, com muito sacrifício e luta, dedicaram todos seus esforços físicos e econômicos, a dar-nos, a mim e aos meus irmãos, os melhores instrumentos educacionais possíveis, não medindo esforços em nenhum momento, por sempre acreditarem ser a educação, o melhor investimento de um pai a um filho.

Ao meu irmão Cícero, e nele externo meus agradecimentos a todos os meus familiares, que direta ou indiretamente me ajudaram em algum momento da minha vida.

À professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho minha querida e diletta orientadora, pelos vastos ensinamentos repassados, pelos conselhos, pelas dicas e pelas correções. Um poço inesgotável de doçura e sabedoria. Uma educadora completa.

Ao querido amigo e professor Doutor Márcio de Souza Porto, pela enorme contribuição nas dicas e conhecimentos transmitidos ao longo dessa trajetória, além da sua disponibilidade em participar da banca examinadora.

Ao professor Doutor Carlos Américo Leite Moreira por todo o seu incentivo na trajetória acadêmica e por sua disponibilidade em participar da nossa banca.

Ao professor Doutor Marco Aurélio de Andrade Alves por prontamente ter aceito participar da minha banca e certamente contribuir com o êxito desse trabalho acadêmico.

À AFIM pela oportunidade de ajudar na realização de um sonho.

Aos colegas do mestrado, pelos incentivos, pelas informações, pelas dicas, por todas as vezes que além de colegas, foram parceiros nessa árdua tarefa que é a conclusão de um mestrado.

“O mundo é a provocação do Homem” (Bachelard, 1976).

RESUMO

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, em meados de 2018, alicerçada pela Política Pública Municipal de Ordenamento Urbano, desenvolveu no Centro da cidade, um processo de reordenamento dos camelôs, a partir de um projeto denominado de Novo Centro. O presente estudo investigativo denominado - Ordenamento do Comércio Informal no Projeto Novo Centro: Uma experiência de Avaliação em Profundidade, foi proposto a partir da nossa experiência profissional como Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária bem como Gerente de Fiscalização da AGEFIS – Agência de Fiscalização de Fortaleza na área do Centro da cidade. O estudo objetiva avaliar em profundidade o Projeto Novo Centro, a partir do ordenamento do comércio informal, executado nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, a partir de 2018. O estudo, além dos dados coletados, através de pesquisa bibliográfica e documental, buscou levantar ainda, dados primários, como questionários, entrevistas semiestruturadas e entrevistas em profundidade. Destaca-se a participação dos 360 camelôs que foram entrevistados através de questionários. Além dos fiscais, lojistas, e gestores que também contribuíram com o processo através de entrevistas. Este estudo foi desenvolvido através de modalidade de pesquisa social de cunho qualitativo com aportes quantitativos, circunscritos em tabelas e gráficos. O trabalho de campo revelou que o resultado do projeto foi aceito como satisfatório pela maioria dos sujeitos envolvidos, mas ficou evidente que o projeto só reforçou a força e os interesses capitalistas dos lojistas locais.

Palavras-chave: projeto novo centro; camelôs; ordenamento urbano; cidade; capitalismo; avaliação em profundidade.

ABSTRACT

The City Hall of Fortaleza, in mid-2018, based on the Municipal Public Policy for Urban Planning, developed a process of reorganizing the street vendors in the city center, based on a project called Novo Centro. The present investigative study called - Informal Commerce Planning in the Novo Centro Project: An In-Depth Assessment Experience, was proposed from our professional experience as an Urban Activities and Sanitary Surveillance Inspector as well as Inspection Manager at AGEFIS - Agência de Fiscalização de Fortaleza in the downtown area. The study aims to evaluate in depth the Novo Centro Project, based on the planning of informal commerce, carried out on Guilherme Rocha and Liberato Barroso streets, from 2018. The study, in addition to the data collected, through bibliographic and documentary research, sought to raise still, primary data, such as questionnaires, semi-structured interviews and in-depth interviews. The participation of the 360 street vendors who were interviewed through questionnaires stands out. In addition to inspectors, shopkeepers, and managers who also contributed to the process through interviews. This study was developed through a qualitative social research modality with quantitative contributions, circumscribed in tables and graphs. The fieldwork revealed that the result of the project was accepted as satisfactory by most of the subjects involved, but it was evident that the project only reinforced the strength and capitalist interests of local shopkeepers.

Keywords: new center project; camelôs; urban planning; city; capitalism; in-depth assessment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Refere-se ao anexo I do artigo 13 da Lei Complementar nº 0278/2019	86
Tabela 2 -	Síntese da portaria 812/2018	93
Tabela 3 -	BRASIL: Evolução do grau de formalidade e informalidade nos anos	113
Tabela 4 -	Quantidade de ambulantes existentes antes do ordenamento novo centro	148
Tabela 5 -	Quantidade de ambulantes contemplados após o ordenamento novo centro	148
Tabela 6 -	Síntese do quantitativo de camelôs por gênero nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso	160
Tabela 7 -	Renda obtida pelos camelôs	161
Tabela 8 -	Quantitativo de posse e propriedade dos quiosques	162
Tabela 9 -	Relação profissional além da de camelô	163
Tabela 10 -	Relação de paternidade/maternidade dos camelôs	163
Tabela 11 -	Quantitativo de camelôs que contribuem com o INSS	164
Tabela 12 -	Preferência por situação dos camelôs	169
Tabela 13 -	Relação dos fiscais com os camelôs	170
Tabela 14 -	Relação dos lojistas com os camelôs	171

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa do Siará Grande (1800)	66
Figura 2 -	Planta da vila de Fortaleza de nossa senhora de assunção (1730)	68
Figura 3 -	Planta da vila de Fortaleza proposta por Silva Paulet	69
Figura 4 -	Quiosque novo (aberto) em que passaram a trabalhar os camelôs	92
Figura 5 -	Quiosque novo (FECHADO)	92
Figura 6 -	Vista frontal do Feirão São Paulo	150
Figura 7 -	Boxes dentro do Feirão São Paulo	151
Figura 8 -	Boxes abandonados no Feirão São Paulo	152

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Taxa trimestral de desocupação – Estado do Ceará (2017 a 2019)	126
Gráfico 2 -	Gráfico de avaliação do Projeto Novo Centro pelos Fiscais da AGEFIS do Centro	143
Gráfico 3 -	Gráfico das respostas dos Fiscais sobre questionamento na entrevista	144
Gráfico 4 -	Avaliação pelos Fiscais de quem foi mais beneficiado com o Projeto Novo Centro	145
Gráfico 5 -	Quantitativo de homens x mulheres na rua Guilherme Rocha	160
Gráfico 6 -	Quantitativo de homens x mulheres na rua Liberato Barroso	160
Gráfico 7 -	Quantitativo comparativo de renda entre as duas ruas	161
Gráfico 8 -	Quantitativo do estado civil dos camelôs	164
Gráfico 9 -	Escolaridade dos camelôs	165
Gráfico 10 -	Avaliação do projeto novo centro pelos camelôs	166

LISTA DE SIGLAS

AFIM	Associação dos Fiscais do Município de Fortaleza
AGEFIS	Agência de Fiscalização de Fortaleza
ASCAF	Associação dos Camelôs de Fortaleza
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza
COVID-19	Doença causada pelo agente do coronavírus (nCoV-2019)
CIC	Centro Industrial do Ceara
CUCA	CUCA – Centro Urbanos de Cultura e Arte
ETUFOR	Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza
FACIC	Federação das Associações do Comércio, Indústrias, Serviços e Agropecuária do Ceará
FECOMERCIO	Federação do Comércio do Ceará
FIEC	Federação da Indústria e Comércio do Ceará
GMF	Guarda Municipal de Fortaleza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
MAPP	Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas
MEI	Microempreendedor Individual
MP	Medida Provisória
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLANEFOR	Plano Estratégico de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PPDUA-FOR	Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Fortaleza
PPS	Partido Popular Socialista

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SER	Secretaria Executiva Regional
SERCEFOP	Secretaria Executiva Regional do Centro
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
SPLAN	Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Disposições preliminares	17
1.2	O olhar avaliativo sobre a pesquisa	21
1.3	Dinâmica expositiva do texto	26
2	OS BILROS DO PESQUISADOR: Caminhos metodológicos para uma avaliação em profundidade	28
2.1	A pesquisa como atividade racional: O vetor epistemológico na pesquisa	29
2.2	Alguns passos do pesquisador a abrir caminhos	32
2.3	Avaliação em profundidade	33
2.3.1	Conteúdo da Política	36
2.3.2	Análise de Contexto	38
2.3.3	Trajetória Institucional	40
2.3.4	Espectro Temporal e Territorial	41
3	CIDADE COMO LÓCUS DE CONTRADIÇÕES: Fortaleza e sua expansão urbana	44
3.1	A origem da Cidade e a relação com o capitalismo: os reflexos em sua urbanização	44
3.2	O Direito à Cidade: Luta, identificação e pertencimento	52
3.3	As contradições da expansão urbana em Fortaleza	56
4	CENTRO, DO PASSADO AO PRESENTE: Redescobrimo o seu lugar de debate	63
4.1	Ceará: um mergulho em seu passado	64
4.2	Desbravando Fortaleza	67
4.3	Centro: o coração de Fortaleza	72
4.4	O Centro e a sua eterna busca por requalificações	81
4.5	O projeto Novo Centro: Uma experiência de Política Pública de Ordenamento Urbano	85
5	ECONOMIA E POLÍTICA: Uma relação umbilical na concepção do Estado contemporâneo	96
5.1	Tessituras analíticas básicas	97

5.2	Impactos das transformações no mundo do trabalho: Natureza estrutural do Trabalho Informal nas novas configurações do Capitalismo	100
5.2.1	Dimensão estrutural do Trabalho Informal na moderna face Capitalista	100
5.2.2	Conceituando a Informalidade	103
5.2.3	Precarização do Trabalho Informal: Camelôs e o Projeto Novo Centro	105
5.3	Estado Brasileiro Contemporâneo: uma abordagem analítica em nível Federal	110
5.4	Estado no contexto do Ceará: uma abordagem analítica em nível Estadual	119
5.5	Estado em Fortaleza: Uma abordagem analítica Municipal	127
6	PROJETO NOVO CENTRO: Uma avaliação na perspectiva dos sujeitos envolvidos	137
6.1	AGEFIS	138
6.2	SERCE	146
6.2.1	Feirão São Paulo	149
6.3	Lojistas	154
6.4	Camelôs	158
6.4.1	Camelôs e a dura relação com a Covid-19	173
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
	REFERÊNCIAS	183
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO COM CAMELÔS DAS RUAS GUILHERME ROCHA E LIBERATO BARROSO	194
	ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM LOJISTAS DAS RUAS GUILHERME ROCHA E LIBERATO BARROSO	196
	ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM FISCAIS QUE TRABALHAM NO CENTRO	197

1 INTRODUÇÃO

Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco
Sem parentes importantes
E vindo do interior
(Belchior)

1.1 Disposições Preliminares

Cabe, em primeiro lugar, delinear elementos de minha trajetória pessoal e profissional, no esforço de circunscrever o meu lugar de fala. Sou¹ natural de Juazeiro do Norte-CE e desde pequeno convivo com a realidade do comércio ambulante, haja vista a “Meca² do Cariri”, como é chamada a cidade de Juazeiro, ser um polo de turismo religioso do Brasil, atraindo centenas de romeiros que, anualmente, visitam a terra do Padre Cícero.

Por anos pudemos conviver diariamente com a logística de organização ou desorganização dos ambulantes, na montagem e desmontagem de barracas, nas lutas por espaços físicos, nos confrontos com autoridades policiais e entes da esfera administrativa municipal; na venda e aluguéis de espaços públicos, como se os vendedores que assim procedem fossem donos do quinhão público, dentre tantas outras situações.

Há nove anos exerço o cargo de Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Fortaleza e, dentro desse período, pudemos trabalhar muito tempo na fiscalização noturna em nossa cidade, principalmente no enfrentamento da poluição sonora, como, também, pudemos

¹ Isídio Nascimento Mascarenhas mestrando em Avaliação de Políticas Públicas, natural do Juazeiro do Norte-CE, advogado e servidor público do Município de Fortaleza.

² Cidade da Arábia Saudita em que nasceu Maomé, considerada pelos muçumanos como a cidade mais sagrada do mundo. No texto se faz um comparativo de Meca com Juazeiro do Norte, cidade em que viveu Padre Cícero Romão Batista, sendo seu primeiro prefeito e na qual foi atribuído ao mesmo, dezenas de milagres, mesmo após sua morte, o que gera anualmente diversas romarias de fiéis a cidade, movimentando consideravelmente o turismo e a economia daquela cidade.

desenvolver um plano de ordenamento dialogado junto a ambulantes nos bairros do José Walter e Conjunto Ceará, bairros periféricos da nossa cidade, Fortaleza.

Entre os dois meses finais de 2017 e os dois meses iniciais de 2020 estivemos à frente da Gerência de Fiscalização da AGEFIS – Agência de fiscalização de Fortaleza, responsável pela área do Centro de Fortaleza. Esse lapso temporal coincidiu com a aprovação no MAPP³ e o início do desenvolvimento desse trabalho que continuou durante todo o ano de 2020.

Logo que assumimos esse mister ficávamos incomodados com a quantidade de ambulantes que se aglomeravam nas principais ruas do bairro, sem qualquer controle por parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza, seja um cadastro atualizado, ou o mínimo, uma autorização válida, já que a última autorização válida concedida pela Prefeitura àqueles ambulantes datava de 2011.

Vale destacar que, no Centro de Fortaleza, segundo dados da ETUFOR – Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza, transitam diariamente trezentas e cinquenta mil pessoas em dias comuns, e em datas comemorativas, esse número se eleva para seiscentas mil pessoas circulando por estes espaços

Em meio a uma crise econômica que assola o nosso país já há alguns anos, com reflexo no crescente número de desempregados, a quantidade de ambulantes aumentou consideravelmente nos últimos meses. E o Centro, pelo fluxo de pessoas que transitam e, por sua natural atração comercial, é um espaço bastante desejado pelos ambulantes.

Segundo dados do IBGE, em matéria veiculada no jornal Diário do Nordeste, “de acordo com os números, que integram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a taxa média de informalidade no Ceará marcou 54,9%, em 2019, quinta maior do Brasil e a terceira maior dentre os estados do Nordeste” (Diário do Nordeste, 2019). No Nordeste, em critério de informalidade, perdemos apenas para estados como Piauí e Maranhão.

³ MAPP é o Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.

Então, como Gerente de Fiscalização da AGEFIS no Centro, resolvemos fazer um levantamento da quantidade de ambulantes que trabalhavam nas principais ruas, e, então designamos alguns colaboradores para fazer esse trabalho, de forma que não fossem notados, já que se o fossem, comprometeria sobremaneira o resultado do trabalho, haja vista que muitos dos ambulantes anseiam por um cadastro válido, o que significa trabalhar sem qualquer medo de apreensões ou multas.

O levantamento durou um tempo superior ao que projetávamos, já que foi preciso revisá-lo rua a rua, ao constatarmos que o fluxo de ambulantes fixos na mesma rua oscilava durante os dias da semana. De fato, nos dias mais próximos ao final de semana o fluxo aumentava, sendo o sábado o dia de maior aglomeração.

Esse levantamento chegou a um número próximo a 3.800 ambulantes fixos, considerando aqueles que vendem sempre nos mesmos locais, os conhecidos camelôs. Esse levantamento não considerou os ambulantes propriamente ditos, tais como vendedores que usam bicicletas, vendem perambulando de rua em rua. Assim, tal levantamento não computou os ambulantes da Feira José Avelino, conhecida feira no centro de Fortaleza.

Cabe ressaltar que não é dever institucional da fiscalização, ordenar o comércio ambulante, cabendo-lhe o trabalho posterior ao ordenamento, no caso, a fiscalização propriamente dita. Contudo, se não há ordenamento ou se ele não é bem feito, o trabalho fiscalizatório é deveras complicado, e daí, muitas vezes, injusto ou como muitos julgam: desumano.

Vejamos a situação na prática: se 3.800 pessoas não possuem qualquer cadastro válido, a retirada de um ou dois camelôs de seus locais, torna-se injusta se pensarmos que todos os outros também não possuem a mesma documentação exigida, sendo apenas um critério subjetivo e não objetivo-legal, como deveria ser.

Mas infelizmente era assim que o trabalho de fiscalização era feito, muita das vezes, atendendo ao pedido de lojistas e comerciantes, já que os ambulantes retirados estavam a atrapalhar seus negócios.

O transcrito acima certamente seria o necessário para justificar a pesquisa avaliativa, ora em curso. A res pública que deveria orientar o trabalho fiscalizatório é desconsiderada, passando a ser objeto de disputa, numa clássica expressão de luta de classes: Lojistas x Ambulantes, regulamentada através de um ordenamento pelo ente Municipal.

Já conceituava Hanna Arendt sobre o que é ser público, sobre a res pública:

significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. (...) Em segundo lugar, o termo 'público' significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar em que nos cabe dentro dele (ARENDR, 1993, p. 59-62).

Essa era uma problemática que me afligia como servidor e me levou a estudá-la como pesquisador: a ocupação irregular do espaço público pelos camelôs no Centro de Fortaleza. Mobiliza-nos uma questão central: como seria possível entender a lógica da irregularidade se esse espaço, em tese, deveria ser de todos?

É bem claro que a Política Pública a ser estudada nessa pesquisa avaliativa é a Política Pública Municipal de Ordenamento Urbano, que além de ser próxima a nossa realidade profissional, é um Política, em nossa sociedade, que ainda carece de mais estudos e ser melhor executada.

No exercício do nosso trabalho como fiscal a atuar no Centro de Fortaleza, fomos surpreendidos, alguns meses depois, com o anúncio, por parte da Prefeitura de Fortaleza de um projeto denominado de "Novo Centro"⁴. Tal projeto não se restringia apenas ao ordenamento do comércio ambulante, mas também à requalificação de vias, reformas de praças, mudança no trânsito e no cabeamento da fiação elétrica, dentre outras ações.

Esse Projeto Novo Centro inicialmente deixou-me muito entusiasmado à medida que eu esperava que tais medidas pudessem ser

⁴ O Projeto Novo Centro foi instituído formalmente através do Comitê Municipal de Acompanhamento do Plano de Ação Novo Centro, Decreto Municipal nº 14.296, de 24 de setembro de 2018, considerando como pressuposto basilar o Plano Fortaleza 2040, sendo tal Projeto vinculado a SERCE e, sendo um de seus objetivos, principais, transformar a cidade de Fortaleza em uma cidade mais justa e acolhedora, bem como, tendo com uma de suas atribuições: estimular o ordenamento do comércio informal no Centro de Fortaleza.

favoráveis tanto para os ambulantes, como para os lojistas, como para todos que trabalham, vivem ou passam pela área central de Fortaleza.

As aulas de diversos professores do MAPP, em especial da minha orientadora Profa. Dr^a Alba Maria Pinho de Carvalho⁵ fez com que a cegueira do relativismo do senso-comum fosse curada pela análise crítica, densa e avaliativa do que realmente está posto, buscando um aprofundamento acadêmico necessário, ouvindo, lendo e estudando sobre todas as categorias envolvidas no projeto estudado.

Dessa forma, essa pesquisa objetiva avaliar em profundidade o Projeto Novo Centro, a partir do ordenamento do comércio informal, executado nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, nos anos de 2018 a 2020.

1.2 O olhar avaliativo sobre a pesquisa

A avaliação em profundidade é um processo que permite apreciar muito além do que está posto, perceptível a todos, possibilitando ver além do óbvio, e adentrar em entranhas inimagináveis, a requerer muito trabalho do pesquisador. Segundo a professora Léa “a proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa” (RODRIGUES, 2002, p.11).

Conforme a proposição de Rodrigues, quatro são os eixos da avaliação em profundidade, quais sejam: análise do conteúdo da política, análise do contexto, análise da trajetória institucional da política e espectro temporal e territorial. Em coerência com o enunciado pela referida autora, pretendemos avaliar o objeto da pesquisa, inserindo-lhe nos quatro eixos propostos.

Assim, não competirá ao pesquisador, apenas o esclarecimento teórico do que seja cada eixo avaliativo. Muito pelo contrário, considerando que

⁵ Ficamos surpresos e felizes com a escolha de sermos aluno-orientando da Profa. Alba Carvalho, encarando a escolha não apenas como um prêmio, mas, principalmente como um desafio de executarmos um trabalho à altura da orientadora.

cada momento já está devidamente explicitado na proposta, cabe-nos viabilizar os quatro eixos no processo avaliativo do objeto da investigação. E, neste sentido, precisamos exercer uma vigilância permanente, tendo em vista que vamos avaliar algo no interior da nossa vivência profissional. É preciso atentarmos para o que alerta Carvalho e Gussi:

esta perspectiva sócio-política de avaliação em profundidade de políticas públicas [...] como construção é um processo em aberto. E, neste sentido, é decisivo ter clareza que a avaliação de políticas públicas nunca é um exercício desinteressado e formal. É um processo de aproximações sucessivas que assume uma dimensão política. O avaliador pensa e avalia de um lugar sócio-político, a exigir uma vigilância permanente para não cair nas armadilhas da subjetividade, dos próprios interesses, da vinculação institucional que podem implicar em vieses avaliativos” (CARVALHO; GUSSI, 2011, p. 7).

Nesse trabalho, buscamos alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Configurar o Projeto Novo Centro, implantado pela Prefeitura de Fortaleza, analisando sua gênese, objetivos e sua real necessidade, dentro do espaço e contexto político em que está inserido;
- Investigar o contexto de relações de forças políticas e econômicas que atuaram diretamente para a emergência do Projeto Novo Centro;
- Analisar o processo de Ordenamento Urbano efetuado junto aos camelôs pela Prefeitura Municipal de Fortaleza no âmbito do Projeto Novo Centro, delimitando os seus reais objetivos;
 - Avaliar as consequências pós-processo de ordenamento do comércio informal nas Ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso para os camelôs;
 - Compreender o Centro e a sua importância como espaço de disputa de poder entre as categorias de ambulantes e lojistas.

Pelo tamanho do Centro não seria razoável efetuar uma pesquisa que englobasse toda aquela região geográfica. Assim, por questões de aprimorar o processo de investigação científica, decidimos delimitar espacialmente o estudo nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, o equivalente a exatamente a oito quarteirões, ou seja, a primeira rua com três e a segunda com cinco quarteirões respectivamente.

Convém ter presente, como horizonte, que o exercício de qualquer política pública precisa ser plural, democrática e consoante com os anseios da sociedade, e não apenas de parte dela. Nesse sentido, inspiramo-nos no que Carlos Nelson Coutinho declara em uma entrevista a Caros Amigos: “numa sociedade capitalista sempre há déficit de cidadania; em uma sociedade de classes, por mais que sejam universalizados os direitos, o exercício deles é limitado pela condição classista das pessoas” (COUTINHO, 2010, p. 5).

Logo, é decisivo, na avaliação de uma dada política pública, situar a condição de classe dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, é deveras importante, avaliar o Projeto Novo Centro considerando as forças sociais que interferem na sua elaboração e implantação.

Assim, delineiam-se como questionamento centrais: Como vem se dando esse ordenamento, tendo em vista a situação específica dos camelôs? No contexto das relações de forças econômicas e políticas, que estão na base do Projeto Novo Centro, como se situam os diferentes segmentos, como os lojistas, representados pela CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza e os ambulantes, representados pela ASCAF – Associação dos Camelôs de Fortaleza? Em que medida, os camelôs tem voz neste processo de ordenamento do comércio informal que tem implicações decisivas em suas vidas? Enfim, é necessária avaliar a questão da democracia e da participação social nas configurações do Projeto Novo Centro.

Tais questionamentos remetem a um eixo central no processo avaliativo: a quem realmente interessa esse ordenamento? A partir de nossas vivências e observações como fiscal, ousamos levantar uma hipótese: o ordenamento do comércio informal, no âmbito do Projeto Novo Centro, só aconteceu para satisfazer aos interesses capitalistas locais.

Assim sendo, é importante enxergarmos o papel da força capitalista nessa relação com um Estado ajustador e coercitivo. Vale mencionar como bem destaca a professora Alba Carvalho que, há mais de duas décadas, vivemos em uma sociedade na qual o Estado é ajustador, ou seja, ao mesmo tempo em que ajusta é ajustado à ótica mercantil, numa subordinação à doutrina capitalista. Nesta perspectiva, explica Carvalho:

É o paradoxo brasileiro contemporâneo, urdido na confluência contraditória de dois processos estruturais fundantes com perspectivas e direcionamentos distintos: democratização, demarcando um balizamento histórico no reconhecimento e afirmação de Direitos, com a decisiva atuação dos Movimentos Sociais, a instituir uma “cultura de direitos”, materializada em Leis e Políticas Públicas, constituindo o Estado Democrático, ampliado pela via da política; inserção à ordem do capitalismo mundializado no que se convencionou chamar de ajuste estrutural brasileiro, convertendo o mercado no único critério de realidade, constituindo o Estado Ajustador que ajusta e ajusta-se aos ditames da expansão ilimitada do capital, em contraposição aos parâmetros dos Direitos, tentando anular a força da política (CARVALHO, 2012b, p. 10, grifos da autora).

Estas indicações analíticas de Carvalho sobre o Estado, na contemporaneidade brasileira, abrem vias para pensar criticamente as Políticas Públicas, permitindo colocar em xeque o discurso usual usado para justificar tais políticas.

Se, em tese, a Política Pública é algo que deve, ser pensada e executada para todos e todas, para a coletividade de um modo geral, de forma imparcial e democrática, como podemos pensar em uma prática democrática e, muito menos, imparcial, na qual o pêndulo dessa balança é claramente favorável a quem exerce o poderio econômico.

Jucá, em suas análises já falava outrora e é bastante pertinente para o período em que vivemos: “os comerciantes ambulantes vão ser tratados e perseguidos como estorvos do desenvolvimento comercial” (JUCÁ NETO, 1993, p.171).

Antônio Gramsci, em sua configuração de hegemonia, chama atenção para a dialética consenso/força no exercício do poder (GRAMSCI, 2002). No caso dos camelôs, como segmento de classes subalternas, a classe dominante, representada pelo segmento dos lojistas; usa a força, a coerção, em nome de uma política de ordenamento urbano, executada pelo poder estatal municipal.

Avançando no campo das inspirações teóricas para pensar o fenômeno em estudo, Webber distingue poder⁶ de dominação, elencando esta como “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou

⁶ poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBBER, 2009).

todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (WEBBER, 2009, p. 15). E, na ótica weberiana, distingue-se três especificações de dominação: legal, tradicional e carismática, sendo a dominação legal a que justificaria a aceitação ao poder Estatal.

Assim, mediante constitutivo legal, os camelôs são submetidos a essa dominação, que precisa ser atendida. De fato, os camelôs são penalizados pela força implacável do Estado coercitivo. Lefebvre, em suas análises sobre a cidade, vai mais além e fala sobre essa dominância política em relação aos projetos de ordenamento:

Erguido do mundo da mercadoria onde tudo é equivalente, e erguido também do estatal, onde tudo é controlado (...) os projetos de urbanização adotados explicitariam esta razão ordenadora do Estado na tentativa de normatização do espaço, conforme um modelo de cidade que procura levar a uma vida cotidiana programada e idealizada pelo consumo manipulado. (LEFEBVRE, 1978).

Por fim, convém resgatar o ensinamento de Huberman acerca do comércio, um fator preponderante na análise da economia, abrindo vias para pensar tanto os camelôs, como os lojistas. Diz o autor que: “o comércio por sua própria natureza é dinâmico, mutável e resistente às barreiras” (HUBERMAN, 1986, p.28).

No exercício da pesquisa, estamos a empreender um esforço analítico, no sentido de vislumbrar a intersectorialidade da política em estudo com outras políticas públicas, demarcando diversos agentes que direta ou indiretamente são atingidos pela Política de Ordenamento urbano. Afirma Minayo:

nesse sentido, [a interdisciplinaridade] não configura um método novo: ela é uma estratégia para a compreensão, interpretação e explicação de um problema. Ao produto final da interdisciplinaridade que inclui triangulação de perspectivas, métodos, técnicas e análises, denomina-se transdisciplinaridade (MINAYO, 2011, p. 45).

No foco teórico-metodológico da interdisciplinaridade, a atender exigências da avaliação em profundidade, entendemos ser necessário trabalhar com distintos sujeitos: O Estado, em nível municipal, representado pela Prefeitura de Fortaleza e Secretaria Regional do Centro; os camelôs; os lojistas; a fiscalização e a população que frequenta as ruas do Centro da nossa capital. É importante delinear como estes atores relacionam-se com o Projeto Novo

Centro, configurando um sistema de relações, constituído nos movimentos dos referidos sujeitos.

1.3 Dinâmica expositiva do texto

Cabe explicitar a dinâmica expositiva do texto que ora apresentamos à banca examinadora da dissertação.

O primeiro segmento é constituído por esta introdução em que explicitamos elementos definidos da pesquisa investigava, ora em curso.

No segundo segmento são descritos os percursos do caminho metodológico que desenvolvemos para efetuar uma avaliação contra-hegemônica, mais especificamente, avaliação em profundidade, baseando-se nos quatros eixos, destacando cada eixo dentro da pesquisa e arrolando pesquisadores que inspiram essa dissertação.

No terceiro segmento abordaremos a questão da Cidade, sua formação; relação com o capitalismo, e daí a questão sociológica da cidade, como placo de lutas, de conquistas e interações diárias, mudando e sendo mudada pela sociedade; e nessa interação o sentimento de pertencimento dos sujeitos que andam, moram e circulam pela cidade, finalizando com uma breve análise da expansão urbana da cidade de Fortaleza atrelada ao foco do nosso trabalho investigativo.

No quarto segmento desenvolvemos, à luz do nosso objeto de pesquisa, um estudo histórico e atual do Centro de Fortaleza, configurando-o como lócus de poder, e importante espaço urbano, tanto para a nossa cidade de Fortaleza; como para a nossa pesquisa.

No quinto segmento, o enfoque é uma análise da relação entre mundo do trabalho, com foque na informalidade, sociedade moderna e o capitalismo, perpassando pela análise conjuntural do Estado, nas três esferas de poder: Federal, Estadual e Municipal; tecendo uma discussão sob a força dominante do capital, e sua atuação preponderante no contexto econômico e sócio-político, demarcando relações com a Política Pública em estudo.

No sexto segmento analisamos o Projeto Novo Centro, fazendo uma análise interacional da ótica dos sujeitos diretamente envolvidas nesse projeto, através da aplicação de questionários com o universo dos 360 camelôs que atuam nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, contemplados com o ordenamento do Projeto Novo Centro; além de entrevistas semiestruturadas com gestores públicos municipais envolvidos no processo, fiscais da AGEFIS e representantes de lojistas. Além de termos realizado entrevistas semiestruturadas, com tentativa de se realizar em profundidade, com a Presidenta da Associação dos Camelôs, o camelô mais antigo e o mais novo das ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, e com dois camelôs que não foram contemplados com o Projeto Novo Centro e que foram transferidos para o Feirão São Paulo.

No sétimo e último segmento, tecemos as nossas considerações finais sobre a pesquisa realizada, munidos do embasamento teórico obtido e da análise do material empírico levantado. A nossa pretensão é avaliar se os objetivos do Projeto Novo Centro realmente foram cumpridos, e se algum dos sujeitos envolvidos foi ou não beneficiado, ganhando o duelo de forças.

Este é o desafio que move este pesquisador, na expectativa de lograr êxito ao final, oferecendo uma contribuição para o aprofundamento da temática estudada.

2 OS BILROS DO PESQUISADOR ⁷ : CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

“O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”.

Karl Marx (1857).

O caminho metodológico de qualquer trabalho acadêmico-científico poderia ser descrito e entendido por nós como um conjunto de concepções e práticas que configuram um percurso a ser construído na realização de pesquisas sociais e avaliativas.

Estamos a tecer um trabalho de pesquisa com os ditames que a avaliação em profundidade exige, rompendo com os preceitos hegemônicos. Assim, o nosso trabalho assume como referenciais o modelo de Avaliação em Profundidade proposto pela Profa. Léa Rodrigues (2008), em coadunância com os primordiais ensinamentos da Profa. Alba Carvalho e inspirados em pensadores como Marx, Coutinho e Bachelard, bem como em especialistas consagrados no campo da pesquisa social, como Bourdieu, Minayo, Melucci, Boaventura de Sousa Santos, dentre outros.

Nesta perspectiva, desenvolvemos levantamento de dados secundários, mediante análise de pesquisas e publicações já realizadas. A nossa busca é tecer com os bilros do pesquisador, fios de conhecimento entre autores que mais possam contribuir para a produção de um tear científico justo e equilibrado.

⁷ Inspiramo-nos na analogia usada no texto da Professora Alba Carvalho intitulado: Tu me ensinas a fazer renda que eu te ensino a namorar: tecendo fios nas descobertas do mundo nosso de cada dia – reflexões sobre o ofício da pesquisa. São Luiz – Maranhão. 2004; na qual a mesma associa os bilros das rendeiras em produzir as rendas com o ofício do pesquisador em produzir a sua pesquisa.

Para chegarmos aos objetivos propostos na pesquisa, nos esforçaremos na busca de dados primários com questionários, entrevistas semiestruturadas e entrevistas em profundidade, com os diversos sujeitos constitutivos do nosso campo de estudo: o Projeto Novo Centro. A nossa escolha metodológica, toma por base para os ensinamentos de Piedade Lalanda:

Nesse sentido, é cada vez mais frequente a utilização por parte da sociologia de técnicas qualitativas baseadas na relação aprofundada com um pequeno número de actores sociais. A história de vida, a biografia, a entrevista em profundidade, são disso exemplo e poderão representar para a investigação sociológica instrumentos privilegiados de análise da realidade (...) a eficácia na utilização da técnica da entrevista em profundidade não só depende do domínio da metodologia em que se insere, mas também exige uma atitude antropológica do entrevistador. A empatia é fundamental na entrevista (LALANDA, p. 872-873).

De fato, no desenvolvimento do trabalho de campo, usando a produção de dados primários, pretendemos efetuar uma triangulação metodológica: questionários, entrevistas semiestruturada, entrevista em profundidade. Esta triangulação vai nos propiciar informações de natureza mais objetiva e informações de carácter mais subjetivo, oferecendo condições para articular métodos quantitativos e métodos qualitativos. A nossa intenção é desenvolver uma pesquisa social qualitativa com aportes quantitativos.

2.1 A pesquisa como atividade racional: o vetor epistemológico na pesquisa

Bourdieu (1989) entende a pesquisa como uma atividade racional, estando orientada para a maximização dos rendimentos e o melhor aproveitamento dos recursos possíveis, inclusive do tempo. É um racionalismo aplicado e, assim, exige não usar o pensar de forma despretensiosa e, sim, com enfoque, prático, relacional e crítico.

Segundo Bourdieu (1989) é preciso entender a pesquisa como um ofício, no sentido de constituir “habitus” na seara do campo científico. Logo, se faz necessário que o pesquisador encare a pesquisa com responsabilidade,

respeito e compromisso, encarnando um conjunto de habitus, inerentes ao campo científico:

A pesquisa deve estar orientada para a maximização do rendimento dos investimentos e para o melhor aproveitamento possível dos recursos, a começar pelo tempo que se dispõe (...) habitus científico é uma regra feita homem ou, melhor, um 'modus operandi' científico que funciona em estado prático, segundo as normas da ciência sem ter essas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda, a regra que permite gerar a conduta adequada (BOURDIEU, 1989, p. 18-23).

Os ensinamentos de Bourdieu inspira-nos a pensar nossa pesquisa, a envolver os camelôs que trabalham no centro da cidade de Fortaleza. De fato, a perspectiva bourdiesiana desmonta a ideia de pesquisa tradicional de mera aplicação de questionários, visando classificar, catalogar. Exercer o ofício de pesquisa em um projeto municipal de ordenamento urbano é deveras desafiador.

Aparentemente parece algo rigoroso, até legalista, ordenar o espaço público daquela área do Centro, que, por sinal, visualmente nos parece feio, sujo e desordenado. Contudo, como pesquisador, devo analisar racional e relacionalmente os diversos atores que se relacionam naquele campo: lojistas, agentes da prefeitura de Fortaleza, fiscais da AGEFIS, ambulantes e como ocorre a interação entre estes distintos atores.

E o esforço de pensar racionalmente exige delinear o que realmente se propõe esse ordenamento, os interesses que movem essa ação municipal em final de mandato de um Governo. Mas não pararemos por aí, porque Bourdieu nos instiga a ir além: estar no campo, analisar culturas novas e, assim, descobrir uma tessitura que possa ser devidamente estudada e avaliada pelos padrões científicos, com rigor, mas sem a rigidez de pensamento dos pesquisadores que, muitas vezes, querem, a todo custo enquadrar a realidade em seus arcaibouços conceituais.

Melucci (2005) debruçou-se sobre a questão da metodologia, desmontando visões tradicionais. Para ele, a metodologia não se restringe a técnicas, envolvendo, epistemologia, teoria, visando desenvolver a capacidade de se colocar boas perguntas, buscando definir caminhos sobre o como

conhecer fenômenos sociais. A linguagem para Melucci ocupa um papel central já que ela é situada, culturalizada, ligada a tempos e lugares específicos.

Aspecto importante na metodologia de Melucci é a capacidade reflexiva do pesquisador, uma permanente relação com os sujeitos que se propõe observar. A reflexividade é a consciência do observador de que nunca será completamente outro, sendo ele parte do campo de observação sobre a sua responsabilidade. Para o autor, o pesquisador tem de reconhecer o caráter parcial das suas observações e assumir seus limites.

Nesta perspectiva reflexiva, propugnada por Bourdieu e Melucci, a professora Alba Carvalho sustenta que “o vetor epistemológico da construção científica vai do “racional ao real”, ou seja, a ciência é a realização do racional, aberto às interpelações da realidade, em sua riqueza inesgotável, na diversidade de contextos, no curso da História” (CARVALHO, 2009, p. 123, grifos da autora).

Adentrando nos clássicos, Marx circunscreve em seu método de investigação, uma concepção racionalista ao afirmar que “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado; o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1978, p.117).

A pesquisa que sustenta a nossa dissertação de mestrado, ora em construção, tem, como inspiração de fundo, o Racionalismo Aberto de Gaston Bachelard (1976) “o mundo é a provocação do homem”. Nesta perspectiva, orientamo-nos pelo Racionalismo Aberto e Crítico, na formulação de Alba Carvalho (2009). A autora, tendo como eixo a razão crítica, estabelece uma interlocução com o fazer científico marxiano, articulando com autores contemporâneos, como Pierre Bourdieu e Boaventura de Sousa Santos:

[...] e no decurso da “construção em processo” do “Racionalismo Aberto e Crítico”, sistematizo importantes contribuições epistemológicas sobre a construção de uma “racionalidade ampla e ampliada” cuja importância se revela na capacidade de exercer um profícuo diálogo com a complexidade do real a partir da interlocução com diferentes aportes teórico-metodológicos. [...] Assim, o Racionalismo Aberto e Crítico – aqui delineado – é por excelência, produto do diálogo entre estas distintas vertentes racionalistas [referindo-se ao pensamento de Gaston Bachelard, Karl Marx, Pierre Bourdieu e Boaventura de Sousa Santos] que se encontram no “vetor epistemológico” da razão crítica, em sintonia com as interpelações de

distintos mundos sociais, em nosso tempo histórico presente. Este diálogo, ao resgatar e articular aportes epistemológicos-metodológicos de cada uma das matrizes racionalistas constitutivas da tessitura reflexiva, amplia horizontes e alarga caminhos do “fazer científico. (CARVALHO, 2009, p. 124-125).

Temos clareza que a pesquisa é um processo sempre em aberto. Logo, o desenho metodológico aqui esboçado, irá ganhar consistência ao longo do processo investigado. A triangulação metodológica será, então, mais definida.

2.2 – Alguns passos do pesquisador a abrir caminhos

Para a realização dessa pesquisa, inicialmente foi necessária uma busca nos sítios eletrônicos, principalmente os acadêmicos, com o intuito de procurar trabalhos que tenham realizado uma pesquisa no âmbito do nosso tema de estudo, focando nos vendedores ambulantes e especificamente, neste comércio informal no centro da cidade.

Igualmente, empreendemos uma busca sobre as tratativas legais que classificam e definem a Política Pública em estudo, bem como sobre os atores sociais presentes no campo investigativo.

Posteriormente, desenvolvemos um levantamento bibliográfico com uma leitura do material escolhido para fins de resgate de aspectos relevantes, no esforço de construção do arcabouço teórico de sustentação da pesquisa, evitando aportes que não pudessem dar uma contribuição ao nosso estudo.

Na perspectiva de avançar na contextualização, fez-se necessário também intentar uma pesquisa sobre a história de Fortaleza, especialmente da região do Centro de Fortaleza, objetivando resgatar aspectos importantes do passado, traçando um paralelo parte histórica e traçando um paralelo com as configurações desse mesmo local nos dias de hoje.

Como inserção no campo, definimos, como instrumento inicial a aplicação de um questionário, no universo de ambulantes da área de estudo que, após o ordenamento do comércio informal no Centro, deixaram de serem

vendedores ambulantes e passaram a serem permissionários formalizados, com espaço definido e muitos deveres impostos pela administração Municipal.

Considerando meu trabalho de Fiscal em diferentes áreas de Fortaleza, tenho condições de contactar com os ambulantes da área em estudo, aplicando os questionários e pretendendo atingir o universo desses vendedores que atuam na rua Guilherme Rocha e Liberato Barroso.

Junto com esse levantamento via questionários, vamos realizar entrevistas semiestruturadas com atores-chave atuantes nesse campo: lojistas, fiscais da AGEFIS, representante da CDL-Fortaleza e gestores municipais. Para adentrarmos no universo dos ambulantes chegando a dimensões subjetivas, a vivências, representações com alguns atores com destaques no campo dos ambulantes: a presidenta da ASCAF e ambulantes mais antigos que tenham passado por outros processos de ordenamento e ambulantes que estão começando sua inserção no centro da cidade e ambulantes que não conseguiram ser contemplados no Projeto Novo Centro.

Cabe demarcar que todo o processo investigativo de pesquisa bibliográfica e documental e trabalho de campo, aqui delineado, está no âmbito da Avaliação em Profundidade, como metodologia contra-hegemônica, que preside o nosso trabalho, no esforço avaliativo do Projeto Novo Centro, implementado pela Prefeitura Municipal a partir de 2018, com o objetivo de ordenamento urbano.

2.3 Avaliação em profundidade: uma perspectiva contra-hegemônica de avaliação

A avaliação em profundidade é algo muito além do que está posto, perceptível a todos, é ver além do óbvio, é adentrar em entranhas inimagináveis. Assim, requer muito trabalho do pesquisador, no sentido de pensar a política em avaliação no conjunto das relações que lhe dão sentido. Nas palavras de Lea Rodrigues ao propugnar este paradigma avaliativo: “a proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a

interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa” (RODRIGUES, 2002, p.11).

E, como pesquisador no campo de avaliação de políticas públicas, não nos competirá apenas o esclarecimento teórico do que seja cada eixo proposto na configuração deste paradigma. Ao contrário, haja vista, tal definição estar bem clara e explícita na formulação deste paradigma contra-hegemônico, cabendo ao pesquisador que se aventura na avaliação em profundidade, configurar, na sua própria pesquisa, cada um dos eixos.

É preciso estar vigilante para a natureza desta avaliação que se caracteriza pela perspectiva sócio-política. É o que Carvalho e Gussi alertam:

Como construção é um processo em aberto. E, neste sentido, é decisivo ter clareza que a avaliação de políticas públicas nunca é um exercício desinteressado e formal. É um processo de aproximações sucessivas que assume uma dimensão política. O avaliador pensa e avalia de um lugar sócio-político, a exigir uma vigilância permanente para não cair nas armadilhas da subjetividade, dos próprios interesses, da vinculação institucional que podem implicar em vieses avaliativos” (CARVALHO; GUSSI, 2011, p. 7).

Seguindo as indicações demarcadas por Carvalho e Gussi (2011), cabe, antes de mais nada, situar o lugar onde me situo neste esforço de empreender a avaliação em profundidade do projeto de reordenamento urbano da Prefeitura de Fortaleza denominado “Novo Centro”.

Nesta perspectiva, cabe, então, demarcar o lugar socioprofissional do avaliador. Sou bacharel em Direito há doze anos, advogado militante na esfera criminal e eleitoral; também servidor público, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, como Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária da AGEFIS, desde 2012, com especialização em gestão ambiental, tendo atuado dentro da fiscalização, além de Fiscal externo, como Coordenador da Fiscalização Noturna em Fortaleza, Assessor Jurídico da poluição sonora na SEUMA – Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, bem como, Gerente de Fiscalização da AGEFIS no Centro de Fortaleza, entre os anos de 2018 e 2020.

Demarcado o lugar socioprofissional do pesquisador, é necessário salientar que este paradigma, que se propõe a uma avaliação em profundidade, emerge face à insuficiência dos paradigmas tradicionais neste campo. É o que explicita Rodrigues ao apresentar esta matriz:

A proposta é motivada pela constatação da insuficiência dos modelos clássicos de análise e da necessidade cada vez mais premente de se realizarem pesquisas que considerem o contexto social, econômico, político e cultural, bem como a importância da análise institucional, das relações de poder, dos interesses e valores que permeiam os processos de formulação e implementação dessas políticas (RODRIGUES, 2008, p. 7).

Logo, a partir da consciência dessa necessidade, são demarcados, por Rodrigues, os quatro eixos constituintes deste paradigma, quais sejam: análise do conteúdo da política, análise do contexto, trajetória institucional da política e espectro temporal e territorial, desenvolveremos não uma explicação, já que isso está bem claro na própria conceituação dada pela professora, mas uma inserção da temática do trabalho aos eixos propostos.

Especificamente neste item, apresentaremos delineamentos básicos no âmbito de cada eixo constitutivo da Avaliação em Profundidade. É um esforço de explicitar elementos-chave no tocante ao conteúdo, ao contexto, à trajetória institucional e ao espectro temporal e territorial da política em avaliação, qual seja, ordenamento urbano, focando o Centro da cidade de Fortaleza, mediante o Projeto Novo Centro. A rigor, são demarcados elementos norteadores, trabalhados explicitamente ao longo de todo o texto, ora apresentado, que já delinea segmentos do trabalho dissertativo.

Destacamos, que o que será escrito a seguir, em relação aos quatro eixos constitutivos da Avaliação em Profundidade, são apenas esboços iniciais, não se restringindo, somente a isto, pelo contrário; já que no decorrer do trabalho, abordaremos novamente tais aspectos, de forma mais densa e exploratória, na medida em que discorreremos sobre o espectro territorial e temporal no terceiro segmento; a trajetória institucional da política no terceiro e quinto segmentos; o importante eixo do contexto da política estudada, nos segmentos quatro e cinco e, por fim, o conteúdo da política no quinto segmento deste trabalho investigativo.

2.3.1 Conteúdo da Política

A Política Pública em questão, qual seja, ordenamento urbano, direcionada especificamente ao Centro da Cidade de Fortaleza, sustenta-se em definições legais:

Art. 30, VIII c/c Art. 182 da CF/88:

Art. 30. Compete aos Municípios:

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (CF/88)

Tal definição legal é especificamente operacionalizada no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001):

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (Lei 10.257/2001).

O Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza (Lei 5530/81) disciplina o exercício do comércio ambulante, não explicitando a figura do camelô, mas regulando o prazo temporal e algumas normas gerais.

Art. 708 - O exercício do comércio ambulante, caracterizado através da comercialização ou exposição de produtos como cigarros, livros, revistas, bombons, sorvetes, sanduíches, refrescos, pipocas e outros produtos congêneres, bem como a venda ou exposição de carnes de sorteio, loterias e ingressos, depende de licença prévia, a título

precário, a ser concedida, de acordo com as normas vigentes, pelo órgão municipal competente.

§ 1º - A licença para o exercício do comércio ambulante não poderá ser concedida por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovada, a juízo do órgão competente da Prefeitura.

§ 2º - Para o exercício do comércio ambulante, o vendedor deverá ser portador de carteira de saúde devidamente atualizada. (Lei 5530/81)

Somente com o Decreto Municipal 9300/94, foram publicadas normas específicas sobre o comércio ambulante e o seu ordenamento. Contudo, somente com o novo Código da Cidade de Fortaleza – Lei complementar 270/2019, publicada em 2019, é que é feita referência à figura do camelô, permanecendo também a referência ao vendedor ambulante. De fato, este novo Código da Cidade de Fortaleza mostra-se mais adequado à realidade do comércio de rua, reconhecendo o camelô nas suas especificidades em relação ao próprio vendedor ambulante. Eis a explicitação feita neste documento que orienta o ordenamento urbano:

Art. 556. O exercício do comércio informal, caracterizado através da prestação de serviço, comercialização ou exposição de produtos diversos depende de autorização prévia, a título precário, a ser concedida de acordo com as normas vigentes, pelo Órgão Municipal competente, classificando-se nas seguintes categorias:

I – Camelô: é aquele comerciante que se caracteriza pela prestação de serviço ou comercialização de produtos diversos, com ponto fixo, que obrigatoriamente instala e desinstala diariamente sua estrutura de trabalho, em local e horário pré-determinado e autorizado pelo Poder Público;

II – Ambulante: é o comerciante que vende seus produtos ou serviços sem ponto fixo e de forma itinerante, devidamente autorizado pelo Poder Público. (LC 270/2019)

Vivencia-se na cidade, a dicotomia entre o ordenamento do espaço público versus a ocupação deste espaço pelos ambulantes e camelôs. Cabe destacar, que esta é uma questão recorrente nas principais cidades brasileiras e em diversos momentos diferentes. Como já dizia Yazigi ao referir-se aos ambulantes e camelôs:

em lugares onde eram costumeiramente inexpressivos, o aparecimento de algumas centenas deles, por questão de escala gera polêmicas. A globalização com sua divisão internacional do trabalho, suas tecnologias e outras formas de dominância entendem que não há trabalho para todos com essas premissas: poucos veem além de ações paliativas” (YAZIGI, 2000, p.383).

É importante destacar que a emergência e a explosão de ambulantes e camelôs nas cidades, esta essencialmente, vinculado a uma dimensão estrutural nesta civilização do capital: o desemprego que atinge diferentes segmentos de trabalhadores que precisam recorrer ao trabalho informal como alternativa de sobrevivência.

2.3.2 – Análise de Contexto

O contexto que circunscreve a Política de Ordenamento Urbano, na perspectiva dos camelôs que ocupam o Centro da cidade de Fortaleza, vincula-se ao momento contemporâneo de grave crise econômica que atinge o mercado de trabalho brasileiro.

É importante considerar que com a crise econômica que assola a nossa economia já faz um bom tempo e a flexibilização das leis trabalhistas, travestida sobre a ideia de novo empreendedorismo, o que realmente vem acontecendo é uma acentuada precarização do trabalho, com reflexos marcantes sobre o trabalho informal. É o que analisam os autores de referência nessa área:

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. (...), mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc., etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho (ANTUNES, 1999, p.209).

Trazendo para o nível local, outro aspecto importante para a análise contextual é verificar como o gestor da nossa capital, à época do Projeto Novo Centro, encarava esse problema, qual a sua formação acadêmica, qual sua bandeira política e o que efetivamente ele pretendeu fazer com esse novo projeto

de requalificação e um ordenamento restrito dos camelôs somente em ruas comerciais no Centro de Fortaleza.

Segundo a fala do Prefeito em 2018, o ordenamento e o embelezamento do Centro deram-se muito mais por uma conotação econômica, a partir a força do capital econômico dos lojistas, sendo transformado em capital político: “Nós planejamos cada intervenção, ouvindo os lojistas e quem transita pelo bairro. Buscamos atender cada demanda e tocar as obras sem prejudicar o comércio. Tudo tem sido feito com celeridade e em constante diálogo com o presidente Assis [presidente da CDL] que verifica as necessidades de cada lojista” (Declaração do Prefeito Roberto Claudio, OLHAR DIGITAL, 2019).

A participação da CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza nesse processo todo de implantação do Projeto Novo Centro, também precisa ser estudada, haja vista, serem os lojistas parceiros da administração municipal do Prefeito Roberto Claudio, possuindo forte influência política em praticamente todas as ações desenvolvidas pela Prefeitura. Assim, não seria diferente, no Centro de Fortaleza, onde tem-se a forte presença dos lojistas, incomodados com os camelôs a trazerem prejuízos para os seus negócios.

Vejam que, em 2010, o atual presidente da CDL, Assis Cavalcante, enquanto lojista posicionava-se contrário à permanência dos ambulantes nas ruas ao defender o interesse dos lojistas. Afirmava à época: “os ambulantes são concorrência desleal para as lojas, uma vez que vendem produtos de procedência duvidosa na porta de estabelecimentos com produtos originais, alguns vendem até óculos de grau no meio da rua, é um problema de saúde pública” (Declaração de Assis Cavalcante, BLOGCDL, 2010).

Já em 2019, o mesmo Assis Cavalcante, já presidente da CDL, muda o seu discurso como lojista e passa a falar como presidente da instituição que agrega todos os lojistas, entidade essa parceira tanto do Governo do Estado, como principalmente da Prefeitura de Fortaleza. Nesta nova fala, admite a permanência de ambulantes no Centro, destacando inclusive, sua importância comercial para os lojistas, desde que ordenados.

E, assim, deram-se os primeiros movimentos do ordenamento dos camelôs através do projeto Novo Centro, conforme palavra do próprio presidente

da CDL, Assis Cavalcante: “os camelôs estão para o Centro assim como os quiosques estão para os shoppings centers. O que precisa é ser ordenado. Antes, havia 1.491 ambulantes registrados na regional e depois 3.000 na clandestinidade. Isso atrapalhava o direito da pessoa de ir e vir, porque os camelôs ficavam no meio da rua” (OPOVO, 2019).

Em conversas, à época, com a presidente da ASCAF, Silviane Vieira da Silva, a mesma sempre destacava que estavam de acordo com a reforma e o reordenamento, contudo, temiam, pela forma como o processo seria executado, com o receio de camelôs perderem seus postos de trabalho e SERCE não ouvir os pleitos dos mesmos.

2.3.3 – Trajetória Institucional

Ao se analisar a trajetória institucional da política em estudo, devemos buscar, no passado, algumas referências históricas que possam explicar razões que levaram a Prefeitura Municipal de Fortaleza a implementar uma nova política de ordenamento, bem como analisar outras intervenções, ocorridas em tempos pretéritos.

O Centro, de qualquer região do mundo certamente é um espaço histórico, que muito revela sobre como aquela localidade foi construída, quais valores e ideias permearam a emergência e consolidação deste Centro. Logo, não seria diferente com o nosso em Fortaleza. Já dizia Jacobs sobre a importância de se ter um centro forte: “sem um coração central forte e abrangente, a cidade tende a tornar-se um amontoado de interesses isolados. Ela fracassa na geração de algo social, cultural e economicamente maior do que a soma de artes constitutivas” (JACOBS, 2003, p. 181).

Ao longo dos tempos, o Centro passa a ser um lugar que atrai ambulantes e camelôs. Como diria Villas Boas “o comércio ambulante altera o espaço urbano ao oferecer seus produtos à venda nas vias públicas, determinando um novo uso do espaço, com características e regras próprias” (VILLAS, 1995, p.11).

Daí, com a intensa chegada de ambulantes e camelôs ao Centro, atraídos pela possibilidade de comercializarem suas mercadorias e, assim, poderem garantir sua subsistência, este espaço urbano vai sendo alterado, as ruas ficando cheias, praças sendo ocupadas, calçadas tomadas por mercadorias, dentre outros. Essa dinâmica, altera tanto o aspecto comercial, acirrando a disputa por clientes entre ambulantes e lojistas, como o aspecto urbano, deixando-o desordenado, tornando-se assim, um problema para a cidade de Fortaleza.

Então, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, em diversos momentos e gestões, buscou, senão resolver o problema, amenizar a celeuma, e para isso realizou diversas obras e processos de ordenamento no Centro da cidade, das quais, dessas várias experiências, que serão citadas no terceiro segmento do nosso trabalho investigativo, podemos destacar: as medidas propostas pela ONG Novo Centro realizada em parceria entre Prefeitura e CDL anos atrás, a reforma das Praças José de Alencar e Praça do Ferreira na gestão do Prefeito Juraci Magalhães, com um grande cadastramento de ambulantes e, o ordenamento dos ambulantes e camelôs do Centro, executado na gestão da Prefeita Luizianne Lins.

E foi, certamente, a partir, de todas estas experiências de ordenamento citadas acima que se desenvolveu a trajetória institucional da Política de Ordenamento Urbano Municipal, no Centro de Fortaleza, até chegarmos ao projeto em estudo: Projeto Novo Centro, na qual, o referido projeto já nasce com vários resquícios de experiências e objetivos de ações pretéritas, e é aí, que devemos iniciar nossos olhos atentos, estudando toda essa relação e avaliando como se dá todo esse processo.

2.3.4 – Espectro Temporal e Territorial

É importante considerarmos o ensinamento de Huberman: “o comércio por sua própria natureza é dinâmico, mutável e resistente às barreiras” (HUBERMAN, 1986, p.28). Logo, o comércio, em suas diferentes expressões, é uma atividade que precede o próprio sistema capitalista, existindo em diferentes

civilizações. Especificamente, no âmbito do sistema de mercadorias, o comércio é um setor tradicional, com configurações específicas.

No que se refere à pesquisa avaliativa que estamos a empreender, o espectro temporal e territorial é objetivo e bem definido, já que o nosso estudo incide no ordenamento do projeto Novo Centro, este implementado pela Prefeitura municipal de Fortaleza.

Em relação ao espectro temporal, o estudo dar-se-á entre os anos de 2018 a 2020, logicamente remontando ao pretérito histórico naquilo que for útil e conveniente ao desenvolvimento do nosso trabalho.

Sobre o tocante ao espectro territorial, o projeto de ordenamento urbano Novo Centro, engloba no seu teor as principais ruas do Centro. Contudo, focaremos o nosso trabalho avaliativo em duas ruas comerciais, definidas assim, por nelas não se transitam carros, existindo aglomerados de ambulantes. Ademais, foram as primeiras ruas a passarem pelo processo de modernização e ordenamento do Projeto Novo Centro, quais sejam, as ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso.

E daí, devemos observar a importância de tais ruas para o Centro de Fortaleza, e logicamente para o nosso trabalho investigativo, à medida que são ruas muito importantes para a economia local, destinadas exclusivamente para o comércio. E como expõe Lefebvre, ao relatar que o Estado busca normatizar o espaço urbano, a partir de uma idealização do consumo manipulado, justifica-se, as ações de ordenamento se iniciarem por tais ruas:

Erguido do mundo da mercadoria onde tudo é equivalente, e erguido também do estatal, onde tudo é controlado (...) os projetos de urbanização adotados explicitariam esta razão ordenadora do Estado na tentativa de normatização do espaço, conforme um modelo de cidade que procura levar a uma vida cotidiana programada e idealizada pelo consumo manipulado (LEFEBVRE, 1978).

A rigor, é possível se analisar o antes e o depois do ordenamento de tais ruas, buscando decifrar determinados aspectos-chave: como se deram os processos de ordenamento; quais os impactos sobre o comércio dos camelôs; o que os camelôs, como sujeitos que atuam no Centro, acharam de todo o

processo e, se no caso, foram atores principais ou coadjuvantes desse processo; como o espaço urbano foi alterado por essa dialética entre lojistas versus camelôs travestida de projeto de ordenamento urbano.

3 CIDADE COMO LÓCUS DE CONTRADIÇÕES: Fortaleza e sua expansão urbana.

“Se o nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser Reimaginado e Refeito”.
(**DAVID HARVEY**)

Neste capítulo buscaremos falar sobre a origem da concepção do que vinha a ser conhecido como uma Cidade, com suas teorias de surgimento e formação desse fabuloso instituto moderno que tão bem conhecemos.

Buscamos evidenciar nessa análise inicial, a formação das cidades com o surgimento do capitalismo, de forma que essa reflexão conjunta seja importante para o olhar investigativo do nosso trabalho.

Desenvolveremos também a questão social da Cidade, não apenas a questão geográfica e econômica, mas as lutas, as marcas, as conquistas do povo construindo a Cidade; e a partir daí, o sentimento de pertencimento e de poder dispor da mesma ou não.

Por fim, chegando na Cidade de Fortaleza, no breve apanhando da criação até sua concepção de sua expansão urbana, haja vista que, no capítulo seguinte, ao falarmos do Centro, especificamente, desenvolveremos com maiores propriedades.

3.1 – A origem da Cidade e a relação com o capitalismo: os reflexos em sua urbanização

Todos nós sabemos que as cidades existem há milhares de anos, porque além de sermos moradores delas, o nosso instinto de existência perpassa por um plano locacional; na qual, o fato de qual lugar viemos e aonde estamos nos fará dizer muito sobre quem nós somos.

Vivemos sob a égide de uma conjuntura capitalista, e a partir daí devemos destacar dois momentos, deveras salutar, sobre como o capitalismo, na qual a cidade e sua urbanização se entrelaçam, quais sejam: - o final da Idade Média, com as transformações no sistema feudalista e conseqüentemente o surgimento do capitalismo atrelado a formação da cidade e; em outro momento, já no final do século XVIII, que comina com a Revolução Industrial e o desenvolvimento das cidades ligada a um novo modo de produção capitalista.

É justamente no final da Idade Média com o enfraquecimento do sistema de feudos, e a formação do sistema capitalista, aqui conhecido como fase comercial ou fase pré-capitalista, por volta do final do século XV até meados do século XVIII, que começam a surgir as primeiras cidades modernas, sustentadas por uma sociedade em evolução; com a criação da burguesia, do surgimento da moeda, de feiras livres.

E assim, conseqüentemente, vai se gerando um aumento populacional para as novas cidades, a partir da migração das pessoas dos antigos feudos para áreas mais povoadas e com melhor estrutura. Essas novas pessoas em um novo espaço vão iniciando, mesmo que breve, esse processo de urbanização nas novas cidades.

Já em relação ao segundo momento, no final do século XVIII, que resulta no início da Revolução Industrial, conhecida como fase do capitalismo industrial, ou seja, saímos de um modelo de capitalismo comercial para o industrial. Neste modelo de desenvolvimento da cidade atrelado ao capitalismo industrial, percebemos que as pequenas manufaturas, oriundas outrora ainda da fase comercial, começam a se transformar em indústrias, e aí, a cidade acompanha esse processo, proporcionando meios eficazes para a solidez desse novo modelo de produção.

Nesse sentido, e sobre o que está sendo citado sobre a relação entre a cidade, sua urbanização e a direta influência capitalista sobre ela, Max Webber (1966), no ensaio denominado de a Cidade, ao se debruçar no estudo de vários tipos de cidade antigas, aponta que o mercado teve fator preponderante no desenvolvimento das mesmas. O mesmo Webber (1967) chega a defender a cidade como pré-condição do capitalismo, na proporção que ela seria necessária

para a existência do sistema econômico, e que, com o desenvolvimento do capitalismo, intensifica-se paralelamente o crescimento das cidades.

Sob essa relação entre a cidade e o desenvolvimento capitalista, Karl Marx escreve que “o fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese” (Marx, 1975, p. 404).

Assim, Marx, apregoa que a economia urbana requer um processo prévio de divisão social do trabalho, na qual, na cidade foi possível integrar dois elementos básicos dessa conjunção, as pessoas livres que não estavam ligadas ao sistema feudal e, poderiam dispor da sua capacidade laboral para o mercado e; a burguesia, que livre das amarras feudais do campo estava mais propensa a buscar acumular riquezas e não a se fixar em terras; bem como, segundo ele, é na cidade onde se expressa as contradições da alienação do homem:

A cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto que o campo põe em evidência o fato oposto, o isolamento e a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no quadro da propriedade privada; é a mais flagrante expressão da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, da subordinação a uma atividade determinada que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um habitante um animal da cidade ou um animal do campo, tão limitados um como o outro, e faz renascer todos os dias a oposição entre os interesses das duas partes. (Marx, 1974, p. 62).

Marx e Webber, apesar das conhecidas divergências teóricas, analisam conjuntamente a cidade a partir do prisma histórico, como ponto de convergência de diferentes processos, à medida em que a cidade seria resultado de vários fatores, quais sejam políticos, econômicos ou sociais. Assim, a Cidade é percebida como um lugar de mercado, dependente e ao mesmo tempo, objetivo da relação de forças citadas acima, dessa forma, ao se estudar a cidade para os mesmos, devermos encontrar diferentes tipos de cidades que oscilam no tempo e no espaço.

Já outros autores, sob uma outra perspectiva contrária, estudaram a cidade, pela ótica da independência, na qual, a cidade deveria ser vista como um catalisador social, que por sua imensa influência, era capaz de gerar os mais

variados efeitos na vida das pessoas. Tal defesa, está intrinsicamente associada a corrente da ecologia humana, representada por alguns membros da “Escola de Chicago”, precursores da Sociologia Urbana.

Robert Ezra Park, tido como um dos maiores representantes da Escola de Chicago, define a ecologia humana como a “ciência que procura isolar [as forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana] e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças” (PARK, 1967, p. 30). Para o autor a cidade deveria ser entendida como um organismo social.

Apesar de Park ter sido precursor destes estudos, é o seu discípulo, Louis Wirth (1938) com a publicação do artigo intitulado: “Urbanismo como modo de vida”, que mais se destaca no campo da Sociologia Urbana. No artigo citado, o estudioso define a cidade “como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1967, p. 103).

Para Wirth (1973), tanto o crescimento como a urbanização das cidades, são dois dos aspectos mais notáveis da modernidade, na qual não seriam os traços físicos que definiriam a cidade, como densidade ou concentração, por exemplo, mas a sua forma de moldar a vida social das pessoas e a seu formato especificamente urbana.

Louis Wirth teve sua importância no estudo das cidades, não só ao buscar conceitua-la, mas por implementar uma teoria do urbanismo, com foque na ecologia, na qual se analisava formas de ação e organização social de grupos heterogêneos, defendendo que a cidade teria o poder de induzir mudanças no comportamento da sociedade. Por essa perspectiva, Wirth trazia a ideia de que os indivíduos seriam transformados à medida que a cidade também se transforma.

Contudo, devemos destacar que surgiram muitas críticas a teoria ecológica de Wirth e parte das ideias da Escola de Chicago, na qual, um representante destacado dessa corrente crítica é Manuel Castells (1972), que desconsiderou a “cultura urbana” e criticava o empirismo excessivo propostos por Wirth. Assim, Castells faz avançar a compreensão do que é cidade, baseada numa inspiração marxista, trazendo com ênfase a luta de classes, na

sedimentação do processo de urbanização da urbe. Destaca-se em Castells a análise do debate do urbano a partir da luta pelos bens de consumo coletivo, assim vejamos:

fundamentalmente, a questão urbana se refere à organização dos meios de consumo coletivo na base da vida cotidiana de todos os grupos sociais: habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte, etc. No capitalismo avançado isso expressa a contradição fundamental entre, de um lado, a crescente socialização do consumo (como um resultado da concentração de capital e de meios de produção), e de outro lado, a lógica capitalista de produção e distribuição de seus meios de consumo, o resultado disso é o aprofundamento da crise nesse setor, ao mesmo tempo, protestos populares demandam a melhoria das condições materiais coletivas de sua existência cotidiana. Em uma tentativa para resolver essas contradições e seus conflitos resultantes, o Estado, cada vez mais, intervém na cidade; mas, como a expressão de uma sociedade de classes, o Estado, na prática, age de acordo com as relações de forças entre as classes e os grupos sociais, geralmente em favor da hegemônica fração da classe dominante. É dessa maneira que os problemas especificados se tornam globalizados, a questão urbana, cada vez mais, relaciona o Estado ao cotidiano e provoca crises políticas (CASTELLS, 1978, p. 3).

Castells (1972) até que tentou desenvolver uma teoria do espaço urbano, mas na verdade, acabara foi desenvolvendo uma teoria dos problemas urbanos, haja vista, por apenas restringir o urbano ao local de reprodução da força de trabalho, da luta de classes e da realidade industrial; pensando a produção do espaço urbano como uma realidade fechada.

Não temos nenhuma dúvida que Castells contribuiu para os estudos sobre o urbano, principalmente, por trazer as primeiras reflexões acerca dos movimentos sociais urbanos, mas pecou ao entender uma luta de classes restrito a um Estado em que pudesse melhor distribuir os bens de consumo coletivo.

Avançando nessa análise sobre o estudo das cidades, Jean Lojkine (1977), publica no mesmo ano, o livro: “O Estado Capitalista e a questão urbana”, em oposição a Castells, na qual o referido autor busca definir o urbano como o lócus da produção e da circulação imprescindível para a reprodução das relações sociais de produção, onde apesar da relação com diversos agentes, destacava-se a intervenção estatal.

Ao estudar estes dois autores, Castells e Lojkine, David Harvey (1978) aponta que a partir dos mesmos, o lócus urbano passa a ser percebido como fruto do capital, reduzindo-o assim, a mero suporte das relações do capital; e

que, o seu desenvolvimento estaria subordinado as necessidades desse mesmo capital. Lamarche (1977) concordando com a análise de Harvey cita que “em sociedades industriais e capitalistas, as cidades desenvolvem-se de acordo com as necessidades da circulação de capital e mercadorias, e com a subordinação do trabalho ao capital. Apresentam-se a si mesmas, como o lugar no qual os fatores de reprodução e demanda estão concentrados”.

Assim, a cidade é então observada, como reprodução da troca, da força do trabalho e também do consumo. O planejamento urbano é usado como instrumento de coerção e normatização do lócus pelo Estado, passando vários analistas a dar atenção não mais as fábricas, ou aos locais de trabalho, mas sim para os conflitos oriundos nos espaços de reprodução da força do trabalho, como o espaço urbano, habitação, dentre outros, que chegaram a consolidar diversos estudos sobre movimentos sociais urbanos. Tal mudança de paradigma fez com que se ampliasse no campo da sociologia urbana, a análise sobre a urbe, principalmente nos aspectos de consumo e de força de trabalho.

Prosseguindo a nossa análise sobre cidade e urbanização, quem avança nos estudos sobre o urbano, propondo uma nova análise de interação entre o espaço urbano e o processo de produção foi o geógrafo americano David Harvey (1982). O autor interliga o trabalhar e o viver ao dizer que “o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho”; assim, o estudioso entende que a luta capital x trabalho ia além dos meros locais de trabalho, ocorrendo simultaneamente, tanto as lutas no espaço de viver como no campo de trabalho.

Sob essa nova análise de interação proposta por Harvey, o mesmo busca inserir o meio urbano na estrutura geográfica do capital, como um elemento integrante das relações sociais, condicionante de uma produção em escala ampliada, como vemos a seguir:

O capital assim chega a representar-se a si mesmo na forma de uma paisagem física criada a sua imagem, criada como valores de uso para aumentar a progressiva acumulação de capital em uma escala crescente. A paisagem geográfica que abarca o capital fixo e imóvel é simultaneamente a glória do desenvolvimento pretérito do capital e uma prisão que inibe o avanço posterior da acumulação, porque a

própria construção desta paisagem é antitética da 'destruição das barreiras espaciais' e, enfim, inclusive da eliminação do fator espaço pelo fator tempo (HARVEY, 1978, p. 86).

E, por fim, outro elemento bastante esclarecedor dessa nova análise harveyniana sobre a cidade, é a ideia defendida pelo mesmo, de que a importância da mobilidade espacial do capital e do trabalho na consolidação do lócus urbano, não diminui a formação da paisagem geográfica, apenas quanto ao capital, mas também nas lutas oriundas dos movimentos do trabalho contra os avanços desse mesmo capital: "não significa dizer que o trabalho não pode vencer em aspectos particulares, nem implica a existência de uma e apenas uma definição de valores de uso para o trabalho, que se adapte aos interesses da acumulação" (HARVEY, 1982).

Dessa forma, a urbe, passou a integrar a geografia do capital, sendo ao mesmo tempo, tanto um fator propulsor, como obstaculizador, do desenvolvimento das relações sociais de produção. Reflexo desse pensar atingiria os estudos sobre a cidade, principalmente nos anos 1970/80, na medida em que eles se limitavam na constituição das relações espaciais, tanto eram tidos como ameaças ao primado capitalista, alicerçados no historicismo e no economicismo, definindo o espaço como "um produto das relações sociais mais fundamentais de produção e das 'leis de movimento' a-espaciais (mas, mesmo assim, histórica) do capital" (SOJA, 1993).

Contudo, é com o sociólogo francês Henri Lefebvre (1972) que os estudos sobre o espaço urbano mais se difundem, dando ao mesmo uma outra conotação, para o autor, a cidade não poderia ser entendida apenas como um reflexo das relações sociais de produção e urbanização, mas sim, como resultado das relações sociais ao mesmo tempo que incide sobre elas.

Lefebvre, unísono discordante aos pensadores da época, defendia a necessidade de uma problemática espacial no marxismo contemporâneo, por acreditar que a transformação do capitalismo estaria relacionada a uma luta simultânea entre o espacial e o social, numa dialética horizontal e vertical, sem ser possível determinar a importância de uma sobre a outra.

Continuando os ensinamentos de Lefebvre, o mesmo defendia que a cidade era tanto o meio para a ação, como o objetivo da luta social empreendida,

e que tal luta, diferente do pensamento de Castells, não deveria ser por bens de consumo coletivo, mas pelo direito à cidade, com cidadania plena e com as pessoas passando a se apropriarem dos espaços de vivências. Assim, a cidade não poderia ser entendida apenas como palco dessa luta, distante e aversa a tais acontecimentos, e dessa forma, Lefebvre caracterizava o tempo e o espaço como elementos indissociáveis ao urbano.

Na medida em que Lefebvre colocou no mesmo plano, o espaço social com as relações sociais de produção, muitos autores chegaram a entender que análise lefebvriana como uma busca de se atribuir ao lócus social um papel transformador, contudo, o autor não buscava isso, mas sim, atribuir ao espaço um papel interativo, regulador, como transcrito a seguir:

As práticas espaciais regulam a vida - não a criam. O espaço não tem poder em 'si mesmo', nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade - contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo entre as forças e as relações de produção - que simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço (LEFEBVRE, 1974).

Lefebvre entendia a urbanização da cidade como resultado dos processos espaciais e sociais que haviam possibilitado ao capitalismo tanto a sua manutenção como a reprodução de suas relações essenciais de produção à mercê da criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumentalizado e bem mistificado, senão vejamos:

o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. [...] A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia; ela visa a uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão (LEFEBVRE, 1999, p. 143).

A apropriação do espaço pelo capital, fruto das relações sócio-históricas, é elemento marcante na perpetuação das relações que disseminam a mais-valia, ou seja, as desigualdades características nas relações de produção capitalistas também passam a ser incorporadas pela produção capitalista do espaço. Dessa forma, ter a consciência de como o capital chega a estruturar o

espaço urbano é deveras importante no processo investigativo no estudo sobre cidades.

Nessa perspectiva de se buscar entender como ocorre a estruturação do urbano pelo capital, o geógrafo brasileiro Adriano Botelho (2005, p.9), nos ensina que se faz necessária “uma compreensão de como o capital crescentemente domina o espaço para que temas como a estruturação do urbano, a segregação e a fragmentação, entre outros, possam ser devidamente tratados”.

Dessa forma, buscando trazer essa discussão da conceituação e origem da cidade pela estruturação pelo capital econômico, para o contexto da nossa pesquisa, especificamente sobre o Projeto Novo Centro, podemos entender, claramente, como a fatia desse poder capitalista, representada pelos lojistas do Centro da cidade de Fortaleza, consegue interferir na política urbana de Fortaleza, defendendo ideias que os beneficiassem, seja por um quiosque padronizado para os camelôs, reforma da rua, mudança da instalação elétrica, dentre outros, o que ao final das contas, lograriam o mesmo resultado final, diminuição da concorrência comercial, embelezamento dos seus espaços comerciais com valorização financeira dos mesmos.

Já por outro lado, os camelôs, mesmo representados por sua associação, defendendo seus interesses e travando lutas sociais pelo mesmo espaço público, mas por não possuírem a mesma força financeira, e aí refletindo na esfera política, não conseguem interferir nos planos da política urbana de Fortaleza, já que ao final são meros coadjuvantes dessa relação desleal de forças política e econômicas, na qual o palco principal foram duas das principais ruas do centro fortalezense, rua Guilherme Rocha e rua Liberato Barroso.

3.2 – O Direito à Cidade: luta, identificação e pertencimento

A Cidade, como visto no segmento anterior, não pode ser entendida apenas como um lócus geográfico, um espaço inanimado, inerte, e alheio a que se passa consigo mesmo e com seus transeuntes, frequentadores e moradores.

É como defendia Lefebvre (2000) antes de tudo a cidade dever ser entendida como um produto social, jamais, um espaço inerte, moldado as características próprias de cada sociedade.

Corroborando desse entendimento o geógrafo brasileiro Santos (1985) define a cidade como instância da nossa sociedade, não podendo ser entendida apenas pelo seu aspecto geográfico, mas sim, pela soma entre a mesma e a sociedade que lhe é inerente.

Nessa mesma linha de pensamento, Borja (2003) concorda com os autores supracitados, indo mais além, ao defender que, apesar, do conceito de cidade ser muito equiparado, erroneamente, ao de ruas, espaços verdes, equipamentos urbanos, dentre outros, a noção de espaço público deve ser relacionado com cidade e cidadania, vista como um conceito de direito público, assim, para o autor, quanto mais cidades uma cidade possua, mais cidadania ela terá, e conseqüentemente, mais conflitos sobre o uso da mesma.

Borja entende que a cidade é o lócus de representação da sociedade, é o espaço de interação entre as pessoas, de contato, sendo ao mesmo tempo um espaço físico, simbólico e político, na qual a cidade deveria garantir ser apropriada pelos inúmeros coletivos sociais que existem e habitam nela, conforme escreve a seguir:

espaço público supõe, portanto, domínio público, uso social e coletivo e multifuncionalidade. Se caracteriza fisicamente por sua acessibilidade, o que o converte em um fator de centralidade. A qualidade do espaço público poderá ser avaliada, sobretudo, pela intensidade e qualidade das relações sociais que facilita, por sua capacidade para gerar misturas de grupos e comportamentos, por sua qualidade de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração cultural (BORJA, 2003, p.122).

Mas, como podemos vislumbrar uma cidade para todos se em suma ela é injusta, segregadora e desigual; tolhida nos ditames capitalistas e ao mesmo tempo, é campo e produto da sociedade que a compõe. Daí devemos entender que o Direito à cidade é muito mais que o poder ir e vir, habitar ou trabalhar nela, e mesmo não concordando com a realidade em que se vive, é possuir direitos básicos, não sendo só mais um integrante coadjuvante, mas sim um participante direto dessa cidade.

Tal compreensão do direito à cidade também é corroborado pela estudiosa arquiteta Ermínia Maricato quando ela fala que “na cidade não queremos só terra, nós queremos o direito à cidadania, à vida na cidade” (Maricato, 1987, p.43). O professor Pedro Jacobi concordando com Maricato, vai além ao dizer que todos têm direito à cidade e têm direito de se assumirem como cidadãos: “Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro” (1986, p. 22).

Conseguimos vislumbrar no Brasil movimentos recentes em busca dessa luta pelo direito à cidade, tais como ocorreu nos protestos em junho de 2013 em nosso país, também conhecidas como jornadas de junho, originadas inicialmente para combater o aumento nas tarifas de transporte público, especialmente o ônibus e metrô.

Tal mobilização conseguiu alcançar diversas cidades brasileiras que simultaneamente realizavam protestos e, o objetivo antes relacionado ao aumento da tarifa do transporte público, foi expandido também para o aumento da violência policial com o cidadão, gastos públicos exacerbados com a Copa do Mundo do ano seguinte, corrupção do dinheiro público, dentre outros.

O movimento em questão alcançou a simpatia de expressiva parcela da população brasileira, que sob o mote alusivo, principalmente nas redes sociais de “o gigante acordou”, conseguiu aglutinar milhares de adeptos as suas jornadas de lutas. E através do apoio popular e da repercussão internacional, algumas vitórias foram alcançadas, o governo brasileiro concedeu uma série de concessões, como a revogação dos aumentos ora propostos, a incidência da categorização do crime da corrupção como crime hediondo, dentre outras conquistas.

Sob o tema, em recente artigo, David Harvey (2015) traça paralelos entre as manifestações ocorridas em diversas cidades do mundo, entre elas a ocorrida em nosso país, com destaque para as sitiadas em São Paulo, para discutir “a crise da urbanização planetária”, que segundo o autor, aqui no Brasil, estamos atravessando-a às cegas, sem nos darmos conta:

A urbanização tem cada vez mais constituído um sítio primário de infundável acumulação de capital que administra suas próprias formas de barbárie e violência sobre populações inteiras em nome do lucro. A urbanização se tornou o centro de atividades econômicas avassaladoras em escala planetária nunca antes vistas na história da humanidade. Estamos, em suma, em meio a uma enorme crise – ecológica, social e política – de urbanização planetária sem, ao que parece, nos dar conta ou mesmo marcando-a. (HARVEY, 2015)

É nessa “crise da urbanização” que as manifestações e revoltas surgem e eclodem na maioria das capitais brasileiras, de forma a contrapor algo aparentemente simples, garantir o direito à cidade, marcar uma jornada de luta pela garantia basilar de uma cidadania justa e igualitária, mas que é tão renegada e denegrida pelos anseios capitalistas que usurpam ao máximo o lócus público.

A emergência dessas lutas urbanas pelo direito à cidade só reforça o pensamento de Lefebvre (1969) da conceituação do espaço urbano como tese central de organização do pensamento social crítico, deixando o espaço de ser apenas mero palco das relações sociais, para ser entendido como meio e produto delas.

Não podemos deixar de mencionar o papel do Estado nisso tudo, haja vista que o mesmo, conforme entende Thiago Santos (2015) tem forte atuação, à medida em que o “Estado, além de regular o mercado, acaba tendo que intervir no ambiente construído das cidades por meio de reestruturações de base territorial, visando à geração de empregos e a modernização do capital fixo útil ao processo de produção, circulação e consumo das mercadorias”, dessa forma, a ação do Estado no processo de urbanização é estrutural, pois permite que o capital encontre novas oportunidades de investimento para explorar mais trabalho.

Trazendo o debate para o nosso tema de estudo, ordenamento do comércio informal no projeto Novo Centro em Fortaleza, certamente a mesma cidade, mesmo espaço público, não é reconhecida nem entendida da mesma forma por camelôs e lojistas. A maioria dos camelôs apesar de possuírem sentimento de pertencimento daquela porção geográfica do espaço público, não pelo caráter de identificação, mas por dali poderem extrair sua sobrevivência financeira, certamente entendem que aquele quinhão da cidade é somente uma

forma de negócio, não algo que possa ser utilizado por ele e por outros ao mesmo ou até futuramente.

Já os lojistas tendem a ver aquele mesmo espaço como algo plural, de todos, inclusive deles, que deixam de ir e vir porque há bloqueio na rua com mercadorias dos camelôs, que aquele espaço precisa ser de todos e não privatizado pelos ambulantes e, que para os mesmos, quem ganha mais com o espaço público ordenado e revitalizado, é a sociedade. Mas na verdade, com essa ação, elimina-se diversas frentes de trabalho informal, tornam o local menos competitivo comercialmente, fazendo com que os seus imóveis se valorizem ainda mais. E essa ação só é possível graças ao papel institucional do Estado.

Com o processo de urbanização estrutural pelo Estado, com a crise da urbanização planetária, pelo uso e exploração do espaço público pelo capital, cada vez mais se intensificam as jornadas de luta pelo direito à cidade, pelo uso, por poder dispor da forma mais coletiva, pela cidadania.

O direito à cidade assume assim, o viés da diversidade, das lutas não pragmáticas, do olhar ao menos favorecido, representa assim, garantir, acima de tudo, uma cidade democrática, de todos e para todos aqueles que ali habitam e vivem, e aí sim, poderemos falar em pertencimento à cidade.

3.3 – As contradições da expansão urbana em Fortaleza

Chegamos a um tópico deveras importante em nosso estudo, que é a análise da expansão urbana em Fortaleza, buscando, mesmo que sucintamente, estudar como se deu o processo de urbanização em nossa cidade.

No último tópico do próximo segmento, denominado: Desbravando Fortaleza, analisaremos a formação histórica da capital alencarina, a partir de sua formação enquanto vila e povoado, até seu crescimento e expansão para se consolidar como a capital cearense; já nesse segmento, desenvolveremos sob a perspectiva da expansão urbana em Fortaleza.

Assim, a partir do que já sabemos sobre o processo de formação histórica, podemos dizer que Fortaleza só começou a se expandir e realmente ganhar destaque no cenário nacional, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, haja vista, que até esse período, cidades como Aracati, inclusive sendo a primeira capital cearense, e mesmo Sobral, tinham mais projeção em termos comerciais e políticos.

O lapso temporal citado acima, pode ser entendido como o ciclo inicial do processo de urbanização em Fortaleza, e isso certamente deu-se muito em virtude de questões climáticas em nosso Estado, à medida em que uma boa parte do nosso Estado sofria com consecutivas crises de estiagem, fazendo com que muitos se deslocassem do interior para Fortaleza, num nítido processo de migração, conforme reforça Barros Leal:

Das muitas secas, a responsável pelo maior número de vítimas foi a “seca dos dois setes”, que durou de 1877 a 1879. Esta seca foi acompanhada por grande movimento da população. Fortaleza, à época com uma população de 20.098 habitantes, segundo o censo de 1872, atingiu em dezembro de 1878 160.000. Isto significou falta de alojamentos, de água, de alimentos, de remédios, de infraestrutura urbana e sanitária. (BARROS LEAL, 1978)

O então migrante vindo do interior para a capital foi se estabelecendo de tal forma, que trazia consigo características rurais que acabavam por se disseminar no meio urbano, tais como a criação de animais, a agricultura de subsistência e o cultivo de hortifruti. E este migrante alojava-se debaixo de árvores, nas praças e até nas ruas, criando uma nova realidade.

Dessa maneira, essa nova realidade nem sempre era pacífica, e o Estado, precisava disciplinar tanto o espaço como o modo de vida urbano e, como citado no segmento anterior, o processo não fora nem rápido nem pacífico, gerando muitas brigas, prisões e reflexos no seio dessa cidade a se urbanizar. Para o geógrafo americano David Clark a urbanização poderia ser definida como:

Um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade. (CLARK, 1985, p.62).

Por isso, podemos afirmar categoricamente que o processo de urbanização em Fortaleza teve forte motivação climática, que através das

constantes secas motivou o êxodo rural do cearense do interior para Fortaleza, como também a forte participação de migrantes rurais e interioranos nesse processo.

Assim, a cidade foi forçada a crescer, num processo muito mais de imposição do que de adesão democrática, diríamos até um processo necessário para se tentar equilibrar os antigos e novos moradores, bem como, adequar todos na “civildade” e condicionantes do atual modo de vida urbano.

A Fortaleza do século XIX não era urbana, estava em processo de urbanização, mas recebia na legislação urbanística forte influência da Corte Imperial, como em se tratando da arquitetura e paisagismo uma severa influência europeia. Em relação à questão legal, podemos destacar que foi em 1835 que fora publicada a primeira lei que disciplinava as posturas urbanas, definida como Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, que entre outros artigos, dizia o seguinte:

Art. 14 - Que nenhuma pessoa a qualquer hora da noite, dentro desta Cidade será permitido o andar pelas ruas della gritando, e inquietando assim os cidadãos pacíficos, e o sossego público, sob pena de ser condenado a dois mil réis para as despesas do Conselho, ou quatro dias de prisão, e na reincidência o duplo.

(...)

Art. 56 - Ninguém poderá criar porco dentro desta Cidade, senão em chiqueiro, e que não cause mau cheiro a vizinhança, e fora della no termo não se poderá criar tais animais, se não em cercados fortes de pau a pique, ou chiqueiros (FORTALEZA, 1835).

Como vimos, mesmo sucintamente, o aglomerado de pessoas vindas do interior para a capital, gerou, mesmo que sem querer, um processo de urbanização forçada. Gerando regras de condutas que foram impostas, inspiradas na Corte Imperial, e tinham como objetivos o disciplinamento tanto do espaço urbano como da população.

E fora isso, as cidades passaram a serem tidas, e Fortaleza não foi diferente, como, propagadores tanto de doenças como de perversão, sendo inclusive apontadas como disseminadoras de epidemias. Assim, surgiram várias teorias sanitaristas que faziam alusão das doenças encontradas nas urbes com as condições de higiene e o próprio modo de vida da sua população. Tais teorias

defendiam a higienização e a moralização do modo de vida e do espaço urbano, como forma de erradicar tais mazelas de saúde.

E atrelado a tudo isso, surgiu outra questão importante nesse processo de urbanização da maioria das cidades, bem como aqui em Fortaleza, qual seja, do embelezamento do espaço urbano, e através daí, também conciliando com o modelo sanitarista da urbe.

Sendo assim, Gondim (2017) destaca sob o tema que somente a partir de meados do século XIX é que Fortaleza começa a passar por intervenções urbanísticas, baseadas sobretudo no modelo de embelezamento europeu, como citada em segmento anterior, pela *Bella Époque* francesa.

À medida em que ocorriam as obras de embelezamento chegavam mais e mais cearenses vindos do interior para Fortaleza. Segundo dados do IBGE, entre os anos de 1940 a 1970, Fortaleza teve um acréscimo de mais de quatrocentos mil pessoas, sendo que apenas na década de 1950 a 1960 o número de habitantes em Fortaleza passou 270.169 para 514.813 habitantes.

Esse processo de migração ia contra os processos de embelezamento, haja vista, que a cidade não estava sendo pensada, nem planejada para abrigar as centenas de pessoas que desembarcavam diariamente por aqui. As obras de embelezamento se davam, prioritariamente, no Centro e ao seu redor, mas o local não teria como abrigar tantas pessoas, não só pela questão geográfica, mas principalmente pela exclusão econômica que se estavam criando, e a partir daí, a cidade começa a se expandir para outras áreas, dando início, inclusive, a um processo de favelização em áreas periféricas, tais como: Lagamar, Mucuripe, Varjota e Morro do Ouro.

Durante o início do século XX, tanto o Centro como bairros próximos, como Jacareganca e Benfica, eram tidos como área nobre de Fortaleza, e concentravam não só as mais pomposas residências como também, começaram a atrair a concentração de fábricas e logicamente da mão-de-obra. Assim, o ambiente antes considerado seletivo, passa a ser dividido com a pluralidade de classes, fazendo com que boa parte dessa elite se deslocasse, em meados do século XX, para bairros como Aldeota, Praia de Iracema, Meireles, já a classe

média ia povoando bairros como Fátima, Montese, Joaquim Távora, dentre outros.

Já aquelas pessoas que não se enquadravam em nenhuma dessas classes sociais, iam cada vez mais povoando áreas longínquas do centro, originando a periferia da nossa capital, bem como aumentando o lastro de favelização para bairros como Pirambu, Serviluz, Messejana, Parangaba, José Walter, Conjunto Ceará e Bom Jardim.

Essa dinâmica de expansão urbana em Fortaleza, marcada principalmente, pelo ditame econômico, e as facilidades de ocupar um local viável e acessível, fez com que boa parte desses bairros, condensassem pessoas com as mesmas características culturais, econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que se ampliava o processo de segregação socioespacial em nossa urbe.

Neste entendimento, Maricato (1997) vem a definir segregação socioespacial como a concentração espacial homogênea de pessoas de uma determinada classe social, na qual é algo comum entre os mais pobres de uma cidade, assim, as principais melhorias, os melhores equipamentos urbanos, a própria atuação do poder público dá-se nas áreas de maior concentração econômica, gerando oportunidades desiguais para os menos abastados.

Em relação ao nosso objeto em estudo, ordenamento do comércio informal no projeto Novo Centro em Fortaleza, percebemos durante as entrevistas e questionários que boa parte dos camelôs que trabalham no Centro da capital, são oriundos do interior e residentes em outros bairros da nossa cidade, como da região metropolitana.

O Centro acaba sendo ainda hoje o lócus de atração comercial, não como nos tempos antigos, inclusive já citados aqui, mas ainda segundos dados da ETUFOR, há uma circulação diária de 350 mil pessoas, em dias ordinários e, 600 mil em dias comemorativos. Por si só, esse fluxo de pessoas é capaz de garantir uma boa circulação de dividendos na região.

Apesar de não ser objeto de nosso estudo investigativo, mas cabe aqui pontuar que, fora a circulação natural de pessoas na área, a conhecida Feira José Avelino, acaba por atrair diversos turistas de negócios, que direta ou

indiretamente também passam a circular nos pontos históricos e demais comércios da região central.

Se a expansão urbana, em Fortaleza, deu-se de forma desordenada, migrando os setores econômicos mais abastadas para determinadas áreas, conseqüentemente, fez com que tais áreas, futuramente transformadas em bairros nobres que passaram a ter as melhores condições de infraestrutura, saúde e, investimento de políticas públicas municipais.

Essa migração populacional do Centro de Fortaleza, também gerou como consequência, uma migração de investimentos naquela região, já que boa parte dos investimentos públicos, foram destinados para outras áreas, equiparando-se o mesmo, em questões de investimentos do poder público municipal, a um bairro periférico.

O contraditório é que mesmo o Centro, sendo visto pelo seu potencial comercial e econômico, como ainda o é hoje, foi renegado por muitas e muitas gestões, com ações públicas paliativas e esporádicas. Isso, vai muito da realidade que observamos lá; durante o dia, atração de pessoas, grande fluxo de carros, lojas abertas; e a noite, pouca atividade residencial, praticamente zero a ocupação comercial.

Essa urbanização irregular e sem planejamento da cidade de Fortaleza, reflete ainda hoje em nossa cidade; contudo, podemos perceber que a característica urbanística de outrora que apregoa no seio da nossa sociedade é a mesma de hoje, qual seja, deslocar-se, migrar-se, para áreas com maiores investimentos, que possuam algum núcleo comercial, com uma certa infraestrutura, equipamentos de saúde, ruas asfaltadas e com a possibilidade de uma maior sensação de segurança.

E ultimamente, isso vem acontecendo muito, com a instalação de vários shoppings e centros comerciais na cidade, em diversos bairros e áreas, como foi feita antigamente, e continua-se a ser feito, em outra escala, na migração das pessoas para as circunvizinhanças dessas áreas. Isso faz com que bairros periféricos passem a ter uma melhor estrutura, não uma melhor ordenação, porque não foram pensados para isso, haja vista que a procura, as construções e a ida para os mesmos, não acontece de forma planejada, mas

pensada num viés imediato de poder melhor usufruir daquela nova região a ser habitada.

Não à toa com o tão grande crescimento de Fortaleza, que a relativa distância entre a mesma e as cidades metropolitanas são minimizadas pelo processo de conurbação urbana, que seria praticamente a unificação entre cidades, o que faz até mudar uma realidade hoje, na qual, muitas pessoas moram até em outras cidades metropolitanas, mas trabalham em Fortaleza, o inverso já é mais raro acontecer.

Pensando em tudo isso, a Prefeitura de Fortaleza, através de um dos seus órgãos, o IPLANFOR – Instituto de Planejamento de Fortaleza, começou a desenvolver um projeto, denominado de Fortaleza 2040, que busca planejar o município até o ano de 2040, em três eixos: plano mestre urbanístico, o plano de mobilidade e o plano de desenvolvimento econômico e social.

Segundo o vice-prefeito de Fortaleza, Élcio Batista⁸: “O Fortaleza 2040 tem como objetivo criar modelo de desenvolvimento econômico, ambiental e social mais equilibrado, que crie mais oportunidade, que gere um processo de distribuição de riquezas e bem-estar de forma melhor distribuída”.

Algumas ações, nos três eixos, já foram iniciadas, contudo, é difícil, apenas falar em planejamento para um futuro próximo, ano 2040; de uma cidade histórica e urbanamente desorganizada, que precisa de ações e planos que possam não só pensar, mas sobretudo corrigir contrastes e problemas urbanísticos pretéritos que são bastante perceptíveis na atualidade.

⁸ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/metas-do-plano-fortaleza-2040-podem-ser-alcancadas-antes-do-previsto-1.3072210> (acessado em 18/02/2022).

4 CENTRO: DO PASSADO AO PRESENTE - REDESCOBRINDO O SEU LUGAR DE DEBATE

Não foi por seu 'envelhecimento' que o centro principal foi abandonado. Se conviesse às burguesias continuar a usá-lo, elas o teriam renovado e aprimorado, como, aliás, já haviam feito no passado, em inúmeros casos.

(FLÁVIO VILLAÇA, 2001)

Podemos afirmar que o Centro de qualquer cidade é o seu local de maior destaque, isso não quer dizer que seja o espaço mais valorizado em termos financeiros ou o mais desejado em termos habitacionais ou o mais frequentado pelos turistas que o visitam; pelo contrário, muitas vezes não o é, sendo até esquecido pelo Poder Público, o que acaba gerando diversos outros problemas, como insegurança para os transeuntes, presença constante de moradores de rua, excessivo número de vendedores informais, dentre outros.

Quando falamos que o Centro de qualquer cidade é o seu principal local, é porque nele podemos contemplar as suas origens, a sua história e, principalmente, características do povo daquele local; se usarmos um comparativo entre a fisiologia e o corpo humano, certamente entenderíamos a cidade como o corpo humano e o Centro como o seu coração.

Para os fins investigativos que o nosso trabalho se propõe, podemos entender o Centro como espaço de disputa simbólica entre diversos atores sociais que nele interagem e se utilizam desse espaço geográfico para construir sua história, além, é claro, de obterem ganhos econômicos, temática essa que será explorada no segmento cinco desse trabalho.

Nessa lógica, valendo-nos dos ensinamentos de Bourdieu (2004) sobre o seu conceito de campo, na qual pode ser entendido como o espaço simbólico em que os agentes legitimam suas representações, manifestando as

práticas e saberes daquele grupo. Cabe-nos, então, afirmar que a legitimidade das representações simbólicas se dá primordialmente com aqueles que podem impor seus símbolos de poder, o que acaba sendo disseminado como uma verdade, resultando num espírito constante de lutas entre os atores envolvidos. Daí, a importância do Centro como um campo a ser explorado pelo nosso estudo investigativo.

Esse mesmo Centro, lócus geográfico, campo de estudo, é um espaço dialético em que todas as relações são construídas, sendo ao mesmo tempo produtor e produto desse meio. Corroborando desse pensamento, Lefebvre escreve que o espaço urbano é em sua essência dialético, “o espaço urbano se apresenta de forma dialetizada, como um produto-produtor, como suporte das relações sociais e econômicas” (LEFEBVRE, 2006, p. 35).

Para escrevermos sobre o Centro de Fortaleza até chegarmos aos dias atuais, mergulharemos nas informações históricas sobre a colonização do Estado do Ceará, a criação de Fortaleza, a origem do Centro, suas principais mudanças ao longo das décadas, tentando demonstrar a importância, muitas vezes esquecida, desse perímetro urbano para a nossa cidade, e principalmente para o nosso trabalho.

4.1 Ceará: um mergulho em seu passado

Antes de adentrarmos na história de Fortaleza, achamos importante transcrever, brevemente, sobre o Estado do Ceará, partindo da colonização da capitania⁹ do Ceará até os dias atuais, deixando bem claro que não é nosso escopo detalhar fielmente tal acontecimento, mas resumi-lo de forma compreensiva e didática numa incursão lógica com o fito de se chegar a entender a formação de Fortaleza e em especial a sua região central.

⁹ O sistema de capitanias hereditárias foi adotado no Brasil colonial pela Coroa Portuguesa para explorar e administrar toda a grande extensão territorial brasileira. O território foi então dividido em 14 lotes de terras denominado de capitania, na qual o administrador teria direito a explorá-la de forma vitalícia e poderia passar esse domínio para os sucessores, tendo direito a 10% dos produtos da terra, contudo deveria repassar a Coroa Portuguesa uma certa porcentagem do que encontrasse de metais e pedras preciosas.

E assim, partindo da colonização cearense, devemos descrever que ela se deu ao longo do século XVI e foi marcada por muitas dificuldades para a Coroa Portuguesa, haja vista, que as terras cearenses não eram propícias ao cultivo da cana de açúcar, como também podemos destacar uma certa resistência indígena das comunidades aqui existentes e, principalmente, as dificuldades climáticas que não favoreciam a fixação de colonos na capitania.

Esse fator, foi condição preponderante para se formar na capitania cearense, uma sociedade rural voltada para a pecuária e agricultura, a partir de uma colonização dos sertões, isso durante o século XVII, executando assim, uma efetiva ocupação territorial interiorana.

A capitania do Ceará foi doada, em 1535, pela Coroa Portuguesa a Antônio Cardoso de Barros, que era provedor-mor da Bahia no governo de Tomé de Sousa, contudo o mesmo não manifestou nenhum interesse com as terras recebidas, não tendo nem chegado a visitar tal capitania.

Sabe-se que em meados de 1600, Franceses e Holandeses já desenvolviam relações comerciais na capitania cearense, o que contraria a famosa teoria de descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, na medida em que, atualmente, já existem outras teorias do descobrimento, contudo, não nos cabe desenvolver sobre tais teorias, já que nosso objetivo no trabalho é outro.

Seguindo o curso cronológico e metodológico, destacamos que a primeira tentativa real da Coroa Portuguesa de colonizar a capitania do Ceará ocorre, em 1603, com Pero Coelho de Sousa, que apesar de não completar o seu objetivo de chegar às terras maranhenses, acaba vencendo os índios Tabajaras e os Franceses na serra da Ibiapaba e, voltando ao litoral cearense, funda o Forte de São Tiago, onde hoje se localiza o bairro da Barra do Ceará em Fortaleza.

Por volta de 1611, a Coroa Portuguesa implementa novamente uma expedição para chegar ao Maranhão e tentar resgatar tais terras que estavam sobre o domínio dos franceses; nessa expedição viaja Martim Soares Moreno, que no mesmo ano funda em nossa capitania o Forte de São Sebastião, também localizado na Barra do Ceará, contudo, posteriormente fora destruído.

Vale aqui citar, a importância que Moreno teve ao iniciar a exploração econômica e também social da capitania cearense.

Em 1649, o holandês Matias Beck, representante da dominação holandesa sobre a capitania cearense, Siará Grande, constrói o Forte Schoonemborch¹⁰, que fora entregue aos portugueses com a capitulação¹¹ holandesa em 1654, na qual os mesmos a renomearam de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Até o ano de 1680, a capitania do Ceará deixou de ser vinculada a capitania do Maranhão, passando agora, a ser subalterna à capitania do Pernambuco. Somente em 1799 é que a capitania cearense é desmembrada de Pernambuco.

FIGURA 01: Mapa do Siará Grande em 1800



Fonte: Mariano Gregório do Amaral

Contudo, a capitania cearense só é elevada à categoria de Província, em 28 de fevereiro de 1821, e apenas em 1889, com a proclamação da República Brasileira é denominada como Estado do Ceará.

¹⁰ Foi batizado com esse nome em homenagem ao Governador Holandês de Pernambuco.

¹¹ Capitulação é o ato de se render após uma guerra, e a rendição holandesa aos portugueses foi formalizada em 1654 na cidade de Pernambuco.

4.2 Desbravando Fortaleza

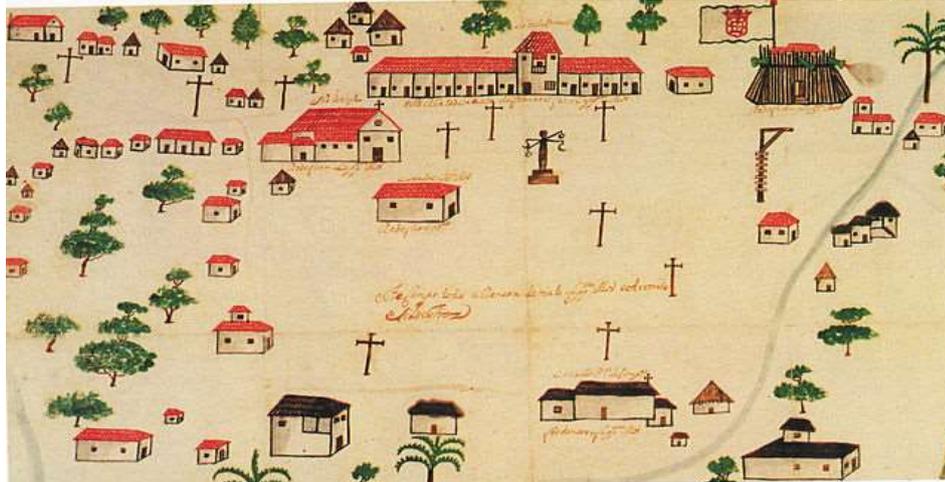
É importante, para o nosso trabalho investigativo, situarmos Fortaleza, principalmente, a partir de uma visão histórica, geográfica, social e política, sem pormenorizações enfadonhas, mas com fatos que possam ajudar-nos a chegar aos objetivos propostos nesse estudo.

Assim, sobre Fortaleza, um marco importante, ocorre após 1654, com a retomada do forte Schoonemborch, pelas mãos portuguesas, como escrito no tópico acima, e a mudança nominal para Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção pelo capitão-mor responsável, Álvaro de Azevedo Barreto, o mesmo acaba executando pequenas reformas e iniciando a construção de uma capela no local:

O antigo Forte ocupava uma posição alta, com domínio do mar à sua frente (N) e do porto de pequenas embarcações no rio Pajeú (L). Uma posição estratégica, situada na metade do caminho marítimo entre Recife e São Luís do Maranhão, pontos básicos da administração portuguesa na colônia, uma vez que as correntes oceânicas e os ventos corriam no mesmo sentido de leste para o oeste. Assim sendo, as viagens de ida se faziam rapidamente, enquanto que o retorno tornava-se difícil ou inviável, dando as embarcações a vela nas Antilhas, e desta na península ibérica. O que levou ao estabelecimento de rotas diretas de São Luís e Belém à Lisboa induzindo a criação do Estado do Maranhão e Grão Pará, administrativamente separado do estado do Brasil. Inicialmente o Ceará ficou vinculado ao Maranhão, e posteriormente foi transferido para a alçada deste último, passando a vincular-se à Capitania de Pernambuco, aqui residindo o Capitão-Mor, autoridade nomeada pelo governador de Pernambuco para dirigir os interesses portugueses nesta Capitania. (10º Região Militar, 2017).

E é, justamente ao redor, do Forte de Nossa Senhora da Assunção, que se começam a aglomerar pessoas e, ir instalando-se famílias e, a partir daí, nasce o que foi chamada, inicialmente, de Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, depois, então, renomeada de Cidade de Fortaleza de Nova Bragança e posteriormente de Cidade de Fortaleza do Ceará, outrora de Cidade de Fortaleza e, finalmente, de Fortaleza, nomenclatura atualmente vigente.

FIGURA 02 – Planta da Vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção (1730)



Fonte: Nirez

Contudo, vale aqui uma observação, de que a capital da capitania cearense, não era Fortaleza e, sim, a Vila do Aquiraz, que dispunha de favorecimento geográfico e amplo desenvolvimento pecuário. Apesar que em 1713, a Vila do Aquiraz sofre com o ataque de índios, fazendo com que, sobreviventes a esses ataques migram de lá, refugiando-se na Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, levando em 13 de abril de 1726, a elevação do povoado a de vila e marcando a inauguração da Vila da Fortaleza.

O ano de 1777 e, seguintes, foram anos de seca na província cearense, que detinha forte domínio na produção das charqueadas; tal seca, afetou diretamente a indústria bovina no Ceará. Isso favoreceu o surgimento de outras atividades econômicas, como o desenvolvimento da cultura do algodão, fortalecida aqui pela guerra de independência americana.

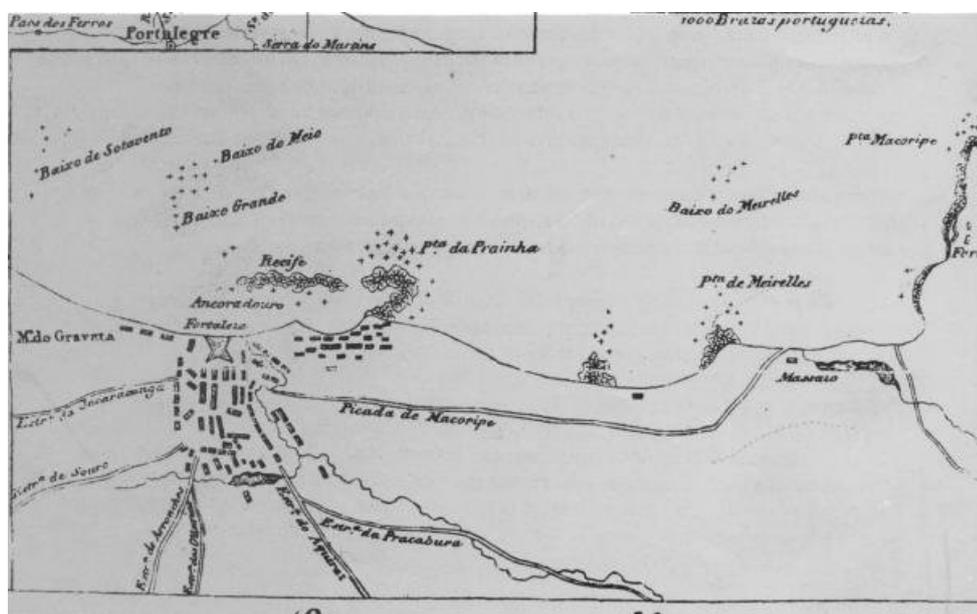
Com a emancipação do Ceará de Pernambuco, no ano de 1799, Fortaleza é eleita capital, e a partir daí, podemos ver os primeiros passos no sentido do desenvolvimento urbano, já que seria preciso dotar a mesma ao status que aquele título de capital carregava.

Transformada portanto em sede oficial de capitania independente, a vila na verdade vê reforçar-se a velha condição de capital de fato, com que já figurava nos tempos da antiga capitania militar subalterna. As funções administrativas revalorizadas passam a somar-se às novas funções comerciais de porto de exportação algodoeira. Submetida a uma convergência de interesses, consolidados pelo conjunto de mudanças ocorridas no Brasil de começos dos oitocentos, a Vila do Forte demonstra situar-se em lócus privilegiado no espaço geográfico da futura Província, o que explica a conseqüente e posterior

hegemonia de Fortaleza na rede urbana cearense (CASTRO, 1994, p.45).

Dessa feita, foi necessário criar aparatos administrativos, para controlar as divisas do escoamento da produção algodoeira, como ocorreu em 1812, com a criação da Alfândega de Fortaleza, e nesse mesmo ano, tem início os projetos urbanos propostos por Silva Paulet.¹² O projeto de Paulet, em 1813, não atende o que era esperado e o mesmo é chamado a executar um novo projeto urbano em 1818, na qual ele utiliza uma proposta de traçado em xadrez, denominando de Planta da Vila de Fortaleza.

FIGURA 03: Planta da Vila de Fortaleza proposta por Silva Paulet (1818)



Fonte: Museu da Imagem e do Som

A elevação da categoria de vila para cidade, acontece em 17 de março de 1823, quando o então imperador, D. Pedro I, nomeia a cidade de: Fortaleza de Nova Bragança, apesar de o povo continuar a chamá-la de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, e com o passar do tempo e o uso cotidiano, a chama-la apenas de Fortaleza.

¹² Antônio José da Silva Paulet era engenheiro militar português que em 1813 elabora o desenho da vila, na qual fora denominado como Planta do Porto e da Vila de Fortaleza, contudo, segundo MATOS (2009), Paulet não executou bem o desenho da vila, mas detalha com pormenores o litoral fortalezense. Sendo que em 1818 é solicitado ao mesmo um novo desenho que realmente retrate a estrutura urbana de Fortaleza.

Apesar de ser elevada à categoria de cidade, Fortaleza ainda sofria com muitos resquícios de décadas passadas e isso ocorria principalmente devido a entraves em seu processo de modernização, decorrentes de secas constantes e epidemias que assolavam a cidade em meados do século XIX. “Nestes períodos epidêmicos, pânico e terror tornaram-se uma constante na capital cearense. As doenças, presentes nos mais recônditos lugares de Fortaleza, atingiram todos, independentemente de suas condições de moradia e de suas condições sociais” (JUCA NETO, 1993, p.52).

Já por volta, da metade do século XIX, diversas cidades brasileiras passaram por diversas transformações urbanas e, logicamente Fortaleza, também está inclusa nesse processo, sendo que a maioria dos novos equipamentos urbanos se deram basicamente na região central da urbe. Conforme anota Lemenhe:

Não menos importante seria a expansão das edificações públicas. Prédios como o da Santa Casa de Misericórdia (1861), cadeia pública (1866), Assembleia Legislativa (1871), Asilo de Mendicidade (1877), Escola Normal (1884), Quartel do Batalhão de Segurança (1880), Estação da estrada de ferro de Baturité (1880), além dos mais antigos, como o Palácio do Governo, Mercado Público, Palácio Episcopal, Tesouraria da Fazenda (1895), conferiram a Fortaleza a marca de capital da Província. A criação de escolas, hoje denominadas de 2ª grau, da Biblioteca Pública, do Instituto do Ceará e de clubes sociais imprimia ao núcleo uma vida de cultura e ócio, não comparável, evidentemente, a similares das mais importantes capitais do país, mas inacessível aos mais poderosos das outras cidades do Ceará. Investimentos em iluminação pública, calçamento de ruas, construção de praça pública (Passeio público) e chafarizes modernizaram a capital (LEMENHE, 1991, p. 123).

Fruto dessas transformações, citadas acima, ressalte-se que, em 1875, foi destacada a, Adolfo Herbster, a missão de se elaborar um Plano Diretor da Cidade, em alteração ao elaborado por Silva Paulet, em 1818. Tal plano, sofreu forte influência do movimento Paris Belle Époque¹³. Em Fortaleza o período da Belle Époque foi de meados do século XIX até os anos de 1930.

Nesse período, na qual daremos maior atenção no próximo tópico, esse específico, sobre o Centro de Fortaleza; podemos destacar que existiram

¹³ Período de efervescência cultural, intelectual e artístico que começou no final do século XX e encerrou-se por volta de 1914, principalmente na França, e que foi incorporado por diversos países do mundo, como sinônimo de glamour e status social.

diversas intervenções urbanas e projetos, contudo, não o suficiente para atender as contradições produzidas no espaço urbano vigente e, principalmente, a maioria dessas reformas davam-se apenas na região Central de Fortaleza.

Já a população, nesse período, em Fortaleza, cresceu de tal forma que os miseráveis e mais pobres precisavam buscar refúgio no subúrbio e nas periferias, em condições de vida bem inadequadas, iniciando assim as conhecidas favelas, como destaca Souza: “O crescimento populacional ocasionado no período foi tal que de 1890 a 1940 a população de Fortaleza saltou de 40.902 para 180.165 habitantes” (SOUZA, 2000, p. 221), claramente um aumento maior que 200%.

Há de se destacar que, apesar desse crescimento populacional, todos os olhares estavam, apenas, voltados para o Centro e, sobre o tema, Farias escreve o seguinte:

As reformas urbanas, todavia, estavam restritas ao centro de Fortaleza, beneficiando apenas as elites que ali residiam e se divertiam. Para a periferia, nada. A cidade era asfixiada por um cinturão de pobreza. No areal frouxo encontravam-se as vielas e recantos com barracos de taipa e palha, onde moravam os trabalhadores braçais, pescadores, lavadeiras, biscateiros, abridores de cacimba, prostitutas, vagabundos, etc. Constituíam o retrato da pobreza que ainda hoje pode ser visto na periferia fortalezense. (FARIAS, 2012, p.248).

Assim, o Centro de Fortaleza, vai se destacando e desenvolvendo o seu perfil comercial, como percebemos até hoje; e isso, vai desagradando à elite burguesa que vivia naquela região, fazendo com que muitos deixassem a área central e se deslocassem para a região oeste da cidade, indo, principalmente, para o bairro Jacarecanga¹⁴, por ser residencial e próximo ao Centro, e posteriormente para bairros como o Benfica e Praia Formosa, hoje denominado de Praia de Iracema.

Entretanto, com a expansão urbana da cidade para o lado leste, por volta de 1940, e anos seguintes, surge o bairro Aldeota, que a partir daí, passa a abrigar a classe média e alta da sociedade fortalezense, alterando

¹⁴ O bairro Jacarecanga surge no início do século XX, numa região oeste da área central de Fortaleza, abrigando a elite fortalezense que buscava sair do Centro para uma área próxima, contudo mais residencial, já que o centro se tornara uma área muito comercial, e aí era passível de ser “ocupada” por pessoas de todas as classes sociais.

consideravelmente, a dinâmica urbana da urbe, que passa a ter nessa região, mais investimentos, inclusive do poder Público Municipal.

4.3 Centro: o coração de Fortaleza

Seria inconcebível, não abordarmos o Centro num tópico exclusivo, não somente para valorizarmos o seu passado histórico, mas sobretudo, para procurarmos entender o que foi e, como o Centro de Fortaleza, chegou na situação em que está atualmente, dando ao mesmo a sua devida importância, como campo de estudo, em nosso trabalho investigativo.

Sabemos, que quando falamos de Fortaleza, aproximadamente, até início e meados do século XX, estamos certamente, referindo-nos ao Centro, haja vista, que praticamente tudo acontecia naquela região, mesmo porque como já citado no trabalho, Fortaleza surge e desenvolve-se a partir do Forte de Nossa Senhora de Assunção, região pertencente ao Centro.

E o importante, não é apenas, o local em si, o lócus geográfico, mas o que ele pode proporcionar, a dinâmica, as lutas que trava, as relações que são construídas; e, como bem nos ensina Ann MarKussen, ao redigir que “o significado de uma região encontra-se nas lutas que se dão nela, e não na entidade de per si” (MARKUSSEN, 1981, p.63).

E seguindo o percurso cronológico, ao final do século XX, o nosso país viveu diversos acontecimentos que impactaram diversas cidades, principalmente, em ações como, a abolição da escravatura¹⁵, a proclamação da república e consolidação do sistema de trabalho assalariado.

Paralelo a isso, Fortaleza, não era alheia a tais acontecimentos, inclusive, vivia-se aqui o contexto da Belle Époque, especificamente o Centro, que sofrera com muitas transformações. Em 1875, Adolfo Hebbster, consolida o traçado xadrez de Silva Paulet, ampliando-o ao ponto de se criar três

¹⁵ A província do Ceará aboliu a escravatura em 25 de Março de 1884, quatro anos antes da Lei Aurea e a abolição dos escravos em cunho nacional, tendo como destaque a figura do jangadeiro Chico da Matilde ou Dragão do Mar, apesar de contar com apoio das elites, o resultado prático pouco interferiu na realidade que os libertos passaram a viver.

boulevards¹⁶, todas no Centro, a destacar que atualmente são as avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel; tais avenidas foram projetadas, à época, de forma a serem maiores e mais arborizadas, dando um tom clássico as mesmas. Conforme Ponte nos relata:

Atualizando o sistema de traçado urbano na forma de xadrez esboçado por Silva Paulet para a cidade em 1818, o plano urbanístico de Hebster estendia o alinhamento das ruas até os subúrbios. Corrigindo becos e vias sinuosas, esse traçado agilizava o fluxo de pedestres, carros e mercadorias. Deixando a capital mais “aberta” e “transparente”, dificultava possíveis ocorrências de revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital. (PONTE, 2000, p. 166).

Podemos notar, claramente, que as primeiras avenidas que foram construídas no Centro de Fortaleza, foram criadas para o embelezamento da urbe, como também com o propósito do poder público poder vigiar melhor o espaço urbano de possíveis aglomerações e revoltas da população.

Outras construções foram executadas no Centro de Fortaleza, além das avenidas, contudo, todas com o fito de embelezamento e modernidade, na qual, podemos destacar a construção do Mercado Central, do Teatro São José, reformas na Praça do Ferreira, Passeio Público, Coração de Jesus e Praça Pelotas.

Além da parte física e estrutural, o Centro foi berço de movimentos culturais, como destaca, Paulino Nogueira: “a importância do espaço do Centro decorre de sua referência na formação socioeconômica, política e cultural da Cidade. Foi lá que se fizeram presentes movimentos culturais como a Padaria Espiritual, o Centro Literário e diversos jornais” (NOGUEIRA, 1899, apud PONTE, 2000, p. 162).

Como o Centro era o único núcleo da cidade que tinha porte comercial, todas as ações convergiam para o mesmo, dando ainda mais destaque àquela área; razão pela qual, faz nascer naquele núcleo urbano, uma clara dicotomia entre ricos e pobres, como relata Otacílio de Azevedo quando nos descreve, por exemplo, que no Passeio Público, existiam três espaços bem determinados que expressavam bem essa segregação social.

¹⁶ Sinônimo de avenida

O Passeio Público era uma ampla praça dividida em três partes iguais. A primeira era a Caio Prado, onde fervilhava a fina sociedade local; a parte do meio era a chamada Carapinima, destinada ao pessoal da Classe Média e onde a banda da Polícia Militar executava operetas e valsas vienenses. A terceira era a Avenida Padre Mororó, frequentada pela ralé – as mulheres da vida, os rufiões e os operários pobres (AZEVEDO, 1992, p.50).

E não apenas isso, vale relatar que, muitos são os exemplos da época, de segregação entre ricos e pobres, tais como, os bondes de primeira e segunda classe, os próprios espaços no cemitério São João Batista que delimitava as ruas das covas, a partir dos diversos níveis sociais, dentre tantas outras situações.

E essa dicotomia, gerou por parte da classe dominante vigente, o ensejo de estabelecer limites ao uso da cidade, porque desde aquela época, a cidade já era vista como um lócus que deveria ser sua. Assim, foi necessário estabelecer uma espécie de ordenamento urbano e social da urbe, na qual as ações, em sua quase totalidade, deram-se no Centro de Fortaleza, como cita Sebastião Ponte:

Assistiu-se também, a partir da segunda metade do século XIX e com maior intensidade durante a Primeira República (1889-1930) a semelhantes tentativas de regeneração urbana. Problematizando a existência, na cidade, de faltas, desvios e perigos naturais e sociais que comprometiam uma apregoada necessidade de torná-la um centro desenvolvido e civilizado, um movimento considerável de discursos e práticas emergiu e procurou - **sobretudo através de estratégicas medidas embelezadoras, saneadoras e higienistas – ordenar o espaço e disciplinar sua população.** (PONTE, 2010, p. 07) (grifo nosso).

É nítido que, desde aquela época, existiram ações que visavam embelezar e não solucionar os problemas sociais, em questão; a dicotomia entre pobres e ricos não era o problema a ser enfrentado; pelo contrário, era a razão das mudanças. O objetivo das mudanças, ora implantadas, seria dar ao espaço urbano, um ar habitável, belo e que fosse sinônimo de limpeza, poder e status social.

As ações impostas, pela classe dominante, certamente deixavam os mais humildes, em maioria numérica, bastante chateados, porque tais mudanças, só lhes traziam deveres e restrições, em detrimento à classe mais abastada. E esse descontentamento, pôde dar frutos dos mais diversos, do humor à resistência, ou vice-versa.

Como exemplo, da força da resistência, tivemos a famosa passeata das 600 (seiscentas) crianças, que foi usada pelos adversários políticos de Nogueira Accioly¹⁷ para tentarem reprimir ações dos policiais; sem um resultado efetivo, é verdade, haja vista, que houve um pisoteamento de diversos manifestantes, o que gerou a renúncia do governo de Accioly e a alçada ao poder por parte do seu rival, Franco Rabelo.

Não obstante esse fato, que pode gerar dúvidas da força de resistência, haja vista, tal movimento não ser eminentemente popular, tendo tido apoio decisivo da classe média ligada ao grupo político de Franco Rabelo; podemos dizer, que o pós-passeata, pode sim, ser exemplo fidedigno da revolta e do descontentamento do mais humilde com as ações das classes dominantes.

Porque, sobretudo, após a supracitada passeata, muitos símbolos da modernização e urbanização impostos, pela elite dominante, foram destruídos, inclusive de forma bárbara, como escreve Teófilo:

O povo à tarde, destruiu a avenida Accioly na praça Marques de Herval. Nada respeitaram os bárbaros. Estátuas, jarros, bancos, tudo foi quebrado. Quando mais nada faltava para saciar sua loucura, valeram-se do fogo e incendiaram um dos cafés da praça. Entrei no dia seguinte na avenida e o meu coração se confrangeu diante daquelas ruínas. A loucura do populacho havia passado por ali na sua faina de destruição (TEÓFILO, 1912, p.123).

A outra força, que deve ser observada, não teve viés físico, muito menos agressivo, foi uma reação deveras inteligente, bem-humorada, sobretudo, de um povo reprimido e marginalizado; tratava-se como diz Ponte a alguns: “ritos e posturas, a bilontragem, o desapego ao trabalho sistematizado, a fuga; ‘o se fazer de louco pra melhor passar’, o escárnio, a irreverência, o riso e a vaia” (PONTE, 2001, p.60).

E essa reação foi dada através de risos, vaias e gargalhadas, justamente no coração da cidade, no Centro de Fortaleza, em meio ao seu núcleo mais tradicional, Praça do Ferreira, como uma forma de reação a um

¹⁷ Antônio Pinto Nogueira Accioly, nasceu em Icó – Ceará, foi um dos políticos mais influentes durante o período imperial brasileiro, tendo sido Governador do Ceará entre 1896 e 1912.

modelo imposto de comportamento tido como civilizado, como padrão a ser seguido:

Justamente ali onde desfilavam bondes, automóveis, modas, novidades e gente de todos os segmentos sociais, e onde se concentravam os principais cafés, as mais elegantes lojas e a chefatura da polícia, desfilavam também as vaías, o escárnio, os apelidos e os ditos mais jocosos [...]. Qualquer pessoa, coisa ou episódio que sugerisse exagero ou quebrasse a normalidade do cenário urbano poderia arrancar gargalhadas ou ser motivos para vaías (PONTE, 2001, p.176).

Com o tempo, cada vez mais chegavam à Fortaleza, pessoas humildes, vindas principalmente do interior, refugiadas da seca do sertão cearense, em busca de uma melhor condição de vida, ou uma oportunidade de sobrevivência mais digna. Esse movimento tornou o Centro um polo de miseráveis e flagelados, fazendo tanto a migração das classes mais abastadas a outros núcleos urbanos como também o endurecimento no padrão sócio-higiênico e posturas a ser seguido. Além do mais, tal incremento populacional potencializou sobremaneira as desigualdades sociais existentes as classes sociais.

Sabedores dessa situação, Macedo (2002), ressalta-nos que desde aquela época, as principais ações públicas tinham como foco o ordenamento das ruas e calçadas da urbe. E com o número considerado alto de pessoas a circular no Centro, principalmente os mais pobres, foi necessário ampliar a vigilância policial, que foi executada de forma ostensiva, com foco maior nos casos de vadiagem, que eram considerados como profanadores da moral e dos bons costumes das famílias tradicionais.

O regime do padrão a ser seguido, era muito forte, já se demonstrava aí, o domínio e a supremacia da classe dominante, estando inclusive postulado no Código de Posturas Municipais vigente, que datava de 1865, em que se disciplinavam, principalmente, posturas e enquadramentos urbanos:

As disposições contidas no código de posturas municipais que se seguiram são numerosas e demonstram uma ampla vontade de enquadrinhamento urbano. Elas intentavam uma fiscalização pormenorizada de ruas, casas, edificações, produtos, gêneros alimentícios, oficinas, etc. Chegavam ao detalhe se proibir tintura de doces e massas com óxidos, cobre e mercúrio por parte dos confeitores, obrigavam a limpeza do riacho que corria nos quintais dos moradores da rua do mercado, limpeza da frente das casas exigiam

que materiais fecais domésticos fossem guardados em vasilha fechadas e estacionadas em lugares a serem previamente designados, a partir das 9 horas (PONTE, 2001, p.80).

Mesmo com o aumento das restrições urbanísticas impostas, era crescente o número de pessoas que chegavam a Fortaleza, e isso, refletia diretamente, na menor quantidade de oportunidades de trabalho, fazendo com que alguns desses, optassem por modos de vida escusos, como a vadiagem. Entretanto, havia muitos daqueles que não optavam pelo lado da criminalidade, escolhendo optar, por tentar sobreviver de outras formas, através da informalidade, do subemprego, destacando aí, o trabalho como vendedor ambulante e camelô.

Mas, desde aquela época a presença de vendedores ambulantes não era vista com bons olhos pela sociedade elitista local, principalmente, por ocuparem o seio central da cidade, deixando-o “feio”, popular, “sujo”, e na verdade o que eles buscavam, através de uma ideologia fixada na estética, era apresentar a cidade como moderna, esteticamente bela, sobressaindo-se de questionamentos e dos problemas sociais. Dantas, ao se pronunciar sobre o assunto, escreve:

Pode-se afirmar que as intervenções no espaço – através das políticas de expansão urbana, aformoseamento e de controle social – visavam também a criação de uma área asséptica, livre dos pobres. A razão ordenadora, respaldada na perspectiva higienista de disciplinamento e controle social, denotava a destinação social pretendida para a cidade, que deveria ser apropriada no nível do vivido pela elite fortalezense. (DANTAS, 1997, p.195).

Paralelo a isso, cada vez mais o Centro ampliava sua vocação comercial, fazendo com que muitas famílias ricas buscassem migrar para regiões mais exclusivas, como foi o processo de surgimento da Aldeota, relatado no tópico anterior, o que fez com que, tanto outros bairros fossem formados, como por exemplo, o Arraial Moura Brasil, o Pirambu, Benfica, Praia Formosa, dentre outros, detonando claramente já uma segregação econômica-territorial.

Além do mais, tal movimento urbano-geográfico, fez com que ficassem residindo no Centro, em sua maioria, apenas famílias de menor poder aquisitivo, a medida em que, muitas das antigas residências antes ocupadas por famílias, passaram a ser destinadas ao comércio, transformando-se em

armazéns e estabelecimentos comerciais, aumentando, ainda mais, o potencial comercial da região.

Esse aumento comercial, foi mais um motivo propulsor, para que se aumentasse o número de ambulantes na região central, e isso incomodava bastante os comerciantes e os frequentadores do Centro, que defendiam, ser essa situação, um problema de saúde e segurança pública; o que fez com que em 1947, muitos comerciantes pressionassem a Prefeitura para eliminar tal problemática, aumentando a fiscalização sobre o comércio ambulante no local e a edição de legislação, ainda, mais rígida.

Os argumentos, até hoje utilizados, da elite comercial dominante, de que os vendedores ambulantes, a frente de suas lojas ou circulando pelas principais ruas do Centro, eram para os mesmos razões de diminuição de vendas e inibição de circulação da população, leia-se compradores, em virtude da falta de padrão higiênico e estético, que os ambulantes traziam consigo, são velhos, persistente e, bastantes atemporais, conforme explicita Jucá (2003).

As reclamações aumentavam, afirmando-se que não havia quem pudesse andar pelo centro. Os espaços reservados a pedestres diminuía, sobretudo na hora das refeições. Muitas pessoas preferiam andar pela rua para não perder tempo. Na Praça do Ferreira vendia-se de tudo nas calçadas: frutas, camarão seco, algodão, nylon, pó de arroz e revistas velhas. Nas ruas ficavam os pipoqueiros, os assadores de castanhas, os boleiros e até vendedores de bacorinho [...] nem as autoridades podem concordar com o que ocorre no momento, sob o ponto de vista urbanístico e de trânsito, como sob o ponto de vista higiênico. Não se concebe como proliferam no meio das ruas e pelas calçadas os mercados de taboleiro, ocupando a cidade em pontos centrais, obrigando os transeuntes a torcer caminho, incomodando casas de família e casas comerciais, embora de alardeie que todas têm direito a viver honestamente. (JUCÁ, 2003, p.71-72).

Também, em 1947, no auge das reformas municipais, o engenheiro Sabóia Ribeiro, elaborou uma proposta denominada de “Plano Diretor para Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza”, com o objetivo de efetuar uma reforma mais profunda no Centro, priorizando o alargamento de ruas, em detrimento ao escopo estético das reformas anteriores. Tal proposta foi aprovada pela Câmara Municipal de Fortaleza, contudo, não foi executada, devido a ser contrária aos interesses dos comerciantes do Centro, que desde já, revelavam seu capital político, através de sua força econômica.

Se analisarmos, a questão do Centro da cidade, a nível nacional, principalmente no âmbito comercial, podemos perceber que a situação global não era bem diferente da nossa. Vargas e Castilho, já se pronunciavam que entre os anos de, 1950 a 1970, muitas das cidades brasileiras, na tentativa de melhorarem o fomento comercial, já usavam de estratégias de fechamento de ruas e limitação do espaço público para favorecer os comerciantes:

estratégias de recuperação das áreas centrais basearam-se no conceito de uso exclusivo de pedestres nas principais ruas de compras, como se os problemas enfrentados pelo comércio estivessem relacionados à dificuldade de deslocamento a pé. No período entre 1957 e 1962, cerca de cinquenta cidades tentaram recuperar o comércio fechando suas ruas para o uso exclusivo dos pedestres, processo este que continuou na década de 1970 (VARGAS e CASTILHO, 2006, p.11).

Não é à toa, que desde 1956, a rua Guilherme Rocha, no Centro de Fortaleza, foi destinada exclusivamente para os pedestres, tanto por trata-se de uma rua estreita, como também porque se fosse aberta ao trânsito de veículos, dificultaria bastante o deslocamento de pessoas que ali vão comercializar, tornando praticamente inviável o comércio.

Em 1963, a gestão municipal propôs o Plano Hélio Modesto que visava dentre outras ações, a “criação de ruas exclusivas para trânsito de pedestres nos trechos das ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha, esta segunda já de uso exclusivo de pedestre desde 1956, entre as praças de maior movimento do centro, a Praça do Ferreira e a Praça José de Alencar” (FERNANDES, 2012, p. 84).

O Plano não foi executado, conforme o previsto, porque ia de encontro, novamente, aos interesses dos comerciantes locais, que mais uma vez, opuseram-se a algumas das ações propostas. Entretanto, o fechamento das ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso aconteceu, ruas que fazem parte do nosso trabalho investigativo, sendo o nosso espectro de análise territorial. Dantas, assim, escreve:

A construção das ruas-jardins e o estabelecimento de terminais de ônibus fizeram do centro uma área com predominância de fluxo para pedestres, e é este tipo de fluxo uma das concentrações para a expansão do comércio ambulante. Contraditoriamente, tal intervenção, embora consiga amenizar o problema relativo ao fluxo de automóveis, não conseguiu controlar o comércio ambulante (DANTAS, 1995, p.120).

Daí, pode-se perceber o quanto tais ruas eram, e são importantes, para o nosso trabalho e para a cidade de Fortaleza; porque além de todo o peso histórico, por serem próximas à Praça do Ferreira e a Praça José de Alencar, possuem uma carga econômica muito grande; sinal porque a maioria dos ambulantes do Centro, até hoje, preferem estar nessas ruas ou próximas a elas, sobre a alegativa de que se estiverem afastados não vendem a mesma proporção que se estando nessas ruas ou próximo a elas.

E daí, consultando Lefebvre apud Haesbart, percebemos que desde sempre a concepção da disputa não é apenas pelo território e si, mas o que simbolicamente está por trás dessa apropriação do território. O Poder Público Municipal ao regular o fechamento de ruas busca exercer seu poder hegemônico, e acaba pendendo para um dos lados da balança.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (posseção, propriedade), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (LEFEBVRE apud HAESBART, 2004, p. 76).

E nesse espaço tão valorizado, não se poderia deixar de ter disputas de poder, de um lado, os lojistas, tentando implantar seu domínio político através do seu capital econômico, garantindo privilégios, tentando aumentar seus lucros, e do outro, os vendedores ambulantes e camelôs, que acabavam competindo comercialmente com os lojistas, de forma desproporcional. E no meio dessa disputa, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, que deveria agir de forma imparcial e mediadora, com foco apenas no bem da coletividade.

Sobre o escrito acima, Dantas (1997, p.193) relata que “pode-se entender a articulação entre os projetos de urbanização adotados e o processo de ocupação da área central de Fortaleza como resultado da oposição intervenção estatal – interesses privados, acrescida ao estabelecimento do urbano na cidade”.

Nas décadas de 1970 a 1980, o Centro vai perdendo a exclusividade na atração comercial para outros locais da cidade, como a região do Montese, da Bezerra de Menezes e, principalmente, áreas da Aldeota, consolidando esse

processo com a construção dos shoppings centers, primeiro o Shopping Center Um, em 1974, e depois o Shopping Iguatemi em 1982, já na região do Bairro Cocó.

Essa migração comercial contribuiu sobremaneira para a desvalorização comercial do Centro, que foi ainda mais afetada com a saída da sede dos poderes estaduais e municipais, da região central de Fortaleza que ocorreu, por volta dos anos 80.

Toda essa realidade, não foi nada mais que o conjunto de ações de planejamento urbano mal executado para a área, na qual a maioria desses intentos foi sufocada pelas intenções classistas de uma elite dominante que por querer garantir privilégios e uma espécie de senhorio da região, barrou mudanças, não pensou no futuro, deixando ao Centro, através de gestões municipais pretéritas, um legado de abandono administrativo e parcialidade política que muita pesa no que podemos encontrar no Centro hoje.

4.4 O Centro e a sua eterna busca por requalificações

Nesse tópico, buscaremos demonstrar algumas ações e modelos de requalificações que o Centro já passou, oriundos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, semelhantes ao executado, recentemente, e avaliado nesse trabalho investigado: o Projeto Novo Centro.

Devemos, então, destacar que a partir da final da década de 1980, com a eleição do, então prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, para o Governo do Estado, assumindo o seu vice, Juraci Vieira Magalhães, como Prefeito; deu-se início a algumas ações em toda a gestão municipal, e particularmente, sobre o Centro de Fortaleza, com a bandeira de se elaborar um processo de requalificação da área, buscando elevar o local a um patamar de atração turística. Conforme Paiva acrescenta:

O Centro a partir do início da década de 1990 tem sido palco de algumas intervenções que materializam as rivalidades político-partidárias das instâncias estadual e municipal, marcadas principalmente pela falta de integração dos projetos, que ao invés de se complementarem, se excluem enquanto possibilidade de transformação mais ampla da área. Estas práticas econômicas, políticas e cultural-ideológicas contemporâneas que envolvem a

produção do espaço intra-urbano de Fortaleza, se sustentam principalmente na inserção no mundo globalizado através da atividade turística, na manutenção dos interesses políticos locais e na reinvenção da imagem da cidade, mediados pelo Estado” (PAIVA, 2005, p. 59).

Assim, algumas ações foram executadas para implementar essa lógica de fortalecimento do turismo e requalificação do Centro, como a reforma da Praça do Ferreira em 1991, bem como outras ações, em parceria com o governo Estadual, que deram resultados como a construção do aeroporto Pinto Martins em 1996 e o Mercado Central em 1998. Aliado a isso o marketing realizado em outros estados e internacionalmente de se promover a cidade de Fortaleza como a “Terra do Sol”, na qual praticamente todos os dias o turista poderia usufruir os benefícios do sol em nossa região.

Ao final dos anos 1990, foram realizadas diversas audiências públicas na Câmara Municipal de Fortaleza com o escopo de se discutir uma possível requalificação do Centro, na qual os lojistas representados pela CDL buscavam antes de tudo uma requalificação econômica da região aliada ao governo Municipal que tentava tornar aquela área como atrativa aos interesses do turismo. Para os comerciantes, segundo Fernandes:

Tornava-se evidente a necessidade de se restabelecer os fluxos de clientes pela criação de um espaço que propiciasse a dinamização dos negócios naquela área e a criação de uma imagem de lugar público seguro, limpo e iluminado capaz de (re) projetar o centro no imaginário das classes médias, restaurando a condição de dignidade espacial essencial ao processo de revitalização econômica” (FERNANDES, 2004, p. 91).

Em 1991, deu-se um processo de requalificação do Centro, com o projeto da Nova Praça do Ferreira, com o fito de se dar respaldo a atividade econômica e turística da cidade, bem como, dar notoriedade e se tentar reaver a atividade econômica na circunscrição da praça, outrora tão desenvolvida.

Baseado nisso, buscou-se espelhar na experiência exitosa de Barcelona, que já era copiada por outras metrópoles brasileiras, para transformar o Centro, dentro de um planejamento de desenvolvimento da cidade de Fortaleza, através de um projeto nomeado de PLANEFOR – Plano Estratégico de Fortaleza.

Esse plano contou com a participação da CDL aliada a diversas entidades tais como CIC¹⁸, FECOMÉRCIO¹⁹, FACIC²⁰ e FIEC²¹. A partir dos trabalhos do PLANEFOR, chegou-se a uma sugestão de se criar uma ONG²² ligada diretamente a CDL, então denominada na época de Ação Novo Centro; vejamos que curiosamente, a mesma usava a mesma nomenclatura do projeto de reordenamento urbano, desenvolvido a partir de 2018 pela Prefeitura de Fortaleza com o apoio da mesma CDL, nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso.

Posteriormente, a ONG Ação Novo Centro foi transformada em OSCIP – Organização Social Civil de Interesse público, haja vista que sendo OSCIP seria mais fácil capitanear recursos financeiros para executar ações no Centro de Fortaleza. Há de se destacar que algumas dessas ações foram executadas em forma de projetos, alguns de bastante visibilidade, como o Natal de Luz, até hoje em evidência, o “Arraiá do Cumpade Ferreira”, a restauração das fachadas do entorno da praça do Ferreira, dentre outros.

Como dito acima, reconhecemos que já houve um projeto denominado de novo centro e que mesmo assim, ele não chegou a trazer mudanças significativas como escreve Silva:

No projeto Novo Centro, importantes ações tiveram reflexos diretos no comércio do circuito inferior nas ruas e nos logradouros públicos do Centro. A construção de calçadas (ruas-jardins) nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso teve por objetivo privilegiar o fluxo de pedestres e impedir a concentração do comércio informal” (SILVA, 2015, p. 277).

A visibilidade dos projetos desenvolvidos pela iniciativa privada, encabeçados principalmente pela CDL, fez com que o Poder Público Municipal também, buscasse intervir no Centro, e aí o então Prefeito Juraci Magalhães, por volta de 2002, cria uma Gerência Administrativa exclusiva para o Centro, contudo, ainda dentro da estrutura organizacional da Secretaria Executiva Regional 2, modelo administrativo descentralizado criado pelo próprio Juraci por volta dos anos noventa.

¹⁸ CIC – Centro Industrial do Ceará

¹⁹ FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Ceará

²⁰ FACIC - Federação das Associações do Comércio, Indústrias, Serviços e Agropecuária do Ceará.

²¹ FIEC - Federação da Indústria e Comércio do Ceará.

²² Organização não governamental.

Em 2005, já sobre o comando da gestão petista da então Prefeita, Luizianne Lins, a então Gerência Administrativa exclusiva para o Centro é transformada em uma secretaria técnica, no caso denominada de SECE - Secretaria Extraordinária do Centro.

Essa mudança é importante porque, apesar do espaço geográfico do Centro ser relativamente pequeno, em consideração com a dimensão geográfica das outras Regionais, dava-se ao mesmo a devida importância administrativa, já que com a reforma administrativa municipal em 2008, a mesma passa a ser denominada de SERCEFOP – Secretaria Executiva do Centro, tendo recursos próprios e servidores e técnicos municipais que trabalhariam exclusivamente destinados a melhorar aquela região.

Chegando à gestão Roberto Cláudio, o seu primeiro mandato foi marcado apenas pela continuidade do que havia sido feito na gestão Luizianne Lins, a se destacar que nesse período, nenhum camelô no Centro teve seu processo de autorização deferido ou renovado, permanecendo o último cadastro realizado, ainda na gestão Luizianne Lins.

Já em meados, do segundo mandato do Prefeito Roberto Cláudio, sofrendo pressão dos lojistas do Centro, que até o momento não haviam sido contemplados com ações da Prefeitura Municipal, na sua região, pelo contrário, via-se um crescente desordenamento urbano e aumento do comércio informal na região, iniciou-se uma série de encontros entre diversos segmentos com o escopo de se pensar melhorias em diversas temáticas para o Centro da capital.

Esses encontros possuíam o apoio institucional da CDL, inclusive alguns deles foram realizados na sede da própria instituição comerciária, o que já demonstrava o forte apelo dos lojistas em se executar melhorias no Centro; não à toa, o nome do projeto ter sido sugestão dos representantes dos comerciantes: Novo Centro, ratificado institucionalmente pela gestão municipal.

O projeto Novo Centro, homônimo da ONG e depois OSCIP desenvolvida pela CDL, há tempos atrás, contempla diversas temáticas, apesar de que, a que nos interessa, exclusivamente, é a que tratará sobre o reordenamento do comércio informal no Centro; deve-se destacar que tal projeto será devidamente analisado no segmento cinco desse trabalho.

4.5 O Projeto Novo Centro: Uma experiência de Política Pública de Ordenamento Urbano

Começaremos abordando que o Projeto Novo Centro é fruto de uma Política Pública, a de Ordenamento Urbano, e ela é claramente definida na Lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que reza o que segue:

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A **política urbana** tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
II - **gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade** na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e **projetos** de desenvolvimento urbano. (Lei 10.257/2001).
(grifo nosso)

E a definição que a Política de Ordenamento é de competência Municipal, é instituída através de dispositivo encontrado no Art. 30, VIII cominado com o Art. 182 da Constituição Federal/88:

Art. 30. Compete aos Municípios:

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (CF/88)

Assim, estamos tratando de uma política que deve ser pensada e executada pelo Poder Executivo Municipal, ou seja, pela Prefeitura. O

ordenamento urbano, pode-se dar de diversas formas, em diversos locais e momentos, haja vista, partir da premissa básica que exista algo que esteja desorganizado e precise de uma ação que as torne organizada.

O nosso trabalho tem o enfoque voltado apenas para o ordenamento que foi realizado pela Prefeitura de Fortaleza, no Centro da cidade, através do Projeto Novo Centro, com os camelôs que trabalhavam nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso.

Vale aqui explicar que o trabalho de ordenamento do espaço público no município de Fortaleza, seja ele em ruas, logradouros ou praças, sendo através de uma autorização para uso de mesas e cadeiras na calçada ou uma permissão para trabalho de um camelô, por exemplo, é de competência das Secretarias Executivas Regionais, segundo o que reza a Lei Complementar nº 278 de 23 de dezembro de 2019:

Art. 48. A Secretaria Municipal da Gestão Regional tem como finalidade implantar a Política de Acolhimento ao cidadão, articulando ações intersetoriais com os diversos órgãos e entidades da Administração Municipal e executando intervenções e serviços relacionados ao cuidado com os espaços urbanos e equipamentos públicos, competindo-lhe: XIV - conceder as autorizações, permissões e licenças relacionadas ao uso dos espaços e equipamentos públicos ao comércio ambulante, às bancas de revistas e aos mercados e feiras (Fortaleza/2019).

Nessa mesma lei, em seu anexo I, houve no ano de 2019, uma ampliação do número de Secretarias Executivas Regionais de 07 (sete) para 12 (doze), aumento bem expressivo, com a justificativa de tornar tais órgãos mais próximos da população, já que eles abrangeriam parcelas geográficas e populacionais menores; mas na verdade, o que vemos é um rearranjo de cargos e empregos, as vésperas da eleição municipal, como forma de garantir apoios políticos, conforme explicita quadro abaixo:

TABELA 1: REFERE-SE ANEXO I DO ARTIGO 13 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 0278/2019

Cargo / Denominação	Quantidade	Símbolo	Remuneração (R\$)
SECRETÁRIO	18	S-1	17.438,50
SECRETÁRIO ADJUNTO	03	S-2	13.078,87
SECRETÁRIO EXECUTIVO	19	S-2	13.078,87
SECRETÁRIO EXECUTIVO REGIONAL	12	S-1	17.438,50
COORDENADORES ESPECIAIS	05	S-1	17.438,50

COORDENADOR	01	S-2	13.078,87
PRESIDENTE	01	S-1	17.438,50
PRESIDENTE ADJUNTO	01	DG-1	9.593,65
DIRETOR	02	S-2	13.078,87
DIRETOR ADJUNTO	02	DG-1	9.593,65
TOTAL	64		

FONTE: Elaborado pelo Autor

Em se tratando da nossa política de estudo, coube então, a Secretaria Executiva Regional do Centro – SERCE, representar o ente estatal nesse projeto e tocar as ações definidas com o aval do gestor municipal, definido as classes parceiras, fazendo reuniões entre eles, ouvindo sugestões e definindo prazos para realização da maioria das ações do projeto.

E pensando nisso, na importância da relação entre a sociedade civil e o Estado, para a pesquisa do estudo urbano, o estudioso Francisco de Oliveira nos diz que “a pesquisa do urbano e das relações entre o Estado e o urbano requer uma pesquisa essencial sobre essas relações entre o Estado e a sociedade civil” (OLIVEIRA, 1982, p. 54).

Enfim, depois de tudo que já fora mencionado, chegamos ao tópico que buscaremos, munidos de todas as informações já apresentadas, tecer, de forma específica, análises sobre o Projeto Novo Centro.

Assim, em meados de 2018, penúltimo ano da gestão do prefeito Roberto Cláudio, estávamos à frente da Gerência de Fiscalização da AGEFIS no Centro Fortaleza e, fomos surpreendidos com o convite, de uma reunião no Instituto Belchior, no bairro Praia de Iracema, para tratar de um possível projeto de revitalização na área central da cidade.

A surpresa foi dupla porque meses atrás havíamos começado, por iniciativa própria, um levantamento, com o auxílio dos colegas fiscais e de alguns auxiliares de fiscalização, da quantidade de camelôs que trabalhavam naquela região com o intuito de, posteriormente, fazermos um projeto piloto de melhorias na ocupação das calçadas e regularização formal dos camelôs.

Essa reunião ocorreu e teve a participação de dezenas de representantes de órgãos da prefeitura, bem como representantes de segmentos de diversas classes sociais, como a CDL, a associação dos camelôs, ASCAF,

representantes da construção civil, bem como dos moradores de rua, líderes religiosos, comerciantes do ramo hoteleiro e associações culturais, dentre outros; sendo esse evento, o pontapé inicial para se debater um novo projeto de mudanças para o Centro da cidade.

A perspectiva da gestão municipal era executar um projeto em que fossem contempladas diversas temáticas importantes e que se relacionassem entre si dentro do Centro, tais como a questão da ocupação das calçadas e praças pelos camelôs, dos moradores de rua, da diminuta quantidade de imóveis nessa região utilizados como moradia, da segurança, da redução do atrativo comercial dos lojistas e da necessidade de se enaltecer a cultura e o turismo, estritamente ligados, e ainda historicamente vivos naquela área.

E aí, depois de algumas outras poucas reuniões, dentre as quais em uma delas foi escolhido o nome do projeto por sugestão do representante dos comerciantes e lojistas, Novo Centro; chegamos ao dia 21 de agosto de 2018, na sede da CDL, conforme relatado no início do segmento, lançando oficialmente o projeto Novo Centro, em que se almejava como uma das premissas básicas, buscar efetuar ações e obras, com o fulcro de se revitalizar aquela região.

O lançamento do projeto foi noticiado em diversos canais de comunicação da cidade e do Estado e, por si só, já merece uma observação a ser feita: Por qual motivo dentre tantos segmentos e classes envolvidas, o lançamento desse novo projeto recebe não só a indicação do nome, por parte dos lojistas, como também é oficializado na sede da CDL? Parece-nos certamente, como um gesto político de agradar os lojistas, bem como, uma forma de se reconhecer dentre todos os segmentos destacadamente aquele de maior peso.

O Projeto Novo Centro foi instituído, formalmente, através do Decreto Municipal nº 14.296, de 24 de setembro de 2018, considerando como pressuposto basilar o Plano Fortaleza 2040, sendo tal Projeto vinculado a SERCE e, sendo seus objetivos principais: transformar a cidade de Fortaleza em uma cidade mais justa e acolhedora e; buscar o incremento da oferta de oportunidades apoiadas pela boa ordenação da rede de conexões de seus espaços públicos e privados. Dentre as suas diversas atribuições, destacamos: estimular o ordenamento do comércio informal no Centro de Fortaleza.

E assim, depois da criação legal do Projeto Novo Centro, que havia sido dividido em diversos eixos temático como: Habitação; Política de Apoio a Pessoas em Situação de Rua; Turismo e Cultura; Infraestrutura e Mobilidade; Ordenamento do Comércio Informal; Segurança e Fiscalização; foi possível começar os trabalhos oficialmente.

No entanto, por motivos de alcançarmos os objetivos propostos na pesquisa investigativa e, com fulcro em melhor avaliarmos a temática escolhida, não nos debruçaremos nas outras temáticas, a não ser a critério informativo, haja vista, que nossa temática de estudo é a que trata sobre o ordenamento do comércio informal.

E, mais uma vez recorrendo ao amparo do embasamento legal, destacamos que o Decreto Municipal nº 14.326, de novembro de 2018, que institui os trabalhos do Projeto Novo Centro, merece destaque para o que segue:

Art. 2º - O Comitê Municipal de Acompanhamento do Plano de Ação Novo Centro (CMNC) será dividido em células temáticas, cuja composição se dará na forma que segue:

[...]

V – Ordenamento do Comércio Informal

§ 1º - A Presidência do Comitê, bem como sua Secretaria Executiva, será indicada pelo Gabinete do Prefeito (GABPREF). (DECRETO 14.326 de 2018, FORTALEZA) (grifo nosso)

Vejamos que, a partir da norma citada acima, uma das atribuições elencadas, de forma expressa, pela legislação que institui os trabalhos do Projeto Novo Centro, era a de propor o ordenamento do comércio informal no perímetro do Centro de Fortaleza, algo que era um pouco velado no início, mas que à medida que se avançava as reuniões, tornava-se bastante nítido por todos que faziam parte do Plano, chegando ao ponto da formalização da proposta.

Aparentemente, não deve ser nada demais, o Poder Executivo Municipal dispor de sua competência e, em prol da coletividade organizar calçadas, ruas, melhorar a mobilidade urbana, o ir e vir das pessoas, e ao mesmo tempo, tornar o local envolvido repaginado, reformado. Até aí tudo bem, mas se analisarmos, atentamente, outro detalhe nesse processo, e que merece destaque, é o da composição da célula temática do Ordenamento do Comércio

Informal que é composta pela SERCE, representando a Prefeitura; pela ASCAF representando os ambulantes; a CDL, representando os lojistas e a Câmara Municipal de Fortaleza, representando a classe política.

Seríamos ingênuos em acreditar que a participação da CDL e da Câmara dos Vereadores se deu ao mero acaso, pelo contrário, ambos estavam demarcando um território político oriundos de suas respectivas forças comercial-capitalista e institucional-política. A participação da Câmara dos Vereadores formalizada, dentro de uma temática, e não coordenando todo o processo, já demonstra por si só, o capital político que se esperava tirar ao final do processo e agregar esse mesmo percentual ao vereador ou aos vereadores diretamente envolvidos no projeto.

Quanto a CDL, também é curiosa à participação da mesma na temática de ordenamento do comércio informal, já que é um assunto que não reflete diretamente sobre os lojistas, a priori, não seria passível de interesse dos mesmos; mas, vejamos nesse indício, e nos outros já citados, como o próprio nome do projeto e o local de lançamento do mesmo, que o objetivo maior desse projeto se dá nessa temática, no ordenamento do comércio informal, leia-se: redução considerável do número de camelôs que ao retornarem depois das obras voltariam em menor número, pagando taxas e submetidos a diversas regras impostas pela gestão com interferência direta dos lojistas.

Os números, já citados, nesse mesmo segmento, dão conta que existiam nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, um montante aproximado de 619 camelôs, mas, só retornaram exatamente 360 camelôs; o que demonstra inicialmente que o grande objetivo do projeto foi cumprido; claramente, um processo de ordenamento que, na verdade, foi uma seleção na qual ao final, eliminou-se dezenas de camelôs das ruas comerciais, reduzindo-os consideravelmente, para favorecer as vendas para os lojistas.

Esses mesmos lojistas, pagavam e pagam impostos municipais como Alvará de Funcionamento, Licença de Publicidade, Autorização Sonora, alguns Alvará Sanitário e devem obedecer a regras consumeristas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor; já os camelôs não executavam nenhum tipo de contribuição à Prefeitura de Fortaleza, quiçá aqueles que possuíam cadastro

como Microempreendedores-Individuais que pagavam contribuição à União mais por uma garantia previdenciária do que pela consciência legalista.

Contudo, depois do processo de ordenamento desenvolvido pelo Projeto Novo Centro, os camelôs que foram admitidos no processo seletivo tiveram que pagar uma taxa mensal de aproximadamente R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) e vejam a discrepância, alguns lojistas foram isentos do pagamento anual do Alvará de Funcionamento e até de outros impostos municipais, e aos lojistas que ainda tiveram que pagar pela anualidade do Alvará de Funcionamento, o valor ficou em R\$ 50,00 (cinquenta reais) por ano. Enquanto o camelô tendo que trabalhar num quiosque, desembolsaria R\$ 85,00 por mês, algo em torno de R\$ 1.000 (hum mil reais) por ano.

Os equipamentos padronizados pela Prefeitura de Fortaleza, conhecidos popularmente como quiosques, foram copiados de um modelo em Cartagena na Colômbia e, aperfeiçoados pelo setor de arquitetura da SERCE, com o aval da CDL e, sendo os demais membros da célula temática apenas informados.

Vejamos abaixo o modelo do equipamento que foi escolhido e que comporta 04 (quatro) camelôs, sendo que cada um é responsável pelo seu espaço, não podendo de forma alguma avançar sobre essa metragem, utilizar lonas escuras ou sombreiros que tornem o equipamento visualmente feio ou descaracterizado do que foi considerado padrão pelos gestores do projeto Novo Centro.

Há de se ressaltar que a não utilização de lonas escuras, caixas de papelão, sombreiros, dentre outros, foi um pedido dos dirigentes da CDL, para não dificultar a visão da fachada das lojas aos transeuntes das ruas Guilherme Rocha e Liberto Barroso, haja vista, que no formato antigo, é fato, era praticamente impossível deslocar-se de uma loja para outra, em frente, nem visualizar o que estava por trás das estruturas dos camelôs.

Figura 4: QUIOSQUE (ABERTO) EM QUE PASSARAM A TRABALHAR OS CAMELÔS



Fonte: Arquivo Pessoal

Como podemos perceber, na imagem acima, o espaço ocupado pelos camelôs foi bastante reduzido, numa perspectiva de requalificação e de padronização, de forma que os calçadões das ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso pudessem dispor de uma área bem maior para o pedestre andar, como também fosse expandida a visão da fachada dos lojistas.

Figura: 05: NOVO QUIOSQUE FECHADO



Fonte: Arquivo Pessoal

A Portaria nº 812, de 12 de dezembro de 2018, nomeou os membros do Comitê de Trabalho do Projeto Novo Centro, sendo dois representantes de cada segmento, um titular e um suplente, respectivamente; na qual tivemos o privilégio de ser nomeado representante suplente da AGEFIS. Aonde, nessa mesma portaria, foram nomeados o presidente e o secretário executivo do Projeto; tendo sido nomeado como presidente, o Secretário da SERCE, Francisco Adail de Carvalho Fontenele, e como secretário executivo o presidente da CDL, Francisco Assis da Costa Cavalcante, conforme quadro abaixo:

TABELA 02: SÍNTESE DA PORTARIA 812/2018

ORGÃO	NOME	FUNÇÃO	FUNCI	Tânia de Fátima Gurgel Nobre	TITULAR
SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO	Francisco Adail de Carvalho Fontenele	PRESIDENTE		Maria Cristina Cardoso Bezerra	SUPLENTE
	Francisco Assis da Costa Cavalcante	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	Michel Lins Cavalcante de Almeida	TITULAR
CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	Michel Lins Cavalcante de Almeida	SECRETÁRIO EXECUTIVO		Francisco Duma Ribeiro Lima	SUPLENTE
SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO	Renata Sampaio de Menezes	SECRETÁRIA	SESEC	Antônio Azevedo Vieira Filho	TITULAR
SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO	Verena Rothbrust de Lima	TITULAR		José Maria Barbosa Soares	SUPLENTE
	Horácio de Oliveira Melo	SUPLENTE	AGEFIS	Júlio Fernandes Santos	TITULAR
HABITAFOR	Maria Olinda Marques dos Santos	TITULAR		Isídio Nascimento Mascarenhas	SUPLENTE
	Antônio Silvestre Leite	SUPLENTE	SINDUSCON - CE	Clausens Roberto de Almeida Duarte	TITULAR
IPLANFOR	Cláudia de Souza Leitão	TITULAR		André Montenegro de Holanda	SUPLENTE
	Francisco Carlos Bezerra e Silva	SUPLENTE	CREA - CE	Emanuel Maia Mota	TITULAR
SEINF	José Roberto Resende	TITULAR		Francisco André Martins Pinto	SUPLENTE
	Paula Rocha Lima Pinheiro	SUPLENTE	CDL	Francisco Assis Costa Cavalcante	TITULAR
SCSP	Italo Alves de Andrade	TITULAR		Francisco Régis Cavalcante Dias	SUPLENTE
	Alfredo Nelson Mendes Serejo	SUPLENTE	SENGE - CE	Thereza Neumann Santos de Freitas	TITULAR
URBFOR	Regis Rafael Tavares da Silva	TITULAR		Manuelito Cavalcante Júnior	SUPLENTE
	José Vladimir Cardoso Sena	SUPLENTE	COMTUR	Pedro Carlos da Fonseca	TITULAR
ETUFOR	Jose do Carmo Gondim	TITULAR		Maria Selma de Sá Cabral	SUPLENTE
	Antônio Ferreira Silva	SUPLENTE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A MOURA BRASIL	Pedro André Nascimento Monteiro	TITULAR
AMC	Francisco Arcelino Araújo Lima	TITULAR		Rafael Araripe	SUPLENTE
	Leandro Oliveira Rocha	SUPLENTE	ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO	Paulo Probo	TITULAR
SECULTFOR	Antônio Gilvan Silva Paiva	TITULAR		Silvana Figueredo	SUPLENTE
	Paola Braga de Medeiros	SUPLENTE	ASCAF	Silviane Vieira da Silva	TITULAR

SETFOR	Regis Nogueira de Medeiros	TITULAR		Marcos Haroldo Rodrigues	SUPLENTE
	Ana Manoela Marinho NogueiraFortes	SUPLENTE	ASCEFORT	João Maia Santos Júnior	TITULAR
SDHDS	Francisco Eron Mendes Moreira	TITULAR		Robson Cabral Viana	SUPLENTE
	Silvana Garcia de Andrade Lima	SUPLENTE	SEUMA	Maria Agueda Pontes Caminha Muniz	TITULAR
				Guilherme Albuquerque Vila NovaMaia	SUPLENTE

FONTE: Elaborado pelo Autor

Certamente, mais um forte indício do poderio político e econômico que a CDL tem, e que fez uso, tanto na criação como no desenvolvimento do Projeto Novo Centro, fazendo com que boa parte das ações da gestão municipal pudessem ser pautadas, no sentido de satisfazerem seus interesses comerciais e do segmento que representam.

Em entrevista publicada ao blog da CDL em outubro de 2017, menos de um ano antes do início legal do Projeto Novo Centro, na época, o então coordenador da Ação Novo Centro e atualmente presidente da CDL disse que “os ambulantes são uma concorrência desleal para as lojas, uma vez que vendem produtos de procedência duvidosa na porta de estabelecimentos com produtos originais” (BLOGCDLFOR, 2017).

Nessa mesma matéria, o então presidente da CDL, Severino Neto, defende que “o problema do Centro não é fluxo de pessoas. Precisamos é de ordenamento, até porque muitos pedestres não têm como circular com as calçadas ocupadas” (BLOGCDLFOR, 2017). Vejamos que em ambas as falas, ditas dentro de um instrumento voltado ao próprio segmento, o ideal de um ordenamento, com a retirada de camelôs e ambulantes, era pauta pacífica para a categoria dos lojistas.

Em entrevista, ao Jornal Tribuna do Ceará em janeiro de 2019, o atual presidente da CDL disse que “estamos esperançosos de que todas essas mudanças vão reordenar o lugar e urbanizar partes importantes do Centro. E mais, o fluxo de pessoas vai aumentar com as melhorias prometidas. Então será bom para o comércio e a economia do Estado” (TRIBUNADOCEARA, 2017). Nessa mesma matéria jornalística, é citada uma empresária com lojas no Centro que segundo ela o “comércio da região voltará a ser atraente como antes”.

Podemos perceber que os lojistas e comerciantes representados pela CDL, nada mais são do que a força capitalista dominante na região estudada, com vasto poderio político e econômico e que para alcançarem seus objetivos, utilizaram-se dessa força para exercer pressão no Poder Executivo Municipal e, assim, beneficiarem-se de uma Política Pública Municipal; ao criarem um projeto, no caso o Projeto Novo Centro, que serviu tanto para a requalificação do local, entenda-se aqui obras e modernização, como também para alcançarem, o seu principal objetivo: a redução do número de camelôs que antes ocupavam as ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso.

Diante de todos os indícios apontados, e de tudo que foi escrito, bem como das ações desenvolvidas, parece-nos, claramente, que o que realmente se buscava com o Projeto Novo Centro era: uma diminuição da concorrência comercial com a redução do número de camelôs e uma padronização estética, esta conseguida através da criação dos quiosques e da reforma do mobiliário urbano, embelezando a área, e conseqüentemente, sendo possível, também, a valorização financeira dos estabelecimentos comerciais.

5 ECONOMIA E POLÍTICA: Uma relação umbilical na concepção do Estado contemporâneo

“Se toda a política precisa de uma economia, a economia determina uma política, é isso que está a acontecer (com a globalização)”.

José Saramago

Qualquer trabalho que adote como metodologia, a Avaliação em Profundidade de Políticas Públicas, precisa, certamente, analisar o contexto no qual aquela política estudada está inserida, sendo esta uma condição basilar de qualquer processo investigativo que se tutela através dessa metodologia.

Apesar do nosso trabalho ter um recorte temporal bastante definido, 2018 até 2020, e um recorte espacial também bem singular, as ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, do Centro de Fortaleza; não poderíamos fazer qualquer análise de conjuntura, abordando apenas a questão local como se fosse desassociada de questões macro, vinculado às esferas Estadual e Federal, haja vista o imbricamento político, social e econômico entre os três níveis do Estado.

Aqui, neste segmento, buscaremos fazer um mergulho investigativo na pesquisa, com foco no Estado, entre os três níveis, quais sejam: Federal, Estadual e Municipal. É preciso demarcar que apesar de todo mergulho analítico, não chegar a ser aprofundado, entendemos que esta abordagem nas configurações do Estado em nível federal, estadual e municipal, revela-se deveras salutar, ao processo investigativo da Política Pública que estamos a avaliar, qual seja, a Política de Ordenamento Urbano, como foco no Projeto Novo Centro.

5.1 Tessituras analíticas básicas

Antes de tecermos comentários sobre o ente estatal no contexto brasileiro, faz-se necessário considerar as configurações do Estado até chegarmos ao modelo que hoje conhecemos. Contudo, temos consciência da impossibilidade de uma retrospectiva histórico-cronológica detalhada. Assim, buscaremos analisar, aspectos e temáticas importantes e correlacionados com a nossa linha investigativa, tomando por base, um lastro temporal de aproximadamente três décadas.

Assim, bebendo dos ensinamentos de Antônio Gramsci, cuja perspectiva analítica nos filiamos, considerando especificamente a sua conceituação de Estado Ampliado, o que propugna uma dialética entre a “sociedade política + sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p. 244). O pensamento Gramsciano, baseia-se em uma dinâmica política que faz com que os trabalhadores reflitam e lutem pela hegemonia.

Para Gramsci, o Estado Moderno Capitalista materializa a dialética entre Governo e Sociedade Civil, ampliando-se pelo viés da sociedade civil, através das lutas de classes, a expressar-se na disputa no interior do espaço estatal. Nesta perspectiva, é fundamental demarcarmos quais forças se inter-relacionam, para se obter o domínio desse espaço. Logo, é preciso analisar a correlação de forças em dado momento histórico de uma determinada sociedade.

Ao falarmos de forças que se expressam no interior do Estado, é preciso atentar para a força econômica, o poder do capital financeiro, em sua expansão no contexto mundial. De fato, na condição de subordinação e dependência, no Brasil, constituímos um Estado Capitalista, tal posição, certamente moldou e molda nossa sociedade, determinando a dinâmica das relações de força, estabelecendo estratificações sociais e conduzindo a política a seus ditames conforme os interesses do capital.

Dessa forma, não é possível estudarmos o Estado contemporâneo Brasileiro desassociado das forças econômicas e políticas que lhes são intrínsecas. Esse Estado acaba sendo configurado por uma Política que age

obedecendo fielmente uma cartilha do capitalismo selvagem, que nasce e se reinventa a cada período com mais gana de lucro e acumulação de capital.

Vale mencionar, como bem destaca, Alba Carvalho (2012), que vivemos há mais de duas décadas em uma sociedade na qual o Estado é ajustador, ou seja, ao mesmo tempo em que, ajusta, é ajustado a ótica mercantil, numa subordinação à doutrina capitalista, em sua versão neoliberal:

É o paradoxo brasileiro contemporâneo, urdido na confluência contraditória de dois processos estruturais fundantes com perspectivas e direcionamentos distintos: democratização, demarcando um balizamento histórico no reconhecimento e afirmação de Direitos, com a decisiva atuação dos Movimentos Sociais, a instituir uma “cultura de direitos”, materializada em Leis e Políticas Públicas, constituindo o Estado Democrático, ampliado pela via da política; inserção à ordem do capitalismo mundializado no que se convencionou chamar de ajuste estrutural brasileiro, convertendo o mercado no único critério de realidade, constituindo o Estado Ajustador que ajusta e ajusta-se aos ditames da expansão ilimitada do capital, em contraposição aos parâmetros dos Direitos, tentando anular a força da política (CARVALHO, 2012, p. 10, grifos da autora).

Nesse entendimento do papel decisivo do Estado nos processos de acumulação do capital, já escrevia Mézaros que “o sistema capitalista não sobrevive um dia sequer, sem uma das múltiplas formas de intervenção massiva do Estado” (Mézaros, 1997). Para Mézaros (2002), o Estado constitui um dos três pilares do sistema do capital, sendo a intervenção estatal condição imprescindível para a viabilidade do capitalismo. Assim, na ótica meszariana, o sistema sócio metabólico do capital, na contemporaneidade, é formado pela tríade Capital-Trabalho-Estado.

Corroborando com os ensinamentos de Mézaros e Carvalho, o pesquisador mexicano, Lúcio Oliver Costilla (2003), define o Estado Ajustador na América Latina como “estado gerencial a serviço da valorização do capital financeiro”. O Estado Brasileiro contemporâneo materializa esta configuração estatal definida por Costilla. Daí, podemos constatar a relação orgânica entre Estado e Economia, com os interesses do capital submetendo a esfera estatal. Neste contexto, a luta de classe pode impor interesses do trabalho, acirrando contradições na disputa pelo espaço estatal.

E essa situação é algo bem recorrente, em nossa sociedade, em que presenciamos governantes se sujeitando a ditames da força do Capital,

buscando pôr em prática a cartilha das forças econômicas, em detrimento aos direitos sociais, vinculados aos anseios da população. E quando determinados governantes não o fazem são execrados e até tirados do poder pelas forças políticas, com argumentos os mais chulos possíveis. Em verdade, o real motivo para a deposição de presidentes, especificamente, na América Latina, é a manutenção de um status quo de privilégios e reprodução, de uma ordem capitalista cada vez mais ajustadora.

Nesta perspectiva marxista-gramsciana do Estado, Carlos Nelson Coutinho (1988), em suas análises, sustenta que o Brasil, somente, a partir da década de 1980, passa a se ocidentalizar, tomando por base a configuração gramsciana que distinguia oriente/ocidente, para além de uma ótica geográfica, afirmando que o conceito de oriente referia-se a situações históricas, o Estado era tudo, e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa, já o conceito de ocidente designava situações sócio-políticas, marcadas por uma relação entre Estado e sociedade civil, em que a sociedade civil dialoga com o Estado, expressando-se politicamente (GRAMSCI, 2002). Essa relação do diálogo de parte da sociedade civil com o Estado, particularmente, abre uma fecunda via de análise em nossa investigação.

De fato, se traçarmos uma relação lógica entre o Estado e Economia, tomando por base, a Política Pública de Ordenamento Urbano, ora estudada, certamente, será deveras desafiador; haja vista que o Projeto em avaliação incide predominantemente, na esfera Municipal. No entanto, essa análise fica menos turva, quando adentramos na questão da economia informal²³, sendo esta considerada como uma configuração específica, sendo o trabalho do camelô, visto como uma de suas espécies. E o estudo dessa relação acaba por ser muito importante, para conseguirmos alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

²³ Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceita da "economia informal", em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, sendo todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural. De fato, [...] refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais (OIT, 2006, p. 6).

5.2 Impactos das transformações no mundo do trabalho: Natureza estrutural do Trabalho informal nas novas configurações do Capitalismo

Com todas as transformações que a sociedade e o Estado vêm passando ao longo das décadas, é sabido que o modelo de produção capitalista passa por reestruturações, e essas acabam por impor tanto a sociedade em si, como ao Estado, mudanças que acabam não só garantindo a sua manutenção como até expandindo essa produção.

Em se tratando de economia, vale ressaltar que o crescimento do setor terciário é uma tendência mundial frente a outros setores; destacadamente na ampliação do trabalho autônomo. É fato que, na sociedade brasileira, as iniciativas econômicas informais estão cada vez mais em evidência.

E esse crescimento, vale destacar, sobressai-se como uma alternativa ao aumento das taxas de desemprego, e da diminuição dos salários oferecidos no setor formal da nossa economia.

E a partir disso, a informalidade tem sido, uma grande válvula de escape para esse contingente desempregado e sem muitas opções. Brasileiros que tentam se lançar a mercê da sorte, em espaços públicos, na venda de produtos baratos e populares, até pela facilidade de vendas desses itens.

5.2.1 A dimensão estrutural do Trabalho Informal e a produção do espaço urbano.

O mundo passa por transformações diariamente, e isso acontece também com a Economia; não obstante, a interface capitalista vem passando por diversas mudanças para tanto se adaptar a essas transformações como também progredir ainda mais.

Ao longo da história, a sociedade foi criando inovações para dar respostas as necessidades sociais que iam surgindo, e isso ocorreu, por exemplo, com as ferrovias, depois rodovias, com o telefone, com o computador, com o celular e mais recentemente com a propagação da internet. Essa última, a internet, foi capaz de globalizar o mundo através de um simples clique em um computador ou no próprio celular.

Aparelhos esses, sejam computadores, sejam celulares, que foram se desenvolvendo há um ponto tal, que podemos tanto manter uma conversa “frente a frente” com uma pessoa em um outro continente, como também podemos conhecer, ler, ver e até comprar utensílios e produtos de outros países, porque o mercado, assim como a internet, se globalizou.

E essa globalização afetou o espaço geográfico que também gerou impactos no sistema produtivo. Se analisarmos a questão nacionalmente, podemos identificar que os antigos mercados e feiras populares foram dando espaço a bruta expansão dos hipermercados e dos shopping centers.

Essa mudança gera na sociedade a formação de novos hábitos por parte dos consumidores, que cria, como falamos, novas relações de trabalho e de produção. Se postos de trabalhos foram reduzidos, pela produção de máquinas e manufaturas que entregam o produto com menos tempo e com maior escala, tal redução é forte propulsor da expansão da economia informal. E essa expansão da informalidade é uma reação a globalização econômica, aos novos ditames da urbanização e uma possibilidade de sobrevivência familiar.

Contudo, já não é mais admitido afirmar que o crescimento da economia informal seja apenas mero reflexo conjuntural da nossa economia. Tempos na informalidade e outro na formalidade, esse zigue-zague já não acontece com frequência. Pelo contrário, diversos estudos já apontam que a economia informal tende a crescer paralelamente ao crescimento dos setores modernos da economia tradicional.

A busca pelo tão sonhado emprego de carteira assinada, conhecido como emprego formal, ainda existe claro, é fato; mas a possibilidade de sobrevivência financeira, atrelada a condição de novo patrão, num pseudo-empresendedorismo, ligado também as recentes mudanças promovidas na

legislação trabalhista, com cerceamento de direitos e novas modalidades de contratações, estimulam ainda mais esse cenário pró-informalidade.

E essa informalidade afeta diretamente a produção do espaço urbano em nosso país, principalmente nas grandes metrópoles. Os tradicionais centros urbanos das capitais, vem se transformando em espaços esquecidos pelas classes mais ricas e sendo ocupada e frequentada por classes menos abastadas. É comum nos depararmos no Centro, com instrumentos que só reforçam o crescimento da informalidade, como shoppings populares e até mesmo camelódromos. Villaça (2001, p. 277) escreve o seguinte sobre o tema:

“O processo popularmente chamado de “decadência” ou “deterioração” do centro consiste no seu abandono por parte das camadas de alta renda e em sua tomada pelas camadas populares. Esse abandono apresenta diversos graus de intensidade nas várias metrópoles brasileiras”.

Nessa relação, o espaço urbano também vindo se transformando. E isso não é diferente em Fortaleza. O Centro da capital cearense, cada vez mais é tomado por ambulantes e camelôs, em detrimento até o fechamento de tradicionais lojas comerciais; além do surgimento cada vez maior de pequenos shoppings comerciais e camelódromos, bem como da proliferação de camelôs espalhados nas calçadas. Segundo Yázigi (1997, p.362):

“mais do que mero espaço público, a calçada vem sendo convertida em parte do processo de produção capitalista, enquanto circulação de mercadorias e mais valia, que em seu espaço físico têm um dos componentes. Neste processo, o poder público só tem beneficiado os interesses do capital, mesmo dos escusos, abstando-se, inclusive, de proceder a intervenções que ponham fim a arbitrariedades não propriamente produtivas”.

Através desse crescimento estrutural do comércio informal, os espaços intraurbanos vêm se transformando. É uma nova realidade que não é sazonal ou passageira, é fruto de um exército excedente de trabalhadores que se transformou em um grande grupo de pequenos empreendedores informal, e independente do tipo de venda ou produto, estão persistindo e só crescendo.

É uma situação que precisa ser vista, encarada e estudada. Se no rol de forças do sistema capitalista, os comerciantes informais, são expressivos

mais pela força numérica, do que pela força econômica em si; mas eles são uma realidade, que altera o espaço urbano e nessa relação produz efeitos em toda a nossa sociedade.

Assim, as ações governamentais precisam estarem mais atentas a isso. A maioria das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, são omissas a essa parcela importante da população.

5.2.2 Conceituando a Informalidade

É difícil fazer uma correlação da Política Pública Municipal de Ordenamento de ambulantes e camelôs com o governo Federal ou Estadual, haja vista que a matéria legislativa e fiscalizatória é predominantemente da esfera Municipal, mas essa análise fica menos turva ao adentrarmos no quesito da informalidade²⁴ como um tipo de gênero e o trabalho do camelô como uma de suas espécies. As particularidades do trabalho informal²⁵ começam na própria forma como se deu a sua concepção. Segundo Theodoro “trata-se de um caso único: um conceito forjado no interior de uma instituição executiva e que a seguir invade os meios acadêmicos. Isso explicaria em parte sua fragilidade teórica, expressa notadamente na dificuldade em se encontrar uma definição universalmente aceita” (THEODORO, 2000, p. 8).

Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceita ou considerada como exata da "economia informal", em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural [...] refere-se a todas as atividades

²⁴ Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceita ou considerada como exata da "economia informal", em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural [...] refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais (OIT, 2006, p. 6).

²⁵ “Os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização (...) As atividades informais foram pensadas como formando um setor que engloba, tanto empresas, como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio” (KREIN, PRONI, 2010, p. 9).

econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais (OIT, 2006, p. 6).

Os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização (...) As atividades informais foram pensadas como formando um setor que engloba, tanto empresas, como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio” (KREIN, PRONI, 2010, p. 9).

E aí certamente o impacto da economia e da política desenvolvida nessas esferas acima do poder municipal deve ser estudado já que afeta direta e indiretamente o camelô e o ambulante. Podemos enfatizar o que diz Cacciamali quando escreve que “o processo de informalidade pode ser representado empiricamente por duas categorias de trabalhadores predominantes: os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria” (CACCIAMALI, 2000, p. 12), e aí certamente nos reportarmos aos comerciantes ambulantes e camelôs nessa segunda definição mencionada.

Já Tokman (2001) defende a informalidade relacionada ao conceito de funcionamento de atividades, atrelada a lógica da sobrevivência à medida que defende que o mercado informal acaba agregando o excedente da mão-de-obra não utilizada nos setores modernos. Já o conceito pela ótica legalista dá-se segundo Filgueiras, Druck e Amaral (2004) definindo a informalidade com a chamada economia subalterna, na qual o trabalhador informal se inseria no mercado produtivo não só na parte de produção e serviços, mas principalmente pelo mercado de trabalho em si.

Quero ressaltar que nem todo ambulante e camelô são considerados como trabalhadores ilegais no sentido stricto sensu da palavra, já que muitos são considerados trabalhadores regularizados perante a Prefeitura, como citaremos no capítulo seguinte, mas aqui em fortaleza, certamente podemos garantir que a maioria, independente da região da cidade, começou ou ainda está na situação de irregular, numa luta incansável pela sua sobrevivência e de seus pares; e independente disso ainda é considerado um trabalhador informal.

Santos (2003) defende a existência de dois subsistemas, circuitos, quando tece comentários sobre a economia urbana, na qual ele define como

circuito superior aquele atrelado a organização burocrática, ao assalariamento formal, a inovação tecnológica e logística governamental; e o circuito inferior seria atividades de pequena monta, pequenos comércios, atividades menores de subsistência, dentre outros. Dessa forma, o próprio Santos (1978) caracteriza o ambulante dentro do circuito inferior. Já Costa (1989, p.26), no mesmo sentido afirma que:

“Dentro do “circuito inferior”, a economia invisível, submersa ou paralela é aquela que se desenvolve de forma não-oficial e não-computável. Ela de certa forma reage aos limites da urbanização capitalista, utilizando-se de formas não capitalistas de produção e distribuição e criando novas possibilidades de inserção social”.

Durães (2013, p.124) também corrobora com Santos e reforça afirmando que apesar de muitas semelhanças a uma complexa heterogeneidade na própria composição que se enquadra o camelô quando diz que os camelôs “fazem parte do capitalismo, mas mantêm entre si, muitos aspectos de singularidade, tais como, no geral, a imediatividade, sem separação (direta) entre capital e trabalho, sem planejamento regular das ações e sem realização de balanços”.

E é a partir, dessa lógica, que nesse segmento, intentaremos desenvolver o raciocínio, no tocante a relação entre Economia, Política e Estado, nos diversos níveis, buscando intersecções e movimentos com as outras categorias analíticas trabalhadas ao longo do texto.

5.2.3 Precarização do Trabalho Informal: Camelôs e o Projeto Novo Centro

Vale destacar que no ordenamento urbano no município de Fortaleza, somente em meados de 1979, com o Plano Diretor Físico de Fortaleza, e só, em 1981, com o Código de Obras e Posturas do Município (Lei 5530/81), é que o exercício do comércio ambulante é disciplinado, não estipulando a figura do camelô, mas regulando o prazo de validade da licença e algumas outras normas gerais, como vejamos a seguir:

Art. 708 - O exercício do comércio ambulante, caracterizado através da comercialização ou exposição de produtos como cigarros, livros, revistas, bombons, sorvetes, sanduíches, refrescos, pipocas e outros produtos congêneres, bem como a venda ou exposição de carnes de sorteio, loterias e ingressos, depende de licença prévia, a título precário, a ser concedida, de acordo com as normas vigentes, pelo órgão municipal competente.

§ 1º - A licença para o exercício do comércio ambulante não poderá ser concedida por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovada, a juízo do órgão competente da Prefeitura.

§ 2º - Para o exercício do comércio ambulante, o vendedor deverá ser portador de carteira de saúde devidamente atualizada. (Lei 5530/81)

E tão somente em 1994, com o Decreto Municipal nº 9.300 de 17/01/1994, é que a atividade de comércio ambulante é regulamentada em Fortaleza, tornando-se a primeira legislação específica em nossa cidade sobre o tema, marco importante para que os pequenos comerciantes começassem a serem vistos com outros olhos, passando a serem encarados como sujeitos detentores de direitos e passivo de deveres, como reza o dispositivo legal abaixo:

Art. 1 – É considerado comércio ambulante toda atividade comercial ou de prestação de serviços, de caráter permanente ou eventual, exercida de maneira estacionária ou itinerante, em vias ou logradouros públicos, por pessoas que não possuam qualquer espécie de vínculo empregatício ou funcional, com pessoa pública ou privada. (Decreto 9300/1994).

Mas, somente com o advento do Novo Código da Cidade de Fortaleza – Lei Complementar 270/2019, publicada em 2019, é que oficialmente o legislador fala na figura do camelô, continuando a figura do vendedor ambulante e trazendo, assim, uma regulamentação teórica mais adequada ao nosso tempo.

Art. 556. O exercício do comércio informal, caracterizado através da prestação de serviço, comercialização ou exposição de produtos diversos depende de autorização prévia, a título precário, a ser concedida de acordo com as normas vigentes, pelo Órgão Municipal competente, classificando-se nas seguintes categorias:

I – **camelô**: é aquele comerciante que se caracteriza pela prestação de serviço ou comercialização de produtos diversos, com ponto fixo, que obrigatoriamente instala e desinstala diariamente sua estrutura de trabalho, em local e horário pré-determinado e autorizado pelo Poder Público;

II – **ambulante**: é o comerciante que vende seus produtos ou

serviços sem ponto fixo e de forma itinerante, devidamente autorizado pelo Poder Público. (grifo nosso) (Fortaleza, Lei 270/2019).

Antes desta legislação ser publicada, não tínhamos a clareza legal da diferenciação teórica entre o que era ser camelô ou ambulante, mesmo assim, depois dela, a maioria das pessoas continua se referindo a ambas como sinônimas, mas, na verdade há apenas uma pequena diferença entre tais nomenclaturas que é a transitoriedade no espaço físico, na qual o camelô fixa-se em determinado ponto fixo e o ambulante tem o caráter itinerante, com característica predominante de deslocar-se com frequência.

A rigor, a diferenciação entre ambulante e camelô é apenas esta, da possibilidade ou não da transitoriedade no espaço físico, o que pode levar a outras peculiaridades, como o fato de trabalhar em um ponto fixo o camelô tender a possuir uma quantidade maior de mercadorias para vendas do que o ambulante que precisa deslocar-se e para isso seria necessário trabalhar com uma quantidade menor, haja vista o peso carregado pelo mesmo.

Apesar de ambos estarem dentro de um universo denominado de comércio informal, como citamos em segmento anterior, a diferenciação entre ambulante e camelô é importante para nós, haja vista que o nosso trabalho se detém apenas ao ordenamento que ocorreu nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, e esse projeto só foi efetuado com os camelôs, assim, podemos informar que nenhum ambulante foi credenciado nesse processo. A única exceção a essa regra é de uma senhora que vende tapioca próximo ao Parque das Crianças, contudo, tal autorização foi obtida por determinação judicial no programa de recém-egresso do sistema prisional cearense.

É sabido que no Centro de Fortaleza, muitos são os trabalhadores que optam pela informalidade, por acreditarem que aquela região seja propícia a boas vendas e, não estamos exagerando se afirmarmos que todos os dias um novo ambulante ou um novo camelô resolve se arriscar nessa jornada, e cada vez mais isso gera um problema para o ente municipal. Sobre o tema, Yázigi torna-se contemporâneo questionando o seguinte:

o que fazer com os ambulantes, tornou-se uma das principais questões do espaço público (...) em lugares onde eram costumeiramente inexpressivos, os aparecimentos de algumas centenas deles, por questão de escala gera polêmicas. A globalização com sua divisão internacional do trabalho, suas tecnologias e outras formas de dominância entendem que não há trabalho para todos com essas

premissas: poucos veem além de ações paliativas. (YÁZIGI, 2000, p. 383)

E o Centro, mesmo pequeno geograficamente, pode se dar ao luxo de concentrar alguns desses comércios informais, em determinadas microrregiões tais como: a parte central, que fica na circunscrição da Praça do Ferreira e próximo à Praça José de Alencar; a feira da José Avelino, a aglomeração de camelôs próximo ao Parque das Crianças, dentre outras diversas espalhadas pela região.

É importante destacarmos que as dezenas de ambulantes e camelôs que trabalham na circunscrição da conhecida Feira José Avelino, apesar de parecerem soltos, possuem uma associação, que é politicamente contrária à gestão municipal, o que explica, pela falta de diálogo, que nenhum ambulante daquela área possui qualquer tipo de autorização da Prefeitura.

Já em relação aos camelôs da microrregião central, que são aqueles que trabalham na circunscrição da Praça do Ferreira e Praça José de Alencar, estes são filiados a uma outra associação, essa intitulada de Associação dos Camelôs de Fortaleza – ASCAF, possuindo essa uma relação mais próxima politicamente da gestão municipal, o que resultou no convite dessa associação participar, como entidade representativa dos camelôs, dentro do processo do projeto Novo Centro.

E assim foi feito, os representantes da ASCAF, não só fizeram parte do conselho de ação do projeto Novo Centro, publicado em diário oficial, como também tiveram oportunidade de exporem, em muitas reuniões, suas opiniões e reivindicações, em que pese, algumas delas foram acolhidas, mas muitas foram deixadas de lado, já que confrontavam com os interesses dos lojistas, como por exemplo, a quantidade de quiosques a serem instalados por ruas, não poderiam ser em grande quantidade, nem atrapalhar a parte visual da loja próxima ao quiosque.

Neste ponto, além da questão econômica, podemos observar que outra questão também foi observada, a questão estética, que foi uma tese bastante defendida pelos lojistas, à medida que eles alegavam que os camelôs por não possuírem um equipamento padronizado organizavam-se de forma

arcaica e horrenda, deixando o espaço público, no caso a rua comercial fechada, em questão, feia e pouco atrativa aos que ali transitavam.

Os lojistas defendiam que os camelôs trabalhassem, em um número menor da existente à época e, em equipamentos fixos e com espaço reduzido, de forma que não pudessem haver ampliações.

E isso foi executado, pois se tomarmos como base, os trechos compreendidos entre as ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, foco do nosso trabalho investigativo, o que resulta aí num total de oito quarteirões, havia um universo de, aproximadamente, 619 pessoas trabalhando e já ao final do processo de ordenamento, desenvolvido pelo projeto Novo Centro, somente 360 pessoas foram selecionadas.

Observamos, claramente, uma expressiva diminuição do número de pessoas a trabalhar no local, e quando olhamos apenas os números, estamos a nos referir somente a unidade numérica, mas na verdade essa unidade é simbólica, por ser, na maioria das vezes, representativa de uma família, por exemplo, e muitas vezes numerosa.

E se boa parte desses camelôs já são tidos como uma população economicamente excedente no mundo do trabalho, o que dizer desses que saíram do seu local de trabalho; enfim, Marx denomina, de modo geral, os camelôs dentro da definição de população excedente estagnada:

Constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e justamente isso torna-se a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência. (MARX, 1985, p. 746).

Para os camelôs não contemplados, a Prefeitura ofereceu uma sugestão paliativa, infelizmente essa sugestão só se veio alguns meses depois do processo final de cada rua do projeto, e seria a transferência desses camelôs para um local fixo do tipo camelódromo, denominado de Feirão São Paulo.

5.3 Estado Brasileiro Contemporâneo: uma abordagem em nível federal

Para logarmos êxito em nosso processo investigativo, não nos interessa fazer uma análise de todo o período federativo nacional, seria denso e não eficaz ao que nos propusemos desde o início, assim, nesse segmento, analisaremos, mesmo que brevemente, o governo do presidente Fernando Collor de Melo até o atual mandatário brasileiro Jair Messias Bolsonaro.

A partir de 1990, com a inserção tardia do Brasil no circuito do capital financeirizado, culminando com a eleição do “caçador de marajás” Fernando Collor de Mello (1990-1992), temos um período em nossa sociedade de ajustes econômicos, um típico modelo “à brasileira” de um Estado Ajustador, que inclusive já era implantado em alguns países da América Latina.

Atrelada ao que preceituava a estratégia econômica neoliberal denominada Consenso de Washington²⁶, tais como privatização, abertura ao capital estrangeiro da nossa economia e desregulamentação, o então presidente Fernando Collor, que por sinal foi o primeiro presidente da era democrática, também foi o primeiro a implementar tal política.

A partir daí, vemos nascer claramente segundo os pesquisadores Alba; Bruno e Guerra (2018), uma política econômica nacional baseada no modelo rentista-neoextrativista, na qual o rentismo era sustentado pelo capital financeirizado e o neoextrativismo era alicerçado pelo capital oriundo das commodities minerais e agrícolas. Essa junção que perdura até hoje domina e dita os passos a seguir pela Política nacional.

No período Collor, o mesmo executou alguns planos econômicos, como o Plano Collor, por exemplo, denominou os nossos veículos de “carroças” e abriu o setor para a chegada de empresas multinacionais com dezenas de benefícios fiscais e tributários e chegou a confiscar valores da poupança dos cidadãos brasileiros com o fito de melhorar a nossa economia, contudo, a maioria

²⁶ Encontro que ocorreu em 1989 em Washington nos Estados Unidos, na qual o resultado foi uma série de recomendações econômicas aos países da América Latina, praticamente como receituário a ser seguido para obtenção de novos empréstimos econômicos e difusão da política econômica neoliberal.

dos projetos foram ineficazes e alheios à necessidade social da população, resultando em seu impeachment²⁷ por irregularidades e corrupção.

Sobre esse mesmo governo Collor, Behring diz que “sua intenção de maior fôlego e largo prazo foi à implementação acelerada da estratégia neoliberal no país, por meio das chamadas reformas estruturais, na verdade o início da contra-reforma neoliberal no país” (BEHRING, 2003, p. 151). Corroborando esse pensamento, Dalbosco e Kuyumjian afirmam que tal política foi extremamente maléfica para os trabalhadores brasileiros:

De um ponto de vista macroeconômico, a reestruturação positiva aponta para a concentração econômica e a redução do emprego formal. Politicamente, os receituários neoliberais de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial sem fronteiras protecionistas, da financeirização produtiva com taxas de juros elevadas e manipulação especulativa da taxa de câmbio atingem em cheio empresas não oligopólicas e concorrências, ampliando a concentração econômica e afetando diretamente a qualidade e quantidade do emprego formal. (DALBOSCO, 1999, p. 200).

As decorrências destas políticas econômicas na gestão Collor, certamente, fizeram com que aumentassem o número de trabalhadores informais em todo o país, haja vista, que essa era a forma mais plausível, de se conseguir a sobrevivência e a subsistência pelos mesmos. Antes de ser condenado no processo de impeachment, Fernando Collor renuncia, principalmente, tentado salvaguardar seus direitos políticos, e assume em seu lugar a presidência da república o seu então vice Itamar Franco.

Itamar Franco esteve na presidência da República de 1992 até 1994, e seguiu fielmente os planos do capital financeirizado, em que se pode destacar a criação do Plano Real, pelo seu então ministro da economia e futuro presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi importante, já que vivíamos uma crise hiperinflacionária, bem como a estabilização monetária e econômica.

Assume em 1995, o ex-ministro da economia e agora presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, representante de primeira ordem das práticas neoliberais, que continua seguindo, tão bem, a cartilha do capitalismo

²⁷ Processo político na qual se averigua se o chefe do poder executivo cometeu crime de responsabilidade, sendo uma das penalidades previstas a cassação do mandato e perdas de direitos políticos.

financeirizado, que consegue não só terminar o seu mandato como também se reeleger, tendo seu ciclo iniciado em 1995 e finalizado em 2002.

Podemos destacar dentro do período de governança de Fernando Henrique Cardoso, denominado de “Era FHC”, a consolidação do Plano Real, com o fortalecimento da moeda nacional, um vasto circuito interno de privatizações de empresas nacionais e uma política de estabilização macroeconômica. Resultando cada vez na dominância, do já citado Estado Ajustador proposto por Alba Carvalho: “o Estado Ajustador que ajusta e ajusta-se aos ditames da expansão ilimitada do capital, em contraposição aos parâmetros dos Direitos, tentando anular a força da política” (CARVALHO, 2012, p. 10).

Esse primeiro ciclo da “Era FHC” (1995-1998) foi para Figueira e Druck (2007), o momento mais intenso desse modelo de ajuste. Já para a professora Leda Paulani, o segundo ciclo (1995-2002), foi destaque por “viabilizar o cálculo rentista [...] para recuperar a confiança dos credores, pela adoção de uma política monetária de elevadíssimos juros reais, controle fiscal de modo a gerar superávits primários cada vez maiores; e pelas privatizações” (2015, p.02). Corroborando nisso, Nakatini e Souza nos alertam que essa política econômica afetou diretamente o mercado de trabalho e logicamente a estrutura social brasileira:

O processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro está profundamente associado a implantação das políticas neoliberais no Brasil que se iniciou a partir do governo Fernando Collor (1989-1992) e se intensificou no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Além de provocar uma estagnação no crescimento econômico no país e submeter a economia nacional à dependência ao capital financeiro em detrimento dos investimentos produtivos, também provocou um extraordinário crescimento nas taxas de desemprego. (NAKATINI; SOUZA, 2000, p.276).

Sobre esse entendimento e remetendo a um pensador clássico, Marx (1984) já dizia que a acumulação capitalista gera uma massa trabalhadora relativamente supérflua ou subsidiária e que o número de trabalhadores ocupados está ligado as oscilações e a produção da superpopulação. Assim, claramente o nosso Estado brasileiro amplia-se pela ótica mercantilista, rezando a cartilha do Capital ao mesmo tempo em que fragiliza a esfera democrática ao renegar direitos sociais à sociedade civil. A prioridade, então, não são as

demandas populares, pelo contrário, são todas as ações que beneficiem o modelo capitalista.

Se tomarmos por base os anos, entre 1990 e 2000, a taxa de informalidade no Brasil cresceu de 40% para 50% (IBGE) na qual Nakatini e Souza (2000, p. 276) defendem que “a informalidade é parte integrante do modo capitalista de produção e varia, em maior ou menor escala, em função do estágio de acumulação capitalista e do tipo de política econômica adotado em cada país”. A tabela abaixo nos ajudará a entender esses números:

TABELA 3 - BRASIL: Evolução do grau de formalidade e informalidade nos anos 90 (%)

Especificação \ Anos	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Informalidade	38,3	38,8	38,9	39,7	39,6	40,5	40,5
Formalidade	29,6	28,9	28,2	28,8	28,6	28,3	27,4

Fonte: IBGE/PNAD, diversos anos. Elaboração do Autor

Paralelo ao fortalecimento do modelo do capital financeirizado, atrelado ao neoextrativismo brasileiro, crescia em nosso país muitos movimentos populares organizados, basicamente todos de esquerda, que se contrapunham à omissão do Estado para com políticas públicas sociais para os menos abastados; e esse crescimento deu-se no âmbito da esfera política.

Foi a partir daí, que cresce a militância política de esquerda em nosso país, arregimentados pelos vários segmentos do Partido dos Trabalhadores (PT), e tendo como expoente político o ex-líder sindical da região do ABC paulista, Luís Inácio Lula da Silva, o Lula. O mesmo já tinha se candidatado em outros momentos a presidência da República, mas especialmente nessa eleição, ele traz um diferencial que marcou não só a eleição, mas seu governo, a figura de um vice-presidente, José Alencar, representante dos empresários.

Inicia-se assim a “Era Lula”, um nordestino, ex-operário, líder sindical que chegava ao poder, representando uma conjuntura de mudanças, representando as esquerdas e com o fulcro de se olhar para os mais pobres e menos abastados, contudo, contraditoriamente, aliado de um grande empresário

brasileiro, José Alencar, que representava o continuísmo de uma política econômica alicerce desse Estado Ajustador.

E assim foi a “Era Lula”, uma gestão que tentava conciliar o poderio econômico que dominava e moldava a política nacional com os anseios das classes mais pobres que vislumbravam reformas e mudanças em diversas áreas da nossa sociedade com a esperança de melhorarem de vida.

Esse “mix” um tanto contraditório foi administrado com maestria pelo então presidente Lula, que soube sopesar nessa balança os pedidos de ambos os lados e contemplar cada qual com avanços significativos, logicamente um grupo foi mais beneficiado que o outro, na medida em que Lula continua a obedecer à cartilha neoliberal, mas implementando mudanças sociais.

E como uma mudança de paradigma social, proposto pelo então presidente Lula, podemos certamente citar a criação do Programa Bolsa Família²⁸, iniciativa essa que perdura até hoje, sendo destaque como projeto de transferência de renda e mudança social.

Assim sendo, os pesquisadores Marinho e Mendes (2013), executaram estudos baseados na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) 2006 e os impactos do programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho formal e informal sobre as famílias brasileiras e, chegaram à conclusão de que a ação governamental incentivava o trabalho informal e afetava negativamente o formal. O que os pesquisadores concluíram: é que a renda extra estimulava os trabalhadores a buscarem novas formas alternativas de melhorias de vida, e o trabalhar para si próprio era a principal delas, a utopia mercantilista do ser empreendedor atraía e continua atraindo muita gente.

Sabidamente, Lula traz para dentro do seu governo lideranças sociais, semelhante ao modelo de cooptação usado por Getúlio Vargas em parte de sua gestão, que enfraquece os movimentos sociais, deixando as críticas ao seu governo pouco vivas como diz Coutinho (2020): “a política deixa de ser arena de

²⁸ Programa de transferência de renda criado no governo Lula, através da MP 132 de Outubro de 2003 e transformado em Lei em 09 de Janeiro de 2004, na qual se concedia um pequeno valor em dinheiro para quem obedecessem a certas condições estipuladas na legislação. Inicialmente foi duramente criticado porque alegavam uso eleitoral do mesmo, contudo, até a presente data o programa existe em nossa sociedade, sendo inclusive premiado e copiado por outros países.

luta por diferentes propostas de sociedade”. Ao mesmo tempo, Lula fornecia ao sistema capitalista, meios de tranquilidade e avanço como escreve Paulani:

Lula governa para assegurar de forma prioritária a inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação. E vai além de FHC, adotando medidas adicionais para completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos internacionais de valorização financeira: extensão da reforma previdenciária ao funcionalismo público; reforma da lei de falências, dando mais garantias aos bancos em relação a empréstimos realizados para empresas; e novas medidas para aumentar o grau de abertura financeira da economia. (PAULANI, 2015, p.3).

Certamente, esperava-se bem mais de um estadista com berço na esquerda do que simplesmente alguns programas sociais, a ascensão de classes sociais ou o acesso dessas classes a uma realidade consumista nunca antes contemplada, contudo, não podemos nos esquecer de que vivemos numa sociedade política em que a força do capital financeiro tem relevante peso, não à toa, Lula soube conciliar as duas frentes e só assim pôde governar com ampla maioria popular e executar alguns projetos sociais.

Tamanho foi o sucesso político da gestão lulista que conseguiu fazer a sua sucessora, Dilma Rousseff, ex-ministra e alinhada política de primeira ordem do então ex-presidente, tornando-a primeira presidente do nosso país; muitos duvidavam de sua capacidade gerencial, haja vista, nunca ter exercido cargo político, a não ser de ministra, e ser tida como pouco flexível politicamente.

A “Era Dilma”, nasce paralelamente a uma crise mundial econômica que certamente afeta o seu governo desde os primeiros dias. Guerra e Carvalho relatam que o governo Dilma, tenta desenvolver um híbrido arranjo de políticas de ajuste e “neodesenvolvimentismo” (CARVALHO e GUERRA, 2015). Enquanto isso, o que se vê é um modelo econômico heterodoxo, distante do modelo ortodoxo apregoado pelo poderoso sistema de financeirização do capital.

Essa política híbrida, desagradou boa parte dos aliados do setor econômico, à medida em que tal política se afasta do modelo de ajuste (PAULANI, 2014), na qual a economia mostrou sinais de achatamento, as taxas do PIB (Produto Interno Bruto) caíram consideravelmente, e para piorar, o superávit primário chegou a um quociente deficitário de 0,6% no ano de 2014.

Analisando o PNAD nos anos, de 2011 a 2014, constatamos claramente uma diminuição no número de desempregados, um aumento do número de empresas se formalizando e ganho de renda para uma parte da população; além de um aumento no número de pessoas que possuíam nível superior; em relação à informalidade a mesma teve um retrocesso de 4,7% em relação aos anos 2010.

Em contraposição, uma parte dessa sociedade, particularmente a que foi elevada a um novo modelo de consumismo, adere à gestão mais de forma branda, não o suficiente para ser um alicerce considerável e perdurar até o final de quase seus dois mandatos, principalmente, porque durante parte de sua gestão alguns acontecimentos foram deflagrados, como as revoltas país a fora, contra o Governo e, também contra o sistema econômico, em diversas capitais, por exemplo, durante a Copa das confederações e depois durante a Copa do Mundo que foram duramente reprimidas pelo governo numa tentativa de manter a ordem.

Como pensa Singer (2005) a sociedade brasileira é fruto do jogo de poder que é intrínseco ao Estado com grupos econômicos que se intercalam nos diversos níveis de influência para efetivarem seus pensamentos. Assim, a partir de tais acontecimentos instaurou-se um clima de mudanças em nosso país que foi brevemente incorporado ao sistema congressista brasileiro que o usou como mote para um golpe antidemocrático com a faceta de impeachment, financiado pela elite empresarial brasileira que buscava um retorno a uma política econômica ortodoxa e aumento de seus privilégios.

Bem, como corrobora PAULINI (2014), que diz que a histeria nacional materializada no “Terrorismo Econômico” é o não apreço dos mercados financeiros com a Dilma. E assim, o golpe econômico travestido de impeachment político representava mais uma vez o quanto o Capital tem força em nosso país, mudando tanto governos como o rumo político deles, moldando sobremaneira a nossa sociedade contemporânea. Com o impeachment consagrado, assume o seu vice, Michel Temer, que conduz a nação até o final do seu mandato.

Sobre a gestão Temer o que se pode mencionar é que ele representaria os interesses do Capital dominante, e tentou ser um fiel representante ao executar ações como a lei da terceirização, a reforma

trabalhista, enfraquecendo sobremaneira o trabalhador brasileiro, a promulgação da Emenda Constitucional 95 que congelaria gastos sociais por um largo espaço de tempo e outras medidas de cunho ultraliberal.

Apesar de não fazer parte do governo Michel Temer e sim da esfera do poder Judiciário, um fato marcante nesse período certamente foi a conhecida Operação Lava-Jato²⁹ que desencadeou uma série de investigações e prisões de dezenas de políticos brasileiros, a destacar aqui a do então presidente Lula e de ex-governadores do Rio de Janeiro e da Câmara dos Deputados Federal.

Esse movimento, com a ajuda da imprensa e das redes sociais, fez brotar na sociedade uma discussão e movimentos contra a corrupção, bem como um ódio exacerbado ao PT, fazendo com que figuras políticas antes apagadas e inexpressivas surgissem como representantes de uma moral ortodoxa, defendendo bandeiras conservadoras com enaltecimento ao militarismo, e práticas econômicas ultraliberais e de extrema direita, nascendo aí o governo de Jair Bolsonaro.

Jair Messias Bolsonaro assume a presidência em janeiro de 2019 com o mandato a se encerrar em dezembro de 2022, alicerçado pelos sentimentos contrários aos movimentos de esquerda, por uma ampla militância digital que alimentava o ódio e mentiras em redes sociais, propagando as chamadas “fake news”, aliado de militares, da direita e extrema direita política brasileira, bem como da classe econômica dominante.

Ainda é cedo para se fazer uma análise mais concreta do governo Jair Bolsonaro, mas o que até o momento pode ser dito é que se trata de um governo que fará de tudo para defender os interesses do capitalismo ultraliberal, certamente fortalecendo o modelo rentista-neoextrativista, com reformas como a da previdência social, a reforma administrativa que diminua direitos dos servidores públicos, e outras que só venha a favorecer seus aliados e a força econômica dominante.

Em relação a agradar suas bases eleitorais, principalmente as de cunho liberal como o setor comercial e empresarial nacional, em 2019 Bolsonaro

²⁹ Operação desenvolvida pela Polícia Federal que chegou aos Tribunais federal brasileiro e, em tese, combatiam crimes de corrupção e contra o patrimônio público brasileiro, na qual através dele, foram presos sujeitos políticos importantes, como ex-Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

edita uma Medida Provisória - MP e logo depois tal MP é convertida na Lei 13.874/2019, conhecida como lei da Liberdade Econômica, que com o propósito de desburocratizar os documentos necessários para o funcionamento de empresas, no caso o alvará de funcionamento, permite que várias empresas e comércios possam funcionar sem a exigência de tal documento, isso sem dúvida, fortalece a informalidade, haja vista que trata-se aqui de pequenos e médios comerciantes, em sua maioria, que viam na burocracia um empecilho para o exercício de seus negócios.

Assim, podemos dizer que tal ato gera incentivo a informalidade, a não precisar se regularizar, a prestar informações para ser fiscalizado ou pagar tributos, por exemplo, e assim fortalecer principalmente um setor terciário de comércio e serviços. Vale ressaltar que tal ato foi gerado dentro de uma realidade de informalidade que só cresce em nosso país; vejamos o indicativo do IBGE, na qual se conclui que “a taxa de informalidade atingiu 41% no quarto trimestre de 2019, compreendendo um contingente de 38,4 milhões de pessoas. A categoria por conta própria, com 24,6 milhões de pessoas, ficou estável no último trimestre” (IBGE, 2020).

Há de se destacar que com a proliferação da COVID-19, que assola o nosso país, especificamente, desde o início de 2020, a mesma provocou um severo impacto na saúde e na economia; na saúde, com dezenas de infectados e mortos, falta de leitos, desvios de recursos; e na economia, com o encerramento de centenas de postos de trabalho e o fechamento de empresas.

Em relação à questão econômica, o governo federal, criou um benefício de nome auxílio emergencial, com o objetivo de ajudar, principalmente, os desempregados, os pobres e trabalhadores da economia informal; e aí, há que se destacar que a figura do camelô está inclusa, e certamente usufruiu sobremaneira desse benefício para a sua subsistência.

5.4 – Estado no contexto do Ceará: uma abordagem analítica em nível estadual

Em relação ao Governo Estadual, devemos destacar que, nos últimos trinta e três anos, aproximadamente nove mandatos, o Estado do Ceará só teve cinco³⁰ governadores eleitos democraticamente, o que nos faz presumir desde já que se perpetua aqui uma cultura política da perpetuação de famílias ou grupos políticos que se alternam no poder, derivada do coronelismo.

Durante esse lapso temporal que faremos essa análise, em torno de trinta e três anos, Tasso Jereissati governou por três mandatos (1987-1990), (1995-1998) e (1999-2002), Ciro Gomes governou entre 1991 e 1994, Lúcio Alcântara governou de 2003 a 2006, Cid Ferreira Gomes administrou por mais dois períodos (2007-2010) e (2011-2014), e Camilo Santana, atual governador em exercício teve o seu primeiro mandato de 2015 a 2018 e administra o seu segundo desde o início de 2019.

Faremos uma análise a partir de 1986, já que as eleições daquele ano vão marcar umas das disputas eleitorais mais acirradas da nossa história cearense, rompendo um ciclo político e dando início a outro; nessas eleições o jovem empresário Tasso Jereissati disputa o governo com o militar Adauto Bezerra, há de se frisar, que vivíamos ainda sob a égide do regime militar e que tendíamos a uma vitória do militar; contudo, o jovem empresário com o apoio substancial do Centro Industrial do Ceará- CIC ganha a eleição e começa aí um novo ciclo de dominância burguesa em nosso Estado.

Tasso governou o Estado do Ceará por três períodos (1987-1990), (1995-1998) e (1999-2002), e certamente, em todos eles buscou ampliar os rendimentos e a influência do capital financeirizado sobre o nosso Estado. A primeira gestão Tassista, é então, fortemente trabalhada para se passar a ideia de um governo que iria romper com a política dos coronéis, e assim se iniciou sua gestão: focando em normalizar as contas públicas, na demissão de

³⁰ Há que destacar que Francisco de Barros assumiu o Governo do Estado por um mês em 1994 com a renúncia de Ciro Gomes; logo após Francisco Aguiar assumiu o governo através de uma eleição indireta da Assembleia Legislativa do Estado permanecendo por três meses e o senhor Beni Veras assumiu o governo de abril a dezembro de 2002, com a renúncia do então governador Tasso Jereissati.

terceirizados, no ajuste de despesas com funcionalismo e gastos públicos considerados desnecessários, em contraposição a isso, buscou criar um plano de atração de investimentos do capital privado, baseado principalmente no setor privado; que segundo Barreira (2002, p.78) seriam “investimentos públicos racionais, visando ganhos políticos e econômicos”.

Destaca-se, dentro desse primeiro ciclo Tassista, algumas iniciativas como a construção do Porto do Pecém, ampliação do aeroporto internacional Pinto Martins, paralelo ao desenvolvimento do PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo, interiorização de energia bem como o programa São José de fomento à agricultura e o maior destaque que foram muitos incentivos fiscais a indústrias têxteis e calçadistas bem como a criação do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará. Jawdat Abu-El-Haj (2000) escreve que, em suma, o governo Tasso foi de: neoliberais “camuflados” por um “discurso reformista social”.

Vale destacar aqui, um parêntese, que desde aquele período a atração cearense com as indústrias têxteis, principalmente Fortaleza e região metropolitana aonde elas se instalaram, fortalecendo de forma direta o comércio de vestuário que até hoje se propaga na Feira José Avelino³¹ como em todo o Centro de Fortaleza, principalmente pelo comércio informal.

Em 1990, Tasso elege, o então, atual prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, para ser seu sucessor no Governo do Estado e dar continuidade ao seu projeto político no governo do Estado, sendo assim, Ciro assume de 1991 até 1994. O seu projeto político é tão fortalecido a nível estadual e nacional que Tasso em 1991 assume como presidente nacional do PSDB, sendo inclusive cogitado em diversos momentos, a ser candidato a Presidente da República, mas quase sempre preterido pela ala paulista do partido.

Ciro Ferreira Gomes, apesar de não ser empresário, nem ligado diretamente ao grupo econômico de Tasso Jeressaiti tem forte lastro político em Sobral, na qual seu pai Euclides Ferreira Gomes, tinha sido alcaide daquela cidade e com bastante força política na região, além do mesmo, ter sido líder do

³¹ Feira informal de vestuário a preços populares que ocorre geralmente nas madrugadas de quarta para quinta e sábado para domingo na Rua José Avelino, no Centro de Fortaleza, e adjacências da Catedral Metropolitana de Fortaleza.

governo Tassista, na Assembleia Legislativa do Ceará, nos seus dois primeiros anos e alçado à condição de prefeito de Fortaleza em 1988 com o apoio do então governador.

Ciro Gomes fica como Prefeito de Fortaleza apenas por dois anos (1989-1990), já que assume como Governador substituindo a Tasso Jereissati ficando de 1991 até 1994. O governo de Giro já se enquadra dentro do período de redemocratização brasileira, e o seu mandato assume a face de ser a continuação de um governo com ampla dominação burguesa e empresarial, baseada em incentivos fiscais a empresariais, na captação e fomento do trade turístico, dentre outros; e isso foi possível como ressalta Teixeira, dizendo que “as indústrias que se instalaram no Ceará, em primeiro lugar, levavam em conta o nível de salário pago na economia cearense” (Teixeira, 1999, p.24).

A relação entre Tasso e Giro Gomes sempre foi de aliados políticos ou próximos, na qual isso foi mudar a partir de 2002 quando Giro assume outra faceta política, deixando formalmente partidos de direita e indo para o Partido Socialista Brasileiro – PSB, partido de centro-esquerda, após eleição do Presidente Lula, mesmo que em seu núcleo exista sempre características do pragmatismo da direita liberal, com amplo apoio da sociedade empresarial e burguesa. Em relação a mudar de partidos, isso é bastante frequente na vida dos Ferreira Gomes, que gostam de ser caciques em suas legendas, arregimentando uma fileira de seguidores, em que pese, podemos destacar outras mudanças partidárias como a ida ao Partido Popular Socialista – PPS e recentemente ao Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Após a gestão Giro Gomes, Tasso retorna ao governo do Estado para governar por mais dois mandatos, 1995-1998 e 1999-2002 e continuar a sua política de dominância do capital sobre o público, na qual vale aqui destacar que tais períodos praticamente coincidiram com a gestão presidencial do também psdbista Fernando Henrique Cardoso, gestão essa que fortaleceu aqui em nosso Estado esse mesmo modelo de gestão que apregoava a valorização do capital financeiro e de um Estado Ajustador.

Em 2003, assume o último Governador do ciclo denominado, “Governo das Mudanças”, Lúcio Alcântara, que se inicia com Tasso em 1987 e que vai durar até 2006 com o final da gestão de Alcântara. Estamos aqui já num

contexto nacional da gestão Lulista, com a perpetuação do Estado Ajustador num pacto conciliador com o povo e os movimentos sociais. Em relação a política Estadual, Lúcio acabara de ganhar as eleições diante do candidato petista e apoiado pela gestão nacional, José Airton, numa disputa equilibrada, mas que já desenhava um novo horizonte político no cenário estadual.

Lúcio não era um candidato oriundo do seio empresarial, igualmente a Ciro Gomes, mas diferente deste que conduziu o processo no sentido de continuidade burguesa e política do projeto desenvolvimentista “Governo das Mudanças”, Alcântara prioriza uma forma de governar pautada no prosseguimento da política neoliberal psdbista, contudo com uma ligeira aproximação as demandas sociais, é bom salientar que o momento não era só propício para isso, como exigia do governante estadual essa nova pauta.

Ao analisarmos o “Governo das Mudanças”, aqui se tratando do ciclo que compreende as gestões de Tasso, Ciro e Lúcio, totalizando vinte anos de administração tucana ³² em nosso Estado, percebemos, com pequenas alterações, o mesmo *modus operandi* de valorização do capital, destacando como relata Costilla: “um ajuste estrutural, aplicação de um modelo de especialização produtiva industrial exportadora (...) rebaixamento do preço da mão-de-obra (...) transnacionalização fragmentada de áreas locais, reforma do Estado, privatizações, redemocratização, etc.” (COSTILLA, 1997, p. 07).

Em termos políticos, é preciso entender que também ocorreram lutas sociais nesse período, contrárias a esse sistema, contudo, é de esperar que o poder político dominante tivera que “resolver as contradições sociais que obrigam os indivíduos a submeterem-se ao mercado e ao capital” (OLIVER COSTILLA, 2004, p. 08), mediada pelo poder político essa luta social, numa relação de domínio e legitimação entre as classes.

Nas eleições estaduais de 2006, Lúcio Alcântara tenta a reeleição pelo PSDB, contudo não conta com o apoio da figura tucana mais forte em nosso estado, Tasso Jeressaiti, que se omite do processo eleitoral, deixando o caminho favorável para a vitória de Cid Ferreira Gomes, engenheiro civil, irmão de Ciro

³² Em alusão ao Tucano, ave utilizada pelo PSDB como símbolo, e como seus filiados ficaram conhecidos nacionalmente, como “Tucanos”.

Gomes, e que contava com o apoio nacional do PT e do presidente Lula. A ideia de uma gestão de continuísmo é visível, principalmente por sua formação em engenharia civil e sua gana por construir obras, como sinônimo de boa administração, tem seu primeiro mandato baseado em focar na implementação do Programa “Ronda do Quarteirão³³” e fortalecer acordos, gerando um novo ciclo político sobre a égide dos Ferreira Gomes.

Um detalhe importante para a gestão política de Cid Gomes foi o seu jeito de governar conciliador, tentando agradar a todos aqueles que faziam ou que vinham a fazer parte de sua gestão, era claramente o modelo de gestão de coalizão³⁴, que buscava ter maioria política na Assembleia Legislativa, o que lhes garantiria apoio total e irrestrito aos seus projetos de lei e votações orçamentárias, e praticamente anulava qualquer força política opositora, o que na prática foi o que realmente aconteceu.

Assim, o resultado desse arranjo de forças políticas no mesmo grupo foi uma reeleição tranquila para o Governador Cid Gomes nas eleições de 2010, dando ao mesmo um novo mandato até o ano de 2014. Contudo, a tranquilidade já não foi à mesma na sua segunda gestão, podemos destacar que logo no início de 2011, o mesmo teve que enfrentar a Greve dos Policiais Militares, que teve bastante repercussão, inclusive nacionalmente, e além de enfraquecer a gestão, potencializou a oposição com alguns dos nomes que lideravam a greve e que futuramente usariam esse capital político em benefício próprio.

Aliado do governo Federal, a gestão Cidista, conseguiu trazer para o Ceará em seus dois mandatos, ações dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, por exemplo, inclusive PAC 2, em sua maioria obras de grande porte, como o projeto inacabado do Aquário, novo Centro de Eventos do Ceará, metrô do Cariri e de Sobral, dentre outros, além de conseguir do capital

³³ Foi um programa que previa a união entre as Polícias Militar e Civil com o intuito de interação com a população em geral, na qual determinadas equipes trabalhariam em áreas específicas, o que aumentaria a confiança da população no aspecto da segurança. Esse programa foi bastante questionado pelos altos custos com equipamentos e carros que foram feitos e não resultando ao longo do tempo o resultado esperado.

³⁴ Esse termo foi criado pelo cientista político Sérgio Abranches em 1988, em alusão ao presidencialismo de coalizão, como forma de designar os acordos entre partidos e o governante no intuito de aprovar matérias e leis do executivo em troca de benefícios políticos. Disponível em: https://www.politize.com.br/presidencialismo-de-coalizao-e-actual-crisebrasileira/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwrfvsBRD7ARIsAKuDvMNjGI4AiJ7CNJOpCVdsBvY0R5g8wWjLoC-ApCcvEN0cyZv1NzPwRYaAhmREALw_wcB. Acesso em 09 de junho de 2020.

internacional, já que havia sido anteriormente consultor do Bando Interamericano de Desenvolvimento - BID, empréstimos para executar obras e projetos. Além disso, abriu ainda mais o Estado do Ceará para o capital internacional, a se destacar para os coreanos, com a Companhia Siderúrgica do Ceará, localizado no Pecém, municipalidade de São Gonçalo do Amarante.

Devemos lembrar, que o sistema capitalista, se completa com a dominação de determinada classe sobre as demais, e com participação efetiva do Estado nesse processo, bem como com a noção de outros grupos em torno desse projeto de dominância econômica. Assim, ideias e interesses são incorporados, e nessa dinâmica de agradar a todos os envolvidos em suas demandas, surge algo bastante interessante na política que é a hegemonia dessa classe dominante, conforme ocorreu com o governo Cidista, podemos dizer que também ocorreu no “Governo das Mudanças” e vai continuar no sucessor Camilo Santana, conforme ensina-nos Gramsci:

sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromissos, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, Caderno 13, Nota 17, 2002a, p. 48).

Mesmo com aumento das críticas e da oposição ao governo de Cid Gomes, com vastas polêmicas e processos judiciais, o mesmo pôde não só ter força para romper com o PT de Fortaleza nas eleições de 2012, lançando o candidato apoiado pelo Clã Ferreira Gomes, sendo eleito, na qual seria o médico Roberto Cláudio, como também fazer seu sucessor no governo do Estado, elegendo o petista Camilo Santana.

Assim, em 2015 nasce a gestão de Camilo Santana, cratense de nascimento e barbalhense de residência, Engenheiro Agrônomo, outrora Deputado Estadual, de filiação Petista, filho do ex-senador e político cearense Eudoro Santana, já havia disputado a candidatura duas vezes de prefeito de Barbalha, em ambas sendo derrotado, surgiu como indicação do Clã Ferreira

Gomes nas eleições de 2014, num arco de alianças gigantesco, sagrando-se vitorioso e dando continuidade à política e a economia dominantes.

Apesar de Petista, Camilo traz consigo a gratidão de ser alçado como vitorioso num cargo político tão almejado, como é o de Governador, e principalmente a lealdade ao grupo Ferreira Gomes, liderado pelos irmãos Ciro e Cid Gomes que trazem consigo uma estrutura do velho Coronelismo, da distribuição de cargos públicos e da manutenção de diversos aliados subjugados as suas orientações e determinações políticas.

Assim, podemos dizer que apesar de ser um novo governo e até com novas ideias, o cerne central do mandato é o mesmo, espelhando-se no modus operandi dos Gomes, de obras, ajuste de contas públicas, valorização e incremento ao capital, principalmente internacional, e no governo de coalizão política.

Isso fez com que Camilo não só tivesse uma boa aprovação em seu primeiro mandato, como também fez com que o mesmo ganhasse as eleições de 2018, em primeiro turno, e com uma ampla margem de diferença, tornando-o governador em exercício até o presente momento; vale destacar, que o mesmo contornou bem uma nova greve dos policiais militares em nosso Estado, evitando desgastes políticos e se fortalecendo com a maioria da população.

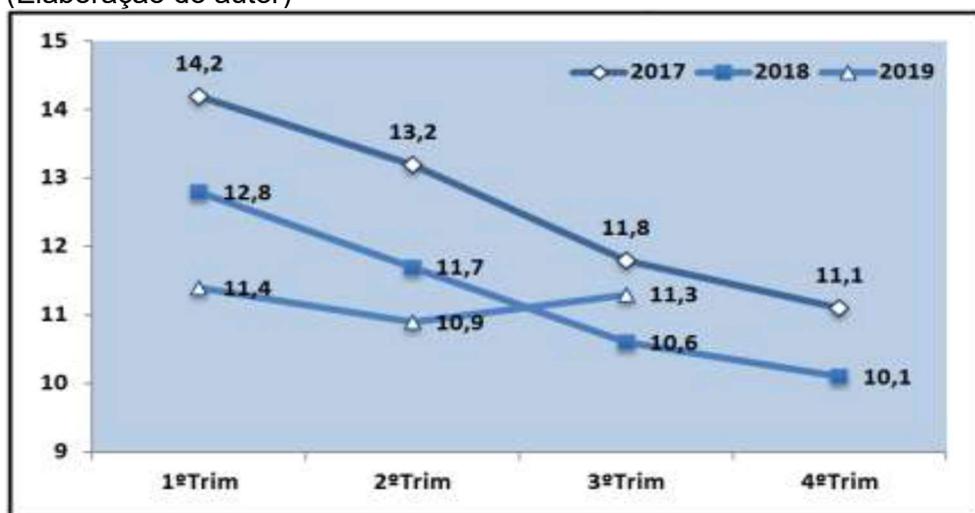
Além de ganhar protagonismo nacional com atuação no combate ao COVID-19, sendo inclusive cogitado como um possível postulante à presidência da República nas próximas eleições, contudo, os jornais alertam que o mesmo quer se desvencilhar do Petismo, não de forma abrupta ou rompimento, mas mostrando certa independência e fortalecendo sua imagem política, inclusive com a saída do PT e uma possível chegada no PSB, partido pelo qual já fora filiado inicialmente:

O presidente do PSB também se esforça pela concretização de outra adesão, está mais pretensiosa: trazer o governador Camilo Santana para o partido. O chefe do Executivo estadual tem atritos com setores da atual sigla, que cobram mais petismo e menos “ferreiragomismo” dele. (OPovo, 2020).

Sabemos que um dos motivos que leva a pessoa a ir trabalhar como ambulante ou camelô, é a falta de oportunidade no mercado formal, haja vista a

necessidade de sobrevivência, aliada em alguns casos a falsa visão de empreendedorismo, e esses dados podem ser em tese, corroborados e quantificados pela taxa de desocupação; e é possível verificar no, gráfico abaixo, que a taxa de desocupação no Estado do Ceará entre os anos de 2017 a 2019 é grande, e que visivelmente não houve e não há perspectivas de melhorias nesse cenário.

Gráfico 1 – Taxa trimestral de desocupação – Estado do Ceará – 1º Trimestre/2017 – 3º Trimestre/2019 (Em %) Fonte: IBGE, PNADC trimestral (Elaboração do autor)



Fonte: IBGE, PNADC trimestral (2020).

Já falamos, no tópico anterior, que a competência em relação a Política de Ordenamento do comércio informal, é da Prefeitura Municipal, cabendo às prefeituras ordenarem esse tipo de Política Pública, mas um fato recente da política Estadual chamou-nos bastante atenção. Com o isolamento social ordenado pelo Governo do Estado do Ceará e acatado pela Prefeitura de Fortaleza, a pressão dos grupos econômicos foi tão grande que o governo Camilo resolveu flexibilizar esse isolamento em meio a uma quantidade enorme de infectados e mortos em todo o território cearense em uma fase de transição e mais quatro fases, distribuindo os diversos setores econômicos dentro dessas fases.

Esse fato só reforça fielmente, o poder que o setor capitalista tem sobre o quinhão político, não só nacionalmente, mas também aqui em nosso Estado; e outra observação que merece destaque é que a categoria dos camelôs, na qual mesmo aqueles que estão legalizados dentro do Projeto Novo Centro e

de outros programas municipais, não foram contemplados em nenhuma fase do programa estadual, não porque não possuam representatividade política, já que muitos possuem ligações com vereadores e deputados, mas, certamente, porque não possuem peso dentro da balança econômica do Estado, e assim se tornam inexpressivos.

Mas apesar da sua aparente invisibilidade, os camelôs não o são, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em matéria vinculada no jornal Diário do Nordeste “de acordo com os números, que integram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a taxa média de informalidade no Ceará marcou 54,9% em 2019, quinta maior do Brasil e a terceira maior entre os estados do Nordeste” (Diário do Nordeste, 2019). No Nordeste, em critério de informalidade perdemos apenas para estados como Piauí e Maranhão.

5.5 – Estado em Fortaleza: uma abordagem analítica municipal

Chegando, então, a analisarmos o ente estatal, no âmbito municipal, no caso, a Prefeitura; de pronto, devemos observar que desde 1997 até os dias atuais Fortaleza teve apenas três Prefeitos: Juraci, Luizianne e Roberto Cláudio respectivamente; o governo Juraci Magalhães compreende os anos 1997 até 2004, gestão Luizianne Lins que vai de 2004 até 2012 e a gestão Roberto Cláudio que vai de 2013 até o presente momento. Um detalhe curioso a ser analisado é que todos conseguiram se reeleger para um segundo mandato, mas nenhum deles até o momento conseguiu após oitos anos de gestão fazer um sucessor político³⁵.

Juraci Magalhães, médico dermatologista, assume em 1997 após já ter sido prefeito de Fortaleza de 1990-1992 após o então prefeito Ciro Gomes ter renunciado para assumir como Governador do Ceará, e logo depois o mesmo conseguiu emplacar o seu indicado Antônio Cambraia que governou até 1996; a

³⁵ Esse fato foi interrompido, na eleição de 2020, com a vitória do Prefeito eleito, Sarto Nogueira, aliado politicamente do ex-prefeito Roberto Claudio e do grupo Ferreira Gomes.

partir daí nem o próprio Juraci nem nenhum outro prefeito conseguiu emplacar sua indicação política para a chefia do poder Executivo Municipal Alencarino.

Juraci governa Fortaleza de 1997 até 2004, e preza por uma gestão pautada em obras como relata o aliado partidário Eunício Oliveira, em recente entrevista ao jornal OPOVO, ao citar uma célebre frase de Juraci: 'Se você quiser ver obras do adversário, ligue a televisão, se quer ver obras do MDB, abra a janela. (Opovo, 2020). A gestão de Magalhães certamente foi pautada por muitas intervenções urbanas de impacto, principalmente na região central e periférica da cidade, como reforma da Praça do Ferreira, construção dos terminais de ônibus pela cidade, bem como ampliação de hospitais e postos médicos, dentre outros.

Certamente, um ponto de destaque na gestão Juraci foi à criação das Secretarias Executivas Regionais – SER, sendo criada em seis na cidade, como forma de se buscar a descentralização administrativa da máquina pública e aproximar a gestão do povo, na qual cada Secretário dessas “Regionais”, como até hoje são conhecidas, eram tidos como prefeitos menores, por possuírem orçamento e capacidade administrativa para desenvolverem projetos e resolverem problemas, dos quais se destacam os urbanos, dentro da limitação geográfica de suas secretarias, contudo, não tinham autonomia política sendo dependentes da vontade do gestor municipal.

Sobre o que acontece com as “Regionais”, escreve Bresser Pereira (1995), ao defender que existe um duplo movimento das práticas administrativas, em que há uma via de descentralização estatal em que a administração indireta se reforça de “autonomia” e uma via de centralização ligada a administração direta. Vale salientar que nesse período a fiscalização municipal sofreu um duro golpe, ao ver extinta Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - SPLAN, que era tida por muitos fiscais da época como um marco para a fiscalização municipal, sinônimo de centralidade, união e força dos fiscais; com a extinção da SPLAN, os fiscais foram redistribuídos pelas secretarias executivas regionais existentes.

Do campo de vista da Política de Ordenamento Urbano Municipal, podemos destacar como ações do prefeito Juraci, a criação em 2002 da Gerência Administrativa exclusiva para o Centro, contudo, ainda seria uma

espécie de célula administrativa, dentro da Secretaria Executiva Regional 2, com sede no bairro Edson Queiroz, ou seja, sem autonomia alguma. Ao final do mesmo ano, iniciou-se pela gestão municipal, a revisão do Plano Diretor de Fortaleza, produzindo-se o Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Fortaleza – PDDUA-FOR.

Ainda sobre a gestão Juraci, competia aos fiscais municipais às prerrogativas do trabalho para a fiscalização das demandas urbanas de Fortaleza, entretanto, no Centro da cidade, o “ordenamento” dos ambulantes e camelôs era executado por agentes da Guarda Municipal de Fortaleza – GMF; essa realidade só se alterou na gestão da Prefeita Luizianne Lins e a chegada de novos fiscais concursados à Regional do Centro.

Foi ainda realizado em sua gestão, um credenciamento de ambulantes e camelôs, nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, bem como outras ruas que circundavam a Praça do Ferreira e José de Alencar, por volta do ano de 2003, como forma de se tentar organizar o comércio ambulante naquela região; tal mapeamento serviu para a prefeitura ter ideia da quantidade de pessoas que trabalhavam naquela região, infelizmente, o setor responsável na Secretaria Executiva Regional 2 não mais possui esses dados.

Em relação ao campo econômico, Juraci buscou parceria com o governo estadual para desenvolver uma política de atrativo ao turismo local, fomentando algumas obras e ações para isso, além de buscar reforçar a economia local. O que demonstra o quão imbricados são a política e a economia, na qual Gramsci, já destacava a relação entre a política e a economia sendo que para o mesmo “o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção” (GRAMSCI, Caderno 1, Nota 150, 2002b: 347-348).

Sucedendo ao governo de Juraci Magalhães (1997-2004) quem assume é então candidata Petista Luizianne Lins, jornalista, professora, servidora pública, e à época Deputada Estadual pelo PT; alguns fatos políticos são bem interessantes na campanha da Luizianne, dentre os quais podemos citar que inicialmente o PT nacional não queria apoiá-la, mas sim ao candidato do PCdoB Inácio Arruda que aparecia nas pesquisas com uma intenção maior

de votos, contudo a mesma ganhou por um voto as prévias do partido para candidatura própria e não só conseguiu se candidatar como vencer as eleições.

À sombra da lembrança popular, nada otimista, da gestão de outra petista e também mulher, Maria Lúza Fontenele, que havia gerido a cidade de Fortaleza entre 1986 – 1989; Luizianne Lins assume a prefeitura de Fortaleza sob o viés de “Fortaleza Bela” como destaque inicialmente para trabalhar a limpeza urbana e fazer programas sociais e ações principalmente para a periferia, tudo sobre inspiração e incentivo do governo federal na gestão do também petista Luiz Inácio Lula da Silva.

E assim, o governo da Prefeita Luizianne Lins, foi marcado pelo reforço de ações sociais como a implementação dos CUCAS -, da requalificação da Vila do Mar, Centros Urbanos de Cultura e Arte revitalização da Praia de Iracema, construção do Hospital da Mulher, aumento do número dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, inclusive aquele voltados para dependentes de álcool e drogas, bem como a inclusão do orçamento participativo, dentre outras ações.

Destacamos, que algumas ações são diretamente relacionadas ao nosso trabalho investigativo, tal como a valorização do pré-carnaval e réveillon de Fortaleza, datas que até então eram consideradas praticamente apagadas no calendário do turismo local, e que foram não só estimuladas como virou datas com referência nacional; podemos ver que tal política de valorização do turismo, semelhante ao que outros governos fizeram, como Juraci e Ciro, por exemplo, foi de continuísmo com aperfeiçoamento, não à toa até hoje gera na cadeia hoteleira local uma ocupação de quase 100%, aumento as divisas locais e gerando emprego direta e indiretamente.

A vinda de turistas não agrada apenas a elite ligada aos hotéis e pousadas da orla cearense, mas acaba ligando as barracas da praia do futuro, taxistas, comércio local, principalmente aquele voltado à vestimenta e serviço, e é claro, o próprio ambulante e camelô, que vê também nessas datas, um incentivo ao seu comércio. Apesar de pautar muito por uma gestão social, tentou-se na gestão Lins muito incentivar o pequeno comerciante, como alguns projetos desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico que patrocinava

pequenos projetos populares, com um número reduzido de pessoas que buscavam empreender algo novo em nossa capital.

Sobre a Política Municipal de Ordenamento Urbano, podemos dizer que a então prefeita Luizianne Lins, contribuiu bastante para essa seara, na qual podemos afirmar que foi em sua gestão que foi realizado o concurso para Fiscais Municipais com o total de trezentas vagas, sendo que o último concurso havia sido realizado, apenas em 1982; certamente a carência de servidores nessa área era tremenda, e que foi sanado com a realização do concurso e distribuição dos mesmos em todas as secretarias regionais e órgãos temáticos do município.

E não se parou por aí, houve a revisão do Plano Diretor de Fortaleza bem como algo que foi importante para a cidade que foi a criação de uma Secretaria Executiva Regional no Centro de Fortaleza, propiciando aquela região um órgão específico que pudesse estar mais perto dos moradores e transeuntes, dos problemas e dificuldades daquele local, mas principalmente que pudesse ser algo mais proativo e resolutivo.

Com a criação de uma Secretaria Regional específica e logo após a chegada de fiscais Municipais a mesma, era de se esperar que houvesse um aumento do número de fiscalizações naquela área, destacamos aqui o comércio ambulante, uma temática que antes não era praticamente fiscalizada pelos Fiscais Municipais e sim pelos agentes da Guarda Municipal de Fortaleza. E ser fiscalizado, é algo que ninguém gosta; o que desencadeou muitas reações contrárias por parte dos ambulantes que se viam no direito de comercializar, mas não gostavam de obedecer às normas impostas na legislação.

Assim, por volta de 2011, a gestão Luizianne, representada pela SERCEFOP, que conduziu o trabalho, fez um processo de recadastramento dos ambulantes para a confecção de novas permissões emitidas pela prefeitura, e essa permissão, era a única garantia legal que os trabalhadores possuíam de conseguirem trabalhar de maneira correta. Lembro-nos, que esse último cadastramento teria ocorrido apenas na gestão de Juraci, ainda a cargo da Secretaria Executiva Regional 2.

Destacamos, que por motivos judiciais houve nesse período temporal o deslocamento de ambulantes da Praça Capistrano de Abreu, conhecida

popularmente como Praça da Lagoinha, para outros equipamentos da prefeitura, e a migração deles para diversas ruas do Centro da capital.

Como a demanda de ambulantes já era enorme o processo seletivo foi executado no Ginásio Paulo Sarasate, local mais próximo que comportava um quantitativo grande de pessoas; o processo durou alguns dias e ao fim teve como resultado a permissão atualizada para aproximadamente mil pessoas; algo bem aquém do número real dos ambulantes à época, mas apenas o quantitativo oficializado pela gestão, algo em torno de mil trabalhadores autorizados.

Destacamos ainda, que nesse período, a gestão Lins aprovou uma medida que seria bastante impactante para aqueles ambulantes que possuíam cadastro válido na Prefeitura, tidos como permissionários, na qual através da Lei Complementar nº 90 de julho de 2011 em seu artigo quarto que transcrevia:

Art. 4º - Para o exercício de atividades, sem ocupação de imóvel particular, não será exigido do MEI o alvará de funcionamento.

§ 1º - O MEI cadastrado para exercer suas atividades de forma habitual ou eventual, em local fixo fora da loja ou postos móveis, ambulantes, sem a ocupação de imóvel particular, mas com a ocupação ou uso de áreas públicas, deverá obter previamente junto a administração municipal o respectivo termo de permissão.

§ 2º - A administração municipal somente concederá termo de permissão para requerentes que comprovem cadastro empresarial (CNPJ).

§ 3º - os atuais permissionários deverão comprovar sua regularidade empresarial (CNPJ) por ocasião da renovação da permissão, sob pena de indeferimento. (Fortaleza, Lei 90 de 20/07/2011).

Dessa forma, todo ambulante ou camelô que fosse cadastrado e enquadrado na Prefeitura como permissionário ou autorizatário, só teria sua inscrição deferida, se o mesmo também fosse uma Pessoa Jurídica, isso obrigou muitos destes a optarem pela informalidade total, já que ao se enquadrarem como Pessoas Jurídicas alguns desses perderiam benefícios sociais como o Bolsa-Família ou até mesmo proventos de benefícios de prestação continuada que eram destinadas a pessoas em vulnerabilidade social.

A partir dessa lei, promulgada na gestão petista, não era opcional ao camelô escolher se aderiria ou não, era imposição legal imposta para deferimento de cadastro de permissionário; em caso negativo, a solicitação era negada; valendo destacar que até hoje ainda está em vigência no seio administrativo da

prefeitura essa determinação que para deferimento de permissionário o mesmo seja microempreendedor individual (MEI).

Nas eleições de 2012, a então Prefeita Luizianne Lins, em entrevista a um repórter local, disse que elegeria até um poste como seu sucessor, isso foi bastante usado pelos seus adversários políticos, principalmente, o grupo liderado pelo Clã Ferreira Gomes que conseguiu com o apoio do então governador do momento, Cid Gomes, eleger o novo prefeito de Fortaleza que seria o então Deputado Estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Roberto Cláudio, médico sanitário, filho de pai reitor, casado e pai de duas filhas.

Roberto Cláudio assume em 2013, com a pecha de fazer uma mudança drástica na administração Petista, focado em ações mais vultosas e principalmente obras para a cidade, seguindo a cartilha dos Ferreira Gomes baseado numa gestão em que as obras possam significar para aqueles que as veem como resultado eficaz do trabalho do gestor municipal.

Em 2014, complementando algumas ações de uma reforma administrativa no âmbito burocrático municipal iniciado em 2013, a gestão Roberto Cláudio através da Lei Complementar nº 176 em seu artigo 12 traz a Agência de Fiscalização de Fortaleza – AGEFIS vinculada ao Gabinete do Prefeito e em 22 de dezembro do mesmo ano a agência é oficialmente criada como sendo o órgão municipal específico para se tratar de fiscalizações de cunho urbano, ambiental e sanitário no município de Fortaleza.

Até então, os fiscais municipais eram lotados nos órgãos temáticos e nas Secretarias Executivas Regionais existente, e, a partir daí, tiveram uma mudança funcional e para alguns, de trabalho, para a AGEFIS. Quando citamos para alguns, referimo-nos a continuarem trabalhando nos mesmos órgãos, mas, agora, lotados administrativamente na Agência de Fiscalização, bem como outros, além disso, também foram, de fato, trabalhar lá fisicamente.

Até essa presente mudança, os fiscais trabalhavam em órgãos temáticos e regionais, e assim existia o conceito do, fiscal especialista, aquele que trabalhava especificamente com uma ou poucas matérias, com amplo domínio, e a partir da AGEFIS essa realidade mudou para o fiscal generalista,

que precisa dominar algo em torno de treze competências. Para a gestão municipal, isso, certamente, é ganho de mão-de-obra produtiva, mas para o fiscal, há claramente sobrecarga de demandas e atribuições, o que gera indícios de uma precarização do trabalho do servidor, análise essa que não aprofundaremos por não ser objeto basilar do nosso trabalho investigativo.

Em relação à Política de Ordenamento Municipal, a gestão Roberto Cláudio, procurou efetuar algumas mudanças, como a desburocratização do processo de licenças urbanas e ambientais, através do Fortaleza Online, permitindo um processo digital de emissão de licenças em substituição ao processo físico de papel, com exceção de pouquíssimas situações. Essa mudança, apesar de ter um resultado positivo, com a emissão de um número maior de licenças, tem que ser analisada por outro lado, pela questão que a maioria dessas licenças tem caráter auto-declaratório, na qual as informações prestadas pelo emitente são consideradas, em suma, como verdadeiras.

E aí, somente caberia a fiscalização municipal um processo inverso ao que até então era feito, na qual se começou a fazer uma vistoria, por amostragem, posterior à emissão da licença; o que é bem confuso, porque para o contribuinte ele já é detentor daquela licença, uma vistoria com o objetivo de possivelmente perder este documento, gera nele uma ideia de abusividade por parte do agente fiscalizador.

Apesar de passar o primeiro mandato de sua gestão destinada a execução de obras pela cidade, o Prefeito Roberto Cláudio destinou apenas o final do seu segundo mandato, uma atenção para o Centro da cidade, na qual o mesmo afirmou que buscava ampliar ações na respectiva área. Essas ações não foram à toa, a de sopesar a forte influência dos lojistas encabeçados pela CDL que almejavam a um bom tempo reformas no perímetro, com o fito de uma requalificação do espaço, bem como uma mudança da quantidade e da forma que os ambulantes se fixavam nas ruas centrais de Fortaleza que era vista por muitos deles como concorrência desleal e “enfeiuamento” da área.

E essa ação veio, a priori, como uma ação em conjunto com a CDL, elaborando assim, o Projeto Novo Centro, que acabou se distribuindo em várias temáticas, na tentativa de buscar executar diversas obras pela área central, com a pecha de requalificação, mas, com o claro objetivo de tornar aquela área

novamente atrativa comercialmente, na qual desenvolveremos mais no próximo segmento do nosso trabalho.

Essa pressão, claramente executada pela CDL, com a pecha de apoio institucional ao projeto Novo Centro, mostra como o poder econômico se utiliza da força política para chegar aos seus anseios, como foi amplamente debatido nesse capítulo. E para serem institucionalmente legitimadas as ações, nada mais inteligente do que convocar dezenas de entidades representativas de setores da sociedade envolvidos nas várias problemáticas do Centro para fazerem parte desse processo.

E uma das classes chamadas a se fazer presente nesse processo foi a Associação dos Camelôs de Fortaleza – ASCAF, associação legalmente constituída que representa os camelôs do Centro de Fortaleza, que certamente era uma parcela da sociedade envolvida que representava um enorme quantitativo, mas uma pequena força política em comparação com as outras envolvidas no processo. Mesmo sem esse peso todo, há de se ressaltar o papel das associações, como bem defende Gramsci (2002a) ao falar da importância das associações sindicais “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (Caderno 1, Nota 47, 2002a, p. 119).

E como claramente dizia Gramsci (2002b) ao analisar a necessidade da hegemonia do poder político pelas classes dominantes, na qual somente com a coerção não se chegaria ao pleno êxito dos objetivos de dominação, mas sim, isso se daria com a direção sobre a sociedade, na qual todas as forças envolvidas fossem minimamente contempladas, no caso uma amplitude do Estado, mesmo lembrando que esse mesmo Estado é espaço de disputa interna de poder e, que logicamente, as classes dominantes se sobrepõe sobre as outras.

Assim, Gramsci preserva um pensamento tradicional Marxista ao admitir uma dominância de classes na esfera econômica, bem como defender que para ocorrer uma verdadeira dominação, seja necessária à força e o consenso, cabendo ao Estado essa formulação do consenso, e o mesmo o faz como ente orgânico.

Outra particularidade da gestão do Prefeito Roberto Cláudio em relação à Política de Ordenamento Municipal foi à mudança na legislação que tratava sobre as questões urbanas e ambientais na cidade, haja vista, que a legislação existente no município era defasada em muitos temas, principalmente por ser datada do ano de 1981, tratava-se da Lei Municipal 5530/1981. No ano de 2019 depois de meses de debates na Câmara Municipal entre diversos setores foi sancionada uma legislação atual, a Lei Complementar 270/2019, denominada de Código da Cidade.

Nessa legislação a força do capital foi vista claramente em matérias que flexibilizaram diversas restrições outrora existentes, em relação a atividades ou locais em que determinadas atividades não poderiam existir e agora podem, o enfraquecimento da fiscalização municipal no tocante ao engessamento da subjetividade do poder de polícia do fiscal da AGEFIS, dentre diversas outras situações, como a diminuição do valor da taxa dos alvarás de funcionamento para cinquenta reais por ano, e em alguns casos não sendo necessário nenhum tipo de pagamento; sendo que qualquer camelô que possua um quiosque da prefeitura, através do Projeto Novo Centro, paga mensalmente algo em torno de noventa reais, ou seja, uma realidade bem desproporcional.

Esperamos nesse segmento termos avançado nessa observação que buscamos traçar, entre Economia e Política, com destaque ao enfoque da economia informal, numa relação ímpar com o Estado em que vivemos. Foi possível entender que as vontades e ações políticas não surgem do nada, certamente, diversas forças interagem sobre ela, como é a força do capital econômico, que é dominante, agressiva e voraz em relação aos seus anseios, e isso chega a refletir, diretamente, em algumas classes, como dos camelôs, que são devidamente afetados, por não possuírem um determinado peso econômico e político, mas mesmo assim, buscam através da luta, reconhecimento do seu espaço.

6 PROJETO NOVO CENTRO: Uma avaliação na perspectiva dos sujeitos envolvidos

“Quando o interesse é o avaliador dos homens, das coisas e dos eventos, a avaliação é quase sempre imperfeita e pouco exata”.
(Marquês de Maricá)

O Projeto Novo Centro, desenvolvido pela prefeitura de Fortaleza, a partir de 2018, no perímetro central da capital cearense, foi divulgado como uma ação da gestão municipal, em parceria com diversas entidades privadas, para requalificar, em diferentes temáticas, aquela área da cidade. Essa parceria entre poder público e o privado, deu-se no plano logístico e no de ideias, contudo, coube, exclusivamente, ao executivo municipal, a parte orçamentária e a execução das ações.

Como já escrevemos nesse trabalho investigativo, nem a ideia nem o nome, Projeto Novo Centro, são originais, haja vista, que já tivemos muitas outras ações com o mesmo propósito e na mesma região; inclusive, como também já citamos no segmento mencionado, à época, elevando-se de projeto para uma ONG e depois uma OSCIP ligada a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL.

Ao começarmos analisando o Projeto pela questão da nomenclatura, poderíamos concluir que o mesmo é bem sugestivo, porque aparentemente é somente, um nome comum, gerando uma ideia de renovação, requalificação e mudança; contudo, isso é o que visivelmente é posto, porque de pronto, devemos destacar que tal nome foi sugestão da CDL, na figura de seu presidente em exercício, e que como já citado, o mesmo nome usado pelo mesmo grupo econômico, em tempos pretéritos, tendo à frente da mesma organização, à época, o mesmo presidente atual da CDL, sendo tal sugestão acatada, imediatamente, pela gestão municipal.

E aí, é importante se dedicarmos nesse segmento, sobre qual o papel de cada sujeito envolvido no Projeto Novo Centro, suas análises e interpretações

sobre o mesmo, e como os mesmos avaliam tal projeto, a partir dos questionários realizados, das entrevistas e de todo o trabalho realizado.

6.1 – AGEFIS

A fiscalização no município de Fortaleza é de responsabilidade da Agência de Fiscalização de Fortaleza - AGEFIS, sendo executada pelos Fiscais de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária. Servidores, em sua maioria, com formação em nível superior, estáveis e detentores de poder de polícia administrativo.

A Agência de Fiscalização de Fortaleza, órgão responsável pela fiscalização do município, tem como finalidade básica realizar a política de fiscalização urbana municipal, em conformidade com a política governamental, à luz da legislação aplicável, como a seguir se infere da Lei Complementar nº190/15, lei de criação da AGEFIS:

Art. 2º - A Agência de Fiscalização de Fortaleza tem como finalidade básica implementar a política de fiscalização urbana municipal, em consonância com a política governamental e em estrita obediência à legislação aplicável. § - 1º A política de fiscalização urbana municipal, compreendendo as diretrizes, objetivos, estratégias e métodos de trabalho, será elaborada pela Agência de Fiscalização de Fortaleza e submetida à aprovação do Prefeito de Fortaleza. § - 2º A Agência de Fiscalização de Fortaleza é entidade dotada de poder de polícia, que será exercido exclusivamente pelos servidores efetivos das carreiras da área de fiscalização, no exercício regular de suas atribuições. Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se objetos da fiscalização urbana municipal: I — obras e posturas urbanas; II — uso e conservação das vias públicas, passeios e logradouros; III — funcionamento de atividades; IV — licenças, alvarás, concessões, autorizações e permissões; V — eventos; VI — ocupação de propriedades e espaços públicos; VII — meio ambiente; VIII — limpeza pública; IX — vigilância sanitária; X — defesa do consumidor; XI — transporte; XII — Patrimônio Histórico-Cultural. (LC 190/2015)

O trabalho executado pelo Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária, que é quem exerce a fiscalização no âmbito da circunscrição do Município de Fortaleza, nos termos da lei Orgânica, é respaldado pela Lei complementar nº 190/2014, pela Lei Complementar Municipal nº 238/ 2017, pelo Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes às atribuições do cargo.

Diante disso, o trabalho realizado pelo Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária é de extrema importância para todo munícipe, como forma de garantir-lhe os meios de poder viver com tranquilidade e segurança, numa cidade ordenada, apesar dos inúmeros problemas sócio urbanos que existem em Fortaleza, principalmente no Centro da cidade.

A atividade fiscalizatória no município de Fortaleza é instrumento de gestão pública, com o fito de controlar e ordenar as mais diversas atividades desenvolvidas na circunscrição do município, haja vista, o fim colimado do Estado, qual seja, o bem-estar coletivo.

O uso do espaço público, calçadas, praças e, principalmente, pelo exercício desordenado do comércio informal no Centro de Fortaleza, constitui, sem dúvida alguma, um grande problema da urbanidade fortalezense, tanto pela ocupação desordenada de ambulantes e camelôs, dificultando o ir e vir das pessoas, como também pela degradação do espaço público.

Por outro lado, pelo viés moral e social que acaba sendo, qual seja, dificultar ou impedir a subsistência de trabalhadores que precisam daquela atividade laboral informal para garantirem o seu sustento e de suas famílias.

Nesse conflito entre o viés legal e moral, o Fiscal atuou nesse processo de ordenamento encabeçado pelo Projeto Novo Centro, tanto nas fases iniciais como após a escolha dos contemplados.

Na fase inicial do processo, o trabalho do Fiscal deu-se da seguinte forma: investigando o quantitativo de camelôs por ruas, de forma que não houvessem penetras na listagem a ser analisada. No dia determinado, um grande aparato da Prefeitura foi acionado, com veículos, Fiscais, auxiliares de fiscalização e até o apoio da Guarda Municipal para dar segurança aos agentes, de forma que cada rua era interditada em suas extremidades, e cada Fiscal colocava uma pulseira no camelô e em sua banca, pedindo ao mesmo para comparecer naquele mesmo turno, à SERCE, munido de documento de identidade e, caso possuísse, algum cadastro antigo da Prefeitura.

Essa estratégia foi montada em parceria entre a SERCE e a AGEFIS, de forma que poucos sabiam o dia exato e a hora da ação, como forma de impedir que qualquer pessoa pudesse ser beneficiada, haja vista, que existia no

Centro, o costume da venda e do aluguel de espaço urbanos, os conhecidos pontos, e se houvesse qualquer vazamento, principalmente, daqueles que negociavam tais pontos, os mesmos seriam injustamente beneficiados.

Após a escolha dos contemplados que iriam ocupar os novos quiosques, trabalho esse de competência da SERCE, os camelôs começaram a ocupar os novos equipamentos, e partir daí, coube a fiscalização, um outro papel, o de coibir irregularidades nos equipamentos, o mau uso deles, o de extrapolar do tamanho permitido, qual seja, um metro de largura por dois metros de altura; do aluguel para outros camelôs, e isso fora feito, diariamente, principalmente no ano de 2019 e começo de 2020, através de chamadas nos dois turnos. Caso fossem constatadas irregularidades, os mesmos eram notificados e posteriormente autuados, sob pena da SERCE revogar suas permissões.

Certamente, a fiscalização ainda continua a receber reclamações de lojistas, sempre que esses novos permissionários, colocam um guarda-sol maior e acabam por impedir a visibilidade da sua loja ou que extrapolem o limite do quiosque ou infringem alguma outra norma. Fora essa pressão, natural numa relação de forças, o Fiscal, segue a legalidade imposta pelos legisladores, e pelos roteiros determinados pela AGEFIS, tendo muitas vezes sua capacidade tolhida pela formalidade legal imposta.

Foi feito um questionário, em anexo, com alguns fiscais que trabalhavam e ainda trabalham na AGEFIS na circunscrição relativa ao centro de Fortaleza, dentre as quais perguntamos: Como você avalia o trabalho da AGEFIS como uma Agência de Fiscalização no município de Fortaleza? Justifique sua avaliação.

F1: “Regular, é uma agência relativamente nova onde precisa amadurecer mais. quantidade de fiscais para a cidade é insuficiente. agencia também deveria investir mais nos seus fiscais”.

F2: “A atuação da AGEFIS é de suma importância para a cidade de fortaleza, visto que o trabalho é realizado com o escopo de garantir os meios de poder viver com tranquilidade e segurança, numa cidade ordenada, atendendo desta forma as funções urbanas da cidade”.

F3: “Não consegui ver melhoras significativas na criação da agência para cidade de Fortaleza, também não vejo efetividades concretas nas suas atribuições, apesar de crer que são indispensáveis para uma cidade mais saudável”.

F4: “O serviço da AGEFIS como Agência em Fortaleza, em considerando todos os desafios que envolvem o ordenamento da quinta maior cidade do Brasil em termos populacionais, tem-se mostrado, embora ainda distante do ideal, comprometido com o trabalho de minimizar os impactos negativos advindos do conseqüente crescimento da cidade que as políticas públicas não conseguem acompanhar devido, muitas vezes, à própria velocidade do dinamismo social. Os efeitos das ações da AGEFIS, em que pese o desconhecimento de suas inúmeras atribuições por parte de grande parcela da população, podem ser vistos em todos os setores da sociedade -- nas atividades de fiscalização do espaço público, das relações de consumo, da poluição sonora, das obras públicas e privadas, dos resíduos sólidos, entre outras, sobretudo durante o período pandêmico mais crítico, quando a imprensa passou a veicular com mais frequência as operações realizadas pela Agência, enquanto seus fiscais de Atividade Urbana e Vigilância *Sanitária* faziam valer o cumprimento de leis e decretos sujeitos a constantes mudanças e atualizações para a proteção da saúde dos munícipes. Porém, o desenvolvimento da atividade fiscalizatória encontra ainda alguns obstáculos a serem superados para que o resultado dela se apresente de forma mais satisfatória. A solução desses problemas passa pela discussão, entre outras, sobre o número de fiscais municipais dentro do território de Fortaleza, que é bastante reduzido para o espaço territorial da cidade de Fortaleza”.

F5: “Ainda pouco conhecida na cidade, o que acaba atrapalhando o exercício do trabalho, atrapalhando para que os contribuintes entendam nosso trabalho, que somos autoridades e devemos ser respeitados, que nossas solicitações são justas”.

F6: “eu acho que ela atende a muitas demandas da cidade de fortaleza, trabalho útil e necessário, que resolve muitos problemas, no entanto, deveria haver mais meritocracia, menos terceirizados indicados por políticos, valorização do corpo técnico e planejamento a nível macro em todas as regionais”.

Pode-se perceber claramente que não há entre os entrevistados uma unanimidade sobre o trabalho da AGEFIS, e principalmente sobre a sua importância para a cidade de Fortaleza; há certamente um misto entre o significado laboral de construção de responsabilidades e deveres, e o empecilho burocrático, muitas das vezes, trazido pela própria gestão, em se melhorar e efetivar um trabalho que é essencial ao cidadão fortalezense.

Nessa mesma lógica, foi perguntado aos fiscais: Como você avalia o trabalho dos Fiscais no exercício do seu trabalho junto aos camelos do centro?

F1: “parece que há um maior diálogo entre prefeitura e camelôs. os fiscais não se sentem mais tão ameaçados”.

F2: “São fiscais interessados em fazer o reordenamento de forma correta, cumprindo o que foi estabelecido nas leis, de forma cordial e respeitosa. No geral são profissionais que querem dar o seu melhor para a cidade”.

F3: “Bom, porém exige uma padronização na ação, em razão principalmente da ausência de legislação que se adeque às peculiaridades dos equipamentos e das atividades exercidas dentro deles”.

F4: “Os fiscais não conseguem organizar porque não há apoio e empenho da AGEFIS para realizar tal trabalho, apenas evitam que a situação dos ambulantes piore no centro de Fortaleza”.

F5: “Falta uma maior presença da fiscalização nas galerias para fazer cumprir as regras dos permissionários”.

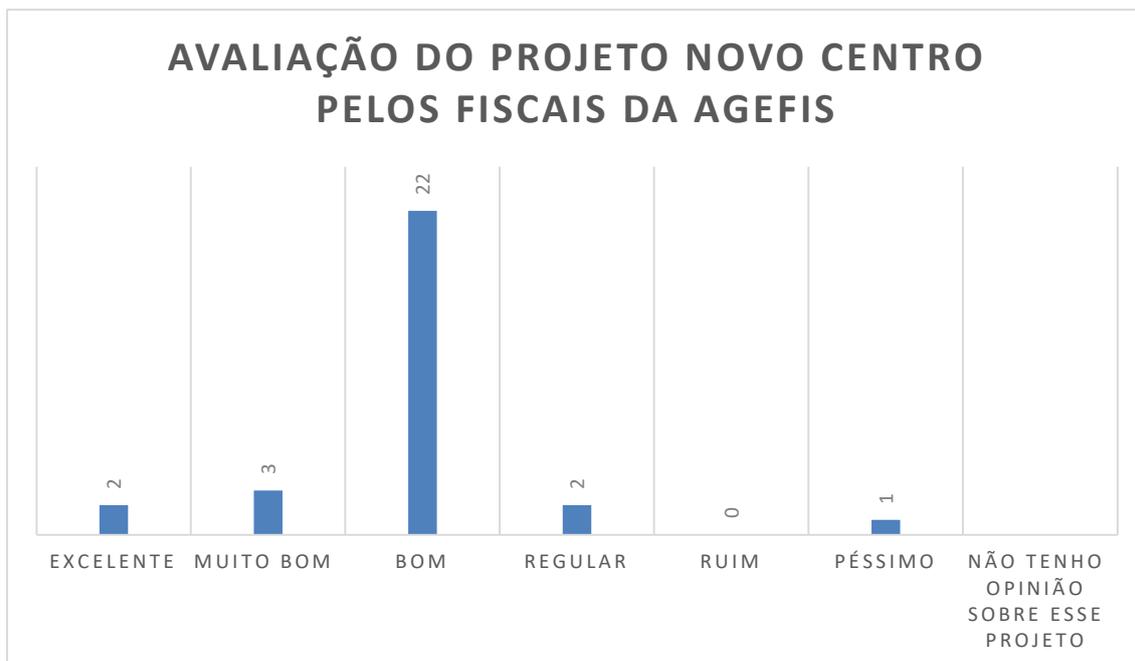
F6: “O fiscal de atividades urbanas e vigilância sanitária poderia desempenhar melhor suas atribuições, caso houvesse logística operacional adequada, bem como, maior participação na tomada das decisões que ocorrem dentro das regionais, como por exemplo na feitura do modelo de permissão para utilizar o espaço público, especificando o local, horário, objeto de comercialização, etc.”.

Pelas respostas podemos notar que há elogios aos colegas e profissionais da AGEFIS que trabalham na área do centro, contudo há ainda críticas a Gestão Política e administrativa da mesma, por falta de logística adequada, legislação devassada, e uma quantidade de fiscais ainda inferior ao que a demanda necessita.

Vale destacar que atuam hoje em toda Fortaleza, sejam internos e externos, um total aproximado de 320 fiscais, e que apenas 15 desse montante estão trabalhando na área do centro, o equivalente a apenas 5% da mão-de-obra de toda a AGEFIS.

A relação da AGEFIS com o Projeto Novo Centro é de primeira ordem, próxima, atuante, tanto durante a execução como pós esse processo, e por isso, foi importante perguntarmos aos fiscais que ali trabalham, sobre o que os mesmos avaliavam o Projeto Novo Centro: Excelente () muito bom () bom () regular () ruim () péssimo () não tenho opinião sobre esse projeto (). Das 30 respostas obtidas, temos o que expõe o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – GRÁFICO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO NOVO CENTRO PELOS FISCAIS DA AGEFIS DO CENTRO



Fonte: elaborado pelo autor

Nessa mesma lógica, os Fiscais também conseguiram externar seus comentários sobre o reordenamento dos camelôs e o Projeto Novo Centro: - O que você achou do reordenamento dos camelôs pelo Projeto Novo Centro? Das quais destacamos as respostas a seguir:

F1: “creio que os espaços livres do centro poderiam ter sido melhor aproveitados, os espaços verdes poderiam ser mais verdes para amenizar o clima, e creio que poderia ter sido feito um calçadão mais propício aos pedestres”.

F2: “acho que foi uma oportunidade de melhorar tanto a parte estrutural e física, como também uma certa valorização do camelô como sujeito de direitos”.

F3: “A Prefeitura Municipal de Fortaleza acomodou os antigos vendedores ambulantes do Centro que trabalhavam em pontos fixos, hoje camelôs, em espaços padronizados de grande visibilidade e acessíveis ao público em geral. Tal acomodação deu um aspecto de mais organização e segurança nas áreas contempladas pelo projeto”.

F4: “Insuficiente, não consegui ver melhoria na organização urbana do centro com o reordenamento dos camelôs, posto que passaram a ocupar parte da via pública e continuaram a obstruir os passeios com suas mercadorias”.

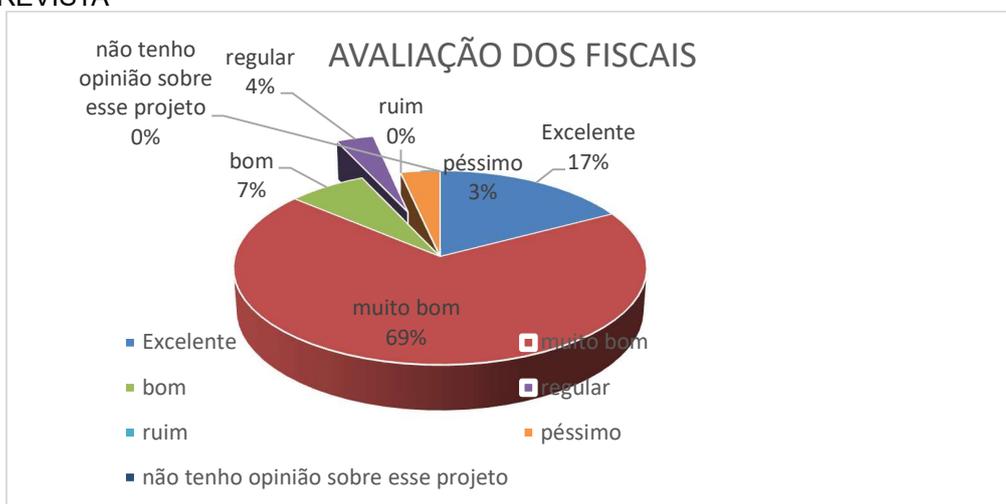
F5: “Com a ordenação dos camelôs, devidamente cadastrados, por meio da utilização do espaço público através de boxes, houve uma grande promoção do mínimo de dignidade humana”.

F6: “o reordenamento melhorou o deslocamento de transeuntes nas galerias, a padronização e limite deixou a rua mais livres”.

E aí é possível observar que apesar de críticas pontuais a Gestão Política da Prefeitura Municipal de Fortaleza, e algumas sugestões que não foram observadas no curso do processo, houve bastante elogios por partes dos Fiscais, pelo resultado final do projeto, pela melhoria no ir e vir, valorização do espaço público, e para os mesmos, uma melhor qualidade para os camelôs também.

E essa melhor qualidade para os camelôs pode ser justificada pelas respostas dos Fiscais a seguinte pergunta do questionário: “Na condição de Fiscal, como você avalia a situação dos camelôs com o reordenamento do Projeto Novo Centro”: Excelente () muito bom () bom () regular () ruim () péssimo () não tenho opinião sobre esse projeto (). E a resposta pode ser compreendida pelo gráfico abaixo, na qual 69% dos Fiscais entrevistados acharam que os camelôs ficaram numa condição muito boa, 17% numa situação excelente, 4% numa situação ótima, 7% numa situação boa, e o restante dos quesitos não foi citado.

GRÁFICO 3 – GRÁFICO DAS RESPOSTAS DOS FISCAIS SOBRE QUESTIONAMENTO NA ENTREVISTA



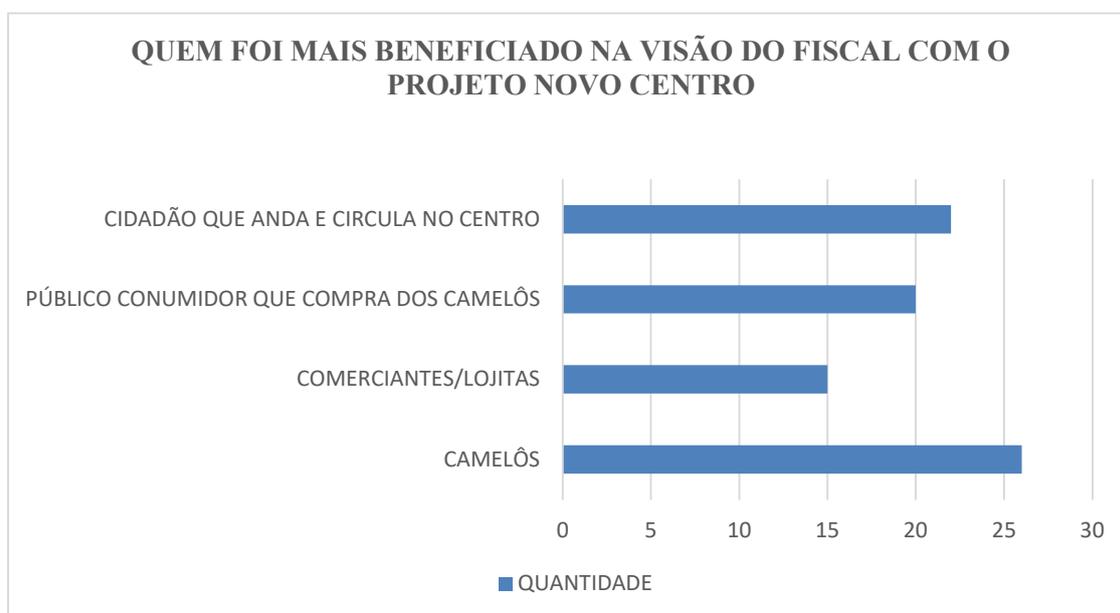
Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Para o Fiscal que vivencia diariamente o trabalho e a luta dos camelôs, a luz de quem olha por um ângulo profissional, mas não tem como se isentar totalmente do lado humano, a priori; nessa perspectiva, aos mesmos, uma

limpeza, uma pintura nova, novas estruturas físicas são sinais de melhorias de condições, mesmo que essa visão seja superficial.

Uma pergunta devidamente importante no questionário foi saber dos Fiscais qual categoria foi a maior beneficiada com o Projeto Novo Centro, através da pergunta: Na sua opinião quem foi, efetivamente, beneficiado com o ordenamento do Projeto Novo Centro: (pode marcar mais de uma opção): Camelôs () comerciantes/lojistas () Fiscalização () público consumidor que compra dos camelôs () Cidadão que anda e circula no centro (). As respostas obtidas foram as seguintes:

GRÁFICO 4 –AVALIAÇÃO PELOS FISCAIS DE QUEM FOI MAIS BENEFICIADO COM O PROJETO NOVO CENTRO



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Com as respostas, podemos afirmar que para a maioria dos fiscais entrevistados, o Projeto Novo Centro foi benéfico e importante para muitos sujeitos, tanto para a própria fiscalização, como para os cidadãos que circulam pelo centro, e até para os lojistas, contudo, para os mesmos, principalmente, a classe mais beneficiada certamente foi a dos camelôs, diferente do que os outros sujeitos acreditam, a ver nos tópicos a seguir.

6.2 – SERCE

A Secretaria Executiva Regional do Centro – SERCE teve um papel de destaque no projeto Novo Centro, porque foi através dela que as diretrizes da gestão municipal foram executadas, além da mesma ser atrelada ao organograma executivo municipal, o que contribuiu e muito para a execução das ações. Sobre o financiamento do Projeto, foi perguntado aos entrevistados gestores da SERCE, que aqui qualifico como G1 e G2 para preservar as identidades dos mesmos, se o projeto teve algum financiamento específico:

G1: “Não teve um financiamento específico. Foi criado o MAPP do Plano de Ação Novo Centro e a partir dele cada secretaria utilizava os recursos que tinham disponíveis para fazer as intervenções que lhe cabiam e várias secretarias e órgãos executaram o projeto”.

G2: “Foi criado na época um financiamento articulado entre secretarias, na qual o Secretário do Centro articulava com outros Secretários de Regionais, parcerias financeiras para se viabilizar muitas das ações, além da COAREG – coordenadoria das regionais, que conseguia também fazer esse intercâmbio logístico e financeiro entre as Regionais.

A SERCE foi o braço da gestão política municipal na execução do projeto Novo Centro, porque foi através dela que se articularam reuniões na sede da secretaria, como no paço municipal, como também na sede da CDL. As principais atividades partiram da mesma, aliada a outros órgãos como a AGEFIS, no desenvolvimento do mapeamento dos camelôs e a fiscalização pós-ordenamento, AMC na questão do trânsito, GMF na questão da segurança das praças, dentre outros.

Partiu da mesma secretaria a ideia de se colocar os camelôs em pequenos quiosques, baseados em modelo semelhante ao implantado na Colômbia, de forma que os camelôs ocupassem apenas um equipamento de um metro de largura por dois metros de altura, não podendo extrapolar essa metragem, na medida em que essa fiscalização caberia a AGEFIS.

A ideia do equipamento a ser utilizado no ordenamento dos camelôs, bem como, a quantidade daqueles que seriam contemplados, após seleção interna, coube exclusivamente a SERCE. Vale destacar que como o projeto

englobava diversas ruas, apesar de que nosso processo investigativo se debruça apenas em duas delas, a estratégia utilizada pelo secretário da SERCE foi inicialmente trabalhar rua a rua, à medida em que se trocava o piso, tiravam-se as árvores, trocava-se a fiação e deslocavam-se todos os camelôs daquela rua para um espaço público próximo. E, só após se concluir os trabalhos naquela rua, é que os ambulantes contemplados na seleção poderiam retornar e já o faziam dentro de seus quiosques.

A gestora G2 que participou ativamente do Projeto Novo Centro, inclusive que teve a ideia dos quiosques, baseados no modelo de Medellín na Colômbia, em nossa entrevista nos relatou como se deu o início de todo o processo:

G2: “houve um Fórum de ideias, um brainstorm, no Instituto Belchior, na Praia de Iracema, e a partir desse evento, que contou com a participação de diversas entidades e diversos representantes de classes, muita coisa a partir daí evoluiu. O problema maior se deu na equalização de forças entre lojistas e camelôs, já que uns achavam o quiosque pequeno demais, e os outros temiam por essa alteração não alterar em nada a paisagem da região. Fora isso a questão de licitação, falta de recursos, problema com fiação, atraso na entrega da obra, dentre outro, mas eu diria que 80% do que foi planejado foi executado.

Sobre a questão do projeto ter sido imposto pela gestão aos sujeitos que dela participam, e de que forma isso aconteceu, os gestores falaram o seguinte:

G1: “tiveram reuniões com representatividades, a exemplo da participação da CDL, da associação de moradores de rua, da associação de ambulantes, entre outras ligadas ao comércio e aos proprietários de imóveis do centro. Foram ouvidos o pessoal de carga e descarga entre outros, houve muita conversa prévia. E claro, aconteceram conversas entre os executores, todos os secretários envolvidos, o próprio prefeito, o gabinete, inclusive com a participação de alguns órgãos estaduais, como a Polícia Militar, para tratar da parte da segurança e de outras parcerias, todos os atores participaram bastante”.

G2: “ouvimos a todos os interessados, em diversos fóruns e conversas, realizadas na CDL, na SERCE, no Paço Municipal e até conversando com a Associação dos Camelôs, indo até eles; por exemplo, vale ressaltar aqui o caso do feedback que eles deram depois da implantação dos quiosques. A cobertura do quiosque ficou pequena e foi autorizado que eles a prolongassem para se protegerem do sol”.

A quantidade de camelôs que não regressaram trecho a trecho das ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha, dos cinco e três trechos respectivamente, dá uma média aproximada de 62%, conforme quadros explicativos abaixo:

TABELA 4: Quantidade de ambulantes existentes antes do ordenamento Novo Centro

Ambulantes existentes	TRECHO1	TRECHO2	TRECHO 3	TRECHO 4	TRECHO 5	TOTAL:
GUILHERME ROCHA	35	110	120	-	-	265
LIBERATO BARROSO	107	93	81	41	32	354
TOTAL:						619

Fonte: Elaborado pelo Autor

TABELA 5: Quantidade de ambulantes contemplados **após** o ordenamento Novo Centro

Ambulantes existentes	TRECHO1	TRECHO2	TRECHO 3	TRECHO 4	TRECHO 5	TOTAL:
GUILHERME ROCHA	32	56	68	-	-	156
LIBERATO BARROSO	60	46	56	28	24	204
TOTAL:						360

Fonte: Elaborado pelo Autor

Os camelôs que não retornaram aos novos quiosques propostos pela Prefeitura foram considerados excedentes, ficando numa lista elaborada pela SERCE para substituição em caso de surgimento de vaga, seja através de desistência ou naqueles casos em que o camelô era punido pela mesma com a perda do seu quiosque. Os camelôs excedentes foram alocados em um prédio

comercial alugado, na rua São Paulo, denominado pela gestão de Feirão São Paulo.

Como o objetivo intrínseco do Projeto Novo Centro, era a reforma e limpeza socioeconômica, através do mote da requalificação e do ordenamento do Centro e, como seria inconcebível admitir que aqueles camelôs não contemplados retornassem as ruas que passaram por obras ou pra outros locais da região; o Feirão São Paulo, cumpre um papel importante: o de amortizar um pouco a insatisfação dos reprovados no processo.

E assim, a SERCE executou seu papel no projeto Novo Centro, fielmente atrelado ao pensamento do seu gestor municipal, como também atrelado aos interesses capitalistas dominantes naquela área e ao mesmo tempo em que se legitimava ao tentar dialogar com os camelôs representados por sua associação, ASCAF, e tinha na AGEFIS um braço do poderio coercitivo municipal para impor e garantir seus anseios.

6.2.1 Feirão São Paulo

Como citado no tópico acima, o Feirão São Paulo, equipamento privado que foi alugado pela SERCE, através do seu secretário à época, como estratégia utilizada pelos gestores da SERCE, para tentar amenizar o problema social que estava gerando e só iria aumentar, dos camelôs, não contemplados com os quiosques.

Os gestores foram perguntados sobre o Feirão São Paulo, e como se deu a ideia de se criar esse paliativo para o enfrentamento da grande quantidade de Camelôs que não poderiam mais ficar nas galerias que ora até então trabalhavam, sem dar aos mesmos um destino, digamos, minimamente justo, assim os gestores responderam:

G1: “tivemos esse grande desafio de buscar um local, de preferência público, dentro do centro e que pudesse abrigar toda uma massa que havia ficado de fora dos novos quiosques. Fora isso, ainda seria preciso equacionar para que o local fosse atrativo, interessante e também pudesse atrair pessoas a visita-lo, porque sabíamos que sem clientes, os camelôs logo, logo, iriam buscar refúgio em outras ruas do centro. Foi inicialmente pensado numa taxa a se pagar, mas foi

concedida isenção por um ano para que os mesmos pudessem se estruturar até o final do período.

G2: “como foi verificado que iriam “sobrar” muitos camelôs, e não se poderia simplesmente deixá-los ao relento, porque certamente esses mesmos tentariam retornar aos seus locais ou ficariam desempregados, aumento um clamor social muito grande, principalmente às vésperas de uma eleição. Assim, foram analisados diversos prédios que comportassem um número grande de camelôs, com viabilidade elétrica, com certificado de conformidade dos bombeiros, e inclusive, que tivesse acessibilidade e fora próximo ao miolo central, e aí chegamos num prédio situado a rua Tristão Gonçalves com Rua São Paulo, local esse que até hoje funciona o Feirão São Paulo”.

O Feirão São Paulo foi dividido em andares e atividades, de forma que atividades ilícitas como venda de produtos ilegais ou pirateados, como óculos falsos, perfumes, relógios, e celulares sem procedência não poderiam ser comercializados. Basicamente, nos dois andares iniciais, o foco era tão somente de confecção, das diversas modalidades e, no último pavimento ficou concentrado espaços para lanches e comidas.

FIGURA 06: VISTA FRONTAL DO FEIRÃO SÃO PAULO



Fonte: Autor (2022).

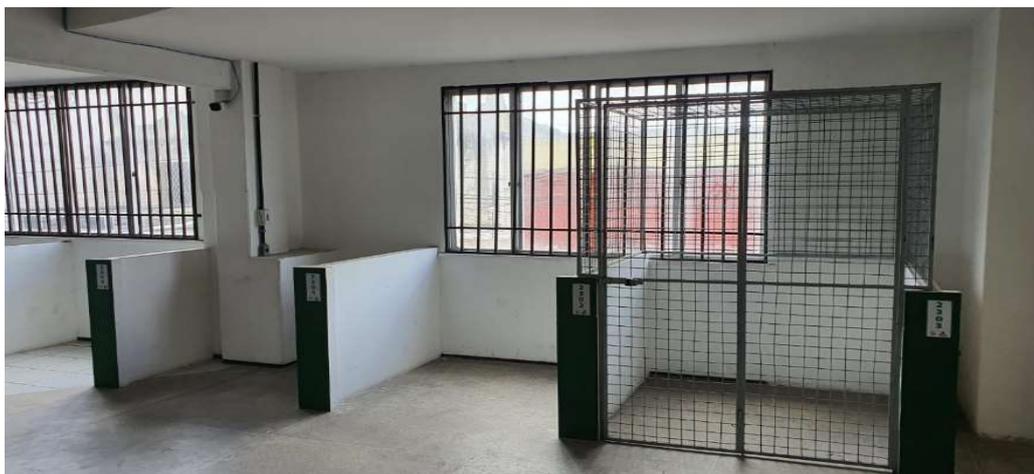
A escolha dos quiosques deu-se por sorteio em evento realizado no ginásio Paulo Sarasate:

A Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria Regional do Centro, realiza, a partir das 14 horas desta quinta-feira (19/09), no Ginásio Paulo Sarasate, o sorteio dos boxes do Feirão São Paulo. O novo espaço de comércio popular funcionará em prédio com 2.500 m² divididos em três andares, na esquina da Rua São Paulo com a Avenida Tristão Gonçalves,

no Centro. O local será destinado a ambulantes que atualmente ocupam a Praça José de Alencar. (Fortaleza.ce.gov.br, 2019)³⁶

Essa forma de escolha dos quiosques no Feirão São Paulo foi a mais justa e democrática, haja vista, que evitava interferências de estranhos ao processo, no favorecimento de locais considerados como “melhores”. A escolha foi feita, com a presença de todos, e os mesmos foram cadastrados na SERCE, e logo após puderam ir vender nos seus espaços.

FIGURA 07: BOXES DENTRO DO FEIRÃO SÃO PAULO



Fonte: Autor (2022)

Durante nossas pesquisas investigativas, conseguimos entrevistar 1 camelô excedente oriundo da rua Guilherme Rocha e 1 na mesma situação da rua Liberato Barroso, as quais represento aqui pelas iniciais, JSN e VMSA.

Perguntamos aos camelôs o que eles acharam do processo de reordenamento do Projeto Novo Centro, e como os mesmos avaliavam o Feirão São Paulo:

JSM: “não achei um bom negócio, porque eu tinha um ponto alugado há vários anos, mas como não “tava” no meu nome eu não consegui ficar na Liberato Barroso, e vi gente que alugava, era dono, ficar lá, e sei que depois eles vão conseguir alugar ou vender. Aqui no Feirão não tá bom não, apesar de ainda não pagarmos nada de taxa, o espaço é bem pequeno e tem pouco movimento, muitos camelôs já nem abrem mais seus pontos. Se aqui não “pegar” vou ver outra solução.

³⁶ <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-realiza-sorteio-dos-boxes-do-feirao-sao-paulo>

VMSA: “nos disseram que aqui no Feirão teria divulgação, propaganda, e não está tendo nada disso; o movimento é muito fraco, e depois da pandemia, caiu ainda mais a venda, só fica bom mesmo para quem fica no andar de baixo, mas os de cima não tem mais ninguém não, muita gente já desistiu de ficar aqui. Não sei porque inventaram isso, só veio prejudicar a gente.

Corroborando com o que a entrevistada falou, pudemos perceber no dia da nossa visita ao Feirão São Paulo, início de 2022, conforme imagem abaixo, que a evasão ao local era gigantesca, o que a olho nu, já demonstrava que o paliativo denominado de Feirão São Paulo havia se tornado um fracasso.

FIGURA 08: BOXES ABANDONADOS NO FEIRÃO SÃO PAULO



Fonte: Autor (2022).

Diante disso, resolvemos entrevistar também a administradora do Feirão São Paulo, por sinal, a mesma pessoa que está a frente do projeto desde o início. Ela será representada pelas iniciais VST, e a mesma perguntamos dentre outras coisas, porque o Projeto alcançou uma evasão tão grande:

VST: “a estrutura toda funciona com porteiros, zeladores, seguranças, administração como um todo, e isso foi desde o início; mas tivemos muita rejeição no começo por parte dos camelôs que ficaram de fora e aqui chegaram, reclamavam do espaço, por ser quente, aí colocamos mais ventiladores, reclamavam que na praça ou na rua vendiam mais, e muitos iam desistindo e não voltando mais, e veio a pandemia, e aí agravou mais a situação. O problema maior que vejo foi que muitos acabaram até retornando para as ruas e até para a praça, segundo eles, a venda é melhor, mesmo com sol e chuva e sem segurança, dessa forma, justifica-se a evasão”.

Dessa forma, foi questionada a mesma se os camelôs no Feirão São Paulo pagavam algum tipo de taxa, se o equipamento trazia só ônus aos cofres públicos e quantos camelôs em média ainda se faziam presentes no local, e a entrevistada respondeu o que segue:

VST: “eram 250 vagas pro Feirão São Paulo no início, e todas foram ocupadas, hoje em dia devemos ter uma média de 35 permissionários atuantes diariamente, e alguns outros que utilizam seus pontos apenas para guardar suas mercadorias. Em relação a taxa, foi ventilado no início o pagamento de um valor sim, mas veio a pandemia, e até hoje nenhum valor é cobrado, acredito que o novo secretário esteja esperando mais algum tempo pra começar a se falar nisso. Sobre os custos do Feirão, como não há pagamento de taxas pelos permissionários, todo o custo de aluguel do espaço, água, energia e com todos os funcionários recai sobre o erário municipal mesmo”.

Foi perguntada a mesma sobre o valor exato dos custos do Feirão São Paulo, e a mesma respondeu: “não sei com precisão, nem se eu posso divulgar esse valor”. E por fim foi perguntada a mesma qual sua avaliação do Projeto Novo Centro como um todo, reordenamento dos camelôs e Feirão São Paulo, que nos respondeu dessa forma:

VST: “estive desde o início nas tratativas do Projeto Novo Centro, conversando com os ambulantes, recebendo-os, fazendo cadastros, participei de algumas reuniões, das entregas dos quiosques, e por isso sou até suspeita de falar, mas acho que o Projeto Novo Centro foi uma excelente iniciativa do antigo secretário da SERCE, os calçadões ficaram lindos, os quiosques todos padronizados, o pedestre podendo circular com bastante espaço. Acho muito bom sim. O Feirão São Paulo, filho desse projeto, ainda precisa se adequar mais, procurar alguns caminhos até para não acabar, e isso é possível, fora isso, é preciso de mais fiscalização da AGEFIS, se os camelôs voltam a ocupar praças e ruas, todos espaços públicos, existe certamente algum braço nisso que também está falhando, e nessa luta, é preciso haver sintonia de todos”.

Como percebemos da fala da entrevistada, pra gestão o resultado do Projeto ainda é considerado um sucesso, mesmo com um ônus mensal aos cofres públicos que não se justifica, principalmente por manter um equipamento em que pouco mais de 10% dos associados, no caso os camelôs, ainda permanecem ativamente, sendo tal despesa arcada exclusivamente pelo bolso do contribuinte fortalezense, sem que a maior das finalidades, que era atrair esses pequenos comerciantes das ruas e praças não está sendo exitosa.

6.3 – Lojistas

A categoria dos lojistas representada no Projeto Novo Centro pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, tem um papel crucial na criação e no desenrolar de tal ação, porque certamente a mesma utilizou-se de sua força econômica travestida de força política, para impulsionar a gestão municipal a executar um projeto de requalificação para o Centro de Fortaleza.

Vale mencionar que a própria CDL, já tinha uma experiência outrora de requalificação no Centro, tendo participado ativamente desse processo e de outros menores. Assim, destacamos que em 1991, ocorreu um processo similar de requalificação do Centro, intitulado de: Nova Praça do Ferreira, com o fito de se dar respaldo à atividade econômica e turística da cidade, bem como, dar notoriedade e se tentar reaver a atividade econômica no entorno da praça do Ferreira, antes tão desenvolvida, como nos escreve, Fernandes:

Tornava-se evidente a necessidade de restabelecer os fluxos de clientes pela criação de um espaço que propiciasse a dinamização dos negócios naquela área e a criação de uma imagem de lugar público seguro, limpo e iluminado capaz de (re)projetar o centro no imaginário das classes médias, restaurando a condição de dignidade espacial essencial ao processo de revitalização econômica (FERNANDES, 2004, p. 91).

Outra experiência de ordenamento, no Centro, e tendo como participante a CDL, ocorreu em 1999, através da ONG Ação Novo Centro, sendo posteriormente transformada em OSCIP, como já foi citado em segmento anterior. Tal organismo era diretamente ligado a CDL, e tinha como objetivo fazer a intermediação entre as instâncias privadas e o ente público municipal com o fito de promover o desenvolvimento social e econômico na região do central da capital alencarina.

Vejamos então, que já existiu outrora, um outro projeto denominado de Novo Centro, um homônimo na verdade, e mesmo naquela época o mesmo sendo constituído, através de uma organização não-governamental, tanto a entidade criadora como os princípios basilares e objetivos são praticamente os mesmos do Projeto Novo Centro atual, como escreve Silva sobre o projeto passado:

No projeto Novo Centro, importantes ações tiveram reflexos diretos no comércio do circuito inferior nas ruas e nos logradouros públicos do Centro. A construção de calçadas (ruas-jardins) nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso teve por objetivo privilegiar o fluxo de pedestres e impedir a concentração do comércio informal (SILVA, 2015, p. 277).

O projeto de urbanização Novo Centro que foi realizado na década de noventa, com apoio direto dos lojistas, retratava as intervenções que o Estado executou quando o carro e o comércio informal foram considerados os maiores problemas da nossa área central, fazendo com que as ruas pudessem ser utilizadas pelos veículos e algumas calçadas para o comércio.

Através do nosso trabalho investigativo, o atual presidente da CDL, participante e membro do Projeto Novo Centro, Assis Cavalcante, concedeu uma entrevista, defendendo enquanto lojista, posição contrária à permanência dos ambulantes nas ruas: “os ambulantes são concorrência desleal para as lojas, uma vez que vendem produtos de procedência duvidosa na porta de estabelecimentos com produtos originais, alguns vendem até óculos de grau no meio da rua, é um problema de saúde pública” (BLOGCDL, 2010).

Vejamos o que Jucá já falava, outrora, de que os ambulantes eram vistos como entraves para os lojistas: “os comerciantes ambulantes vão ser tratados e perseguidos como estorvos do desenvolvimento comercial” (JUCÁ, 1993, p.171).

Já em 2019, o mesmo Assis Cavalcante, já presidente da CDL, falando enquanto presidente da instituição que agrega todos os lojistas, entidade essa parceira tanto do Governo do Estado, como principalmente da Prefeitura de Fortaleza, cogita admitir a permanência de ambulantes no Centro, numa mudança de postura, destacando, inclusive, sua importância comercial para os lojistas, desde que estejam ordenados. Vejamos um trecho da entrevista do presidente da CDL ao Jornal O Povo:

“os camelôs estão para o Centro assim como os quiosques estão para os shoppings centers. O que precisa é ser ordenado. Antes, havia 1.491 ambulantes registrados na regional e depois 3.000 na clandestinidade. Isso atrapalhava o direito da pessoa de ir e vir, porque os camelôs ficavam no meio da rua” (O POVO, 2019).

Essa mudança de postura foi importante para que o atual processo fosse exitoso, assim, seria mais fácil se dialogar com os camelôs e com a Prefeitura, de forma a diminuir os empecilhos e insatisfações e ver seus objetivos alcançados. E assim, deram-se os primeiros movimentos do ordenamento dos camelôs através do projeto Novo Centro

Assim, bebendo dessa pseudodemocracia, as primeiras reuniões do Projeto Novo Centro foram realizadas, alternadamente, entre o Paço Municipal, sede do poder Executivo Municipal e a sede da CDL; sendo que o lançamento do projeto Novo Centro se deu na sede dos lojistas com a participação de vários segmentos.

Conseguimos entrevistar através de questionários, anexo b, dois lojistas que se fizeram presentes desde o início dos trabalhos do Projeto Novo Centro, sendo um da rua Liberato Barroso e um da Rua Guilherme Rocha, inclusive sendo nomeados como representantes dessa categoria, as quais para preservar as suas identidades, denomino como L1 e L2. Foi perguntando aos mesmos o que eles acharam do reordenamento pelo Projeto Novo Centro:

L1: “antes do reordenamento a situação da rua era muito deplorável; feia, suja, tomada por lonas, caixas, papelões, e o pior, que nem o cidadão conseguia andar pela Guilherme Rocha, como eu dentro da minha loja, não conseguia ver a frente da outra loja, era ruim para todo mundo essa situação. Com o reordenamento se tem pelo menos um padrão, não fica todo dia aparecendo uma nova vaga de ambulante pra ser criada no asfalto, há um padrão, uma quantidade certa e uma distância entre eles que favorece a todo mundo. Até o ar agora parece mais livre, antes parecia mais sufocado também.”

L2: “A rua Liberato sempre foi muito movimentada, principalmente por aqui se localizava muitas das principais lojas do Centro, e isso, atraía muita gente, e se tem movimento, certamente trouxe também a vinda de muitos camelôs. Não vou dizer que havia conflitos, mas sim disputa, porque pagamos aluguel, como é meu caso, pagamos Alvará, bombeiros e outros impostos; também contador e despesas para manter o cnpj, e tudo isso, é despesa. Coisa que pro ambulante não tinha isso, fora que muitas vezes eles vendiam um produto similar, mas sem nota ou até falsificado, e aí há a disputa pelo cliente. Com o

reordenamento não posso afirmar que o rendimento da loja melhorou, mas pelo menos vejo uma paridade na disputa, uma organização no trabalho deles, e só quem ganha é o cidadão que pode andar melhor pela rua, escolher com mais tranquilidade, no final o resultado foi bom sim”.

Pelas respostas dos entrevistados, podemos perceber que a maior qualidade do reordenamento dos camelôs pelo Projeto Novo Centro, na ótica dos comerciantes, foi a diminuição da quantidade dos mesmos, bem como a organização realizada pela prefeitura, que beneficiaria a todos de modo geral. Foi também perguntando aos mesmos, quem foi mais beneficiado com o reordenamento, se camelôs ou lojistas e porquê?

L1: “acredito que os camelôs, porque agora eles podem trabalhar legalizados, dentro de seus espaços, com numeração fixa, como mini lojinhas mesmo, mas os lojistas também foram contemplados indiretamente, porque agora é possível o comprador ver a rua toda, as fachadas das lojas, e assim esperamos que comprem mais né”.

L2: “eu acredito que no final das contas, o resultado do Projeto foi equânime para camelôs e lojistas. Os camelôs conseguiram ficar, ter seus espaços, de forma padronizada, organizada; e os lojistas ganharam com a reforma na rua, os melhoramentos advindos, e também com a maior participação de agente da prefeitura por aqui, já que antes era tudo bem bagunçado e sinceramente parecia ter era descaso do órgão público aí”.

A outra pergunta que fizemos, conforme anexo b, foi a seguinte: Se você pudesse decidir: deixaria os camelôs como estavam antes ou como estão agora depois do reordenamento?

L1: “certamente, não tenho nem dúvidas que deixaria como estão agora, porque está mais organizado, dentro dos seus quiosques, até a rua está mais bonita e melhor de se locomover”.

L2: “agora está bem melhor, então deixaria do jeito que está agora. Acho que o resultado final ficou bom, só espero que a prefeitura possa fiscalizar e os camelôs fazerem suas partes em obedecer às regras e conservar os equipamentos”.

Conforme as respostas acima, é bem perceptível notar que na visão dos lojistas, o reordenamento dos camelôs através do Projeto Novo Centro foi

exitoso, tanto para ambulantes como para lojistas, sendo até mesmo os camelôs os grandes beneficiários dessa iniciativa governamental municipal.

É notório que por trás da alegria dos lojistas com o resultado do projeto, pode-se perceber que os objetivos que os mesmos almejavam desde o início do processo, foram alcançados, e isso deu-se através da pressão e da importância econômica e política exercida pela CDL nos gestores do Projeto Novo Centro. Assim, uma ação em último ano eleitoral de um gestor municipal jamais existiria, senão com a força impulsionadora de um grupo tão forte como a dos lojistas, sobretudo, pautada num viés de reordenamento, limpeza e organização, mas que na verdade, buscava-se melhorar o chamariz comercial que o Centro havia perdido ao longo das décadas em decorrência de diversos fatores, e um deles certamente era a falta de ordenamento nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso.

6.4 – Camelôs

Neste tópico movimentaremos um sujeito importantíssimo ao nosso trabalho, o dos Camelôs que trabalham no Centro de Fortaleza; destacando sobretudo as análises das entrevistas e das respostas dos questionários que foram aplicadas aos mesmos.

Mesmo sem ter um grande peso político ou representar uma destacada força econômica, devemos reconhecer a classe dos camelôs pela sua importância social para o nosso meio, e essa tese é defendida por Jessé Souza quando o mesmo desvincula a classificação de classe social do critério econômico para a importância de seus interesses e lutas, dando outra conotação valorativa a importância da classe social num espectro de lutas e interesses sociais:

a dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e suas lutas, é a chave para a compreensão de tudo que é realmente importante na sociedade. Isso se aplica sempre que não percebamos as classes como meras relações econômicas, como o fazem tanto o liberalismo dominante quanto o marxismo (SOUZA, 2019, p. 90-91).

A presidenta da ASCAF na época, na qual denomino pelas iniciais, SM, participante de todo o processo, foi perguntada sobre como ela julgava a participação dos camelôs no processo de reordenamento do Projeto Novo Centro?

SV: “nós conseguimos, enquanto ASCAF, participar efetivamente dessa luta, e digo que foi uma luta, porque não foi fácil. Nosso maior medo era termos que sair dos nossos pontos para locais distantes ou até mesmo não ter para onde ir. Teve muitos altos e baixos, porque a gente queria não sair, mas também que se fosse sair alguém, que fosse, os mais novos em tempo, já que muita gente trabalhava ali há décadas, e dali sustentavam suas famílias. O modelo de quiosque não foi o que queríamos, mas topamos, em compensação conseguimos ampliar o teto dela, porque quando chovia, molhava as mercadorias todas. Demos algumas sugestões, com ampliação dessa de ampliação do teto, nenhuma outra foi pra frente não. Sabíamos que não tínhamos tanta força no jogo, éramos os mais fracos, mas também tínhamos algumas estratégias, como chamar a imprensa em caso deles mudarem de ideia e tirarem o povo de lá na marra, e o secretário tinha muito receio de baixaria, televisão, isso foi bom pra gente.”

Essa lógica da presidenta em poder usar a força quantitativa dos camelôs foi importante porque eles eram um número grande, 360 camelôs, e lembrando que vivíamos num momento pré-eleitoral já, e qualquer desgaste, principalmente usando a mídia televisa e impressa, além dos modernos meios digitais de comunicação rápida, como celular e plataformas digitais, se tornaria um grande problema a se resolver.

Conseguimos a partir das respostas, ao nosso questionário, de todos os 360 camelôs contemplados, e que estavam trabalhando nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, estabelecer um determinado perfil socioeconômico, que é bastante enriquecedor ao nosso trabalho.

Como por exemplo, descobrimos que a maioria deles são formados por homens, tendo uma discrepância maior de quantitativo na rua Guilherme Rocha e já uma quase equiparação na Rua Liberato Barroso, como podemos ver a seguir:

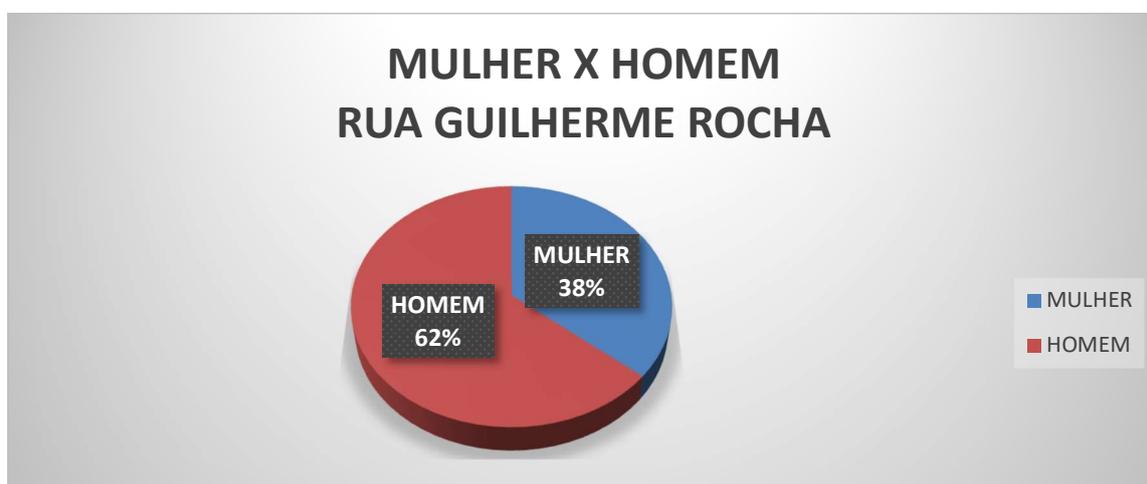
TABELA 06: SÍNTESE DO QUANTITATIVO DE CAMELÔS POR GÊNERO NAS RUAS GUILHERME ROCHA E LIBERATO BARROSO

GÊNERO	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
MULHERES	59 (37,82%)	95 (46,57%)
HOMENS	97 (62,18%)	109 (53,43%)
TOTAL	156	204

FONTE: Elaborado pelo Autor

Esses números podem ser melhor evidenciados através dos dois gráficos a seguir:

GRAFICO 05: QUANTITATIVO DE HOMENS X MULHERES NA RUA GUILHERME ROCHA



FONTE: Elaborado pelo Autor

GRAFICO 06: QUANTITATIVO DE HOMENS X MULHERES NA RUA LIBERATO BARROSO



FONTE: Elaborado pelo Autor

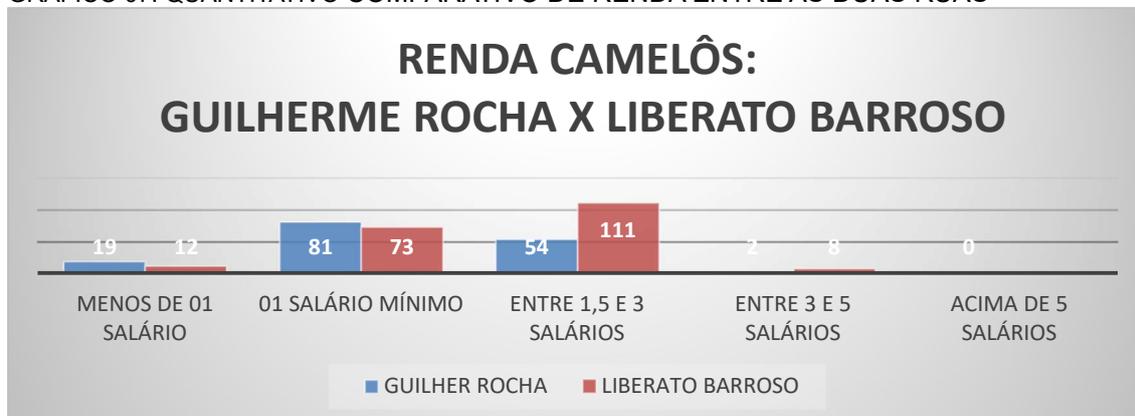
E aí é importante perceber, como mesmo ruas próximas, paralelas, com camelôs que praticamente vendem as mesmas coisas, a diferenciação não para por aí, ela também se estende a outros perfis que conseguimos identificar através das análises dos questionários. Dois pontos que muito nos chamaram a atenção, foram os quesitos sobre a escolaridade e a própria renda obtida pelos permissionários com os quiosques.

TABELA 07: RENDA OBTIDA PELO CAMELÔ

RENDA OBTIDA NO QUIOSQUE:	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
MENOS DE 1 SAL MÍNIMO	19	12
1 SALÁRIO MÍNIMO	81	73
ENTRE 1,5 E 3 SAL MÍNIMOS	54	111
ENTRE 3 E 5 SAL MÍNIMOS	2	8
ACIMA DE 5 SAL MÍNIMOS	0	0
Total	156	204

FONTE: Elaborado pelo Autor

GRÁFICO 07: QUANTITATIVO COMPARATIVO DE RENDA ENTRE AS DUAS RUAS



FONTE: Elaborado pelo Autor

E comparando as informações sobre a renda dos camelôs duas ruas, chegamos a um gráfico comparativo de ambas, que nos permite tirar algumas conclusões importantes ao nosso trabalho.

É possível perceber analisando esses dados que nenhum deles consegue obter uma renda superior a cinco salários mínimos. Já a maioria quase que totalitária, afere de 1 a 3 salários mínimos, sendo que na rua Guilherme

Rocha 81 camelôs auferem 01 salário, enquanto que só 73 na rua Liberato Barroso auferem isso. Quando se trata da faixa de 1,5 a 3 salário, a situação dos camelôs da Liberato se apresenta de melhor maneira, na qual 111 camelôs dizem lucrar isso, em detrimento a apenas 54 da Guilherme Rocha.

Já outros dados nos deram a conclusão que apenas 6% dos camelôs na Guilherme Rocha e 12% na Liberato Barroso, recebem menos de 01 salário, o que parece muito pouco, mas vale destacar que esses números apresentam para uma outra característica que foi combatida enquanto Projeto Novo Centro e que já vem acontecendo, que é o aluguel dos pontos.

É muito provável que todos esses que ganham menos de um salário mínimo, sejam funcionários ou arrendatários dos quiosques, e essa informação pode ser respaldada através das respostas no questionário, anexo c, dos próprios camelôs, a seguir:

TABELA 08: QUANTITATIVO DE POSSE E PROPRIEDADE DOS QUIOSQUES

VOCÊ É O PROPRIETÁRIO, FAMILIAR DO DONO OU EMPREGADO?	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
PROPRIETÁRIO	116	152
FAMILIAR	12	10
EMPREGADO/ALUGADO	28	42

FONTE: Elaborado pelo Autor

Do quantitativo dos 360 camelôs, 70 deles, responderam que eram empregados ou estavam ali de forma a terem alugados os pontos, o que equivale a quase 20% da totalidade dos permissionários contemplados. Um número elevado, já que não podemos olvidar de que uma grande quantidade de pessoas teve que sair de seus antigos pontos, e deslocados para outros, e com certeza absoluta, gostariam de poderem estar ali trabalhando, mas não, uma parte dos que foram contemplados, usa o espaço público para ganharem dinheiro como se fossem donos e proprietários dos mesmos.

Isso reflete na não contemplação de uma das metas pretendidas pelo Projeto Novo Centro, que era de justamente acabar com o comércio ilegal de venda e aluguel de espaço públicos nas respectivas ruas do projeto. Essa culpa

da não efetivação recai tanto para a SERCE como para a AGEFIS, e impede assim o êxito de um dos eixos do projeto.

Essa informação se o camelô possuía outra atividade profissional e conseqüentemente outra renda, fora a de permissionário, foi inquerida no questionário e agrupada da seguinte forma:

TABELA 09: RELAÇÃO PROFISSIONAL ALÉM DA DE CAMELÔ

POSSUI OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL ALÉM DE CAMELÔ?	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
SIM	38	42
NÃO	118	162

FONTE: Elaborado pelo Autor

O que mostra que dos 360 entrevistados, 80 deles afirmaram possuir outra atividade laboral, que pelo teor das entrevistas, ficou bastante abrangente, como por exemplo, algumas citadas foram: pintor, diarista, garçom, eletricista, vigia, costureira, babá, profissões que de certa forma, podem até serem feitas de forma eventual, sem vínculo, haja vista, bom de relatar, que caso o permissionário tenha um outro emprego formal, leia-se, com carteira assinada, perderá o seu quiosque, conforme contrato assinado entre os mesmos e a SERCE.

Da questão da renda, três outras dúvidas correlatas, e pertinentes, nos inquietaram, e também foram palco para perguntas aos entrevistados: se com a atual renda, se os mesmos teriam que dividir esse lucro com mais pessoas, no caso, qual o estado civil dessas pessoas e se os mesmos possuíam filhos ou não; e se os mesmos pensavam em seus futuros, recolhendo impostos devidos ao INSS e assim garantindo, minimamente, uma aposentadoria digna. As respostas agrupadas em tabelas foram as seguintes:

TABELA 10: RELAÇÃO DE PATERNIDADE/MATERNIDADE DOS CAMELÔS

SE O CAMELÔ POSSUI FILHO (S)	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
SIM, TENHO FILHO (S)	123 (78,85%)	162 (79,41%)
NÃO TENHO FILHO (S)	33 (21,15%)	42 (20,59%)

FONTE: Elaborado pelo Autor

TABELA 11: QUANTITATIVO DE CAMELÔS QUE CONTRIBUEM COM O INSS

SE O CAMELÔ CONTRIBUI COM O INSS?	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
SIM	34	62
NÃO	122	142

FONTE: Elaborado pelo Autor

GRÁFICO 08: QUANTITATIVO DO ESTADO CIVIL DOS CAMELÔS



FONTE: Elaborado pelo Autor

Das tabelas acima e do gráfico comparativo, podemos concluir que a maioria dos camelôs quanto ao estado civil é que são casados, contudo, não há uma grande diferença aos que se denominaram solteiros, números esses até de certo modo próximos aos de casado.

Já em relação aos que possuem e não possuem filhos, a discrepância é bem acentuada, mas similar entre as ruas, haja vista que 79% dos camelôs da rua Guilherme Rocha relataram possuírem filhos, e 79% dos da rua Liberato Barroso disseram também possuir no mínimo um filho.

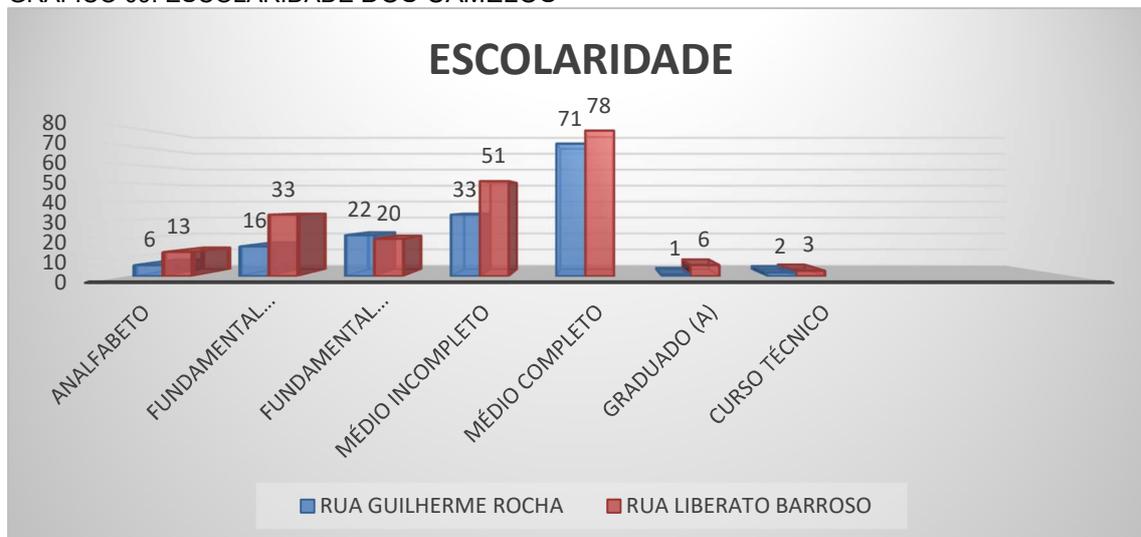
Agora, certamente, a preocupação, recai sobre o baixo quantitativo de pessoas que contribuem com o INSS, e isso é preocupante, porque são pessoas que como foi estudado acima, ganham na faixa de um salário mínimo, somente um pequeno percentual deles possuem uma outra atividade, e assim, não contribuir com o INSS, é certamente apostar em benefícios sociais e ajudas

governamentais futuras, por não se encaixarem devidamente e no tempo hábil para com contribuições necessárias.

Surpreendentemente, apenas 96 camelôs, contando as duas ruas, chegam a contribuir com a seguridade social, número bem aquém do quantitativo total, chegando nem a totalizar um terço do montante existente, o certamente será um grande problema para o restante como para os cofres públicos em conseguir a todos através de benefícios sociais.

Baseado nessa preocupação com o futuro, uma pergunta norteadora que fizemos sobre escolaridade, também ratificou, como nos respalda o gráfico abaixo, que muitas dessas pessoas, estão paradas no tempo, poucas buscaram se aperfeiçoar nos estudos, evoluir, não à toa, é que apenas 1 camelô na rua Guilherme Rocha possui o nível acadêmico de graduado, e apenas 6 na rua Liberato Barroso, um quantitativo pífio se considerarmos o todo.

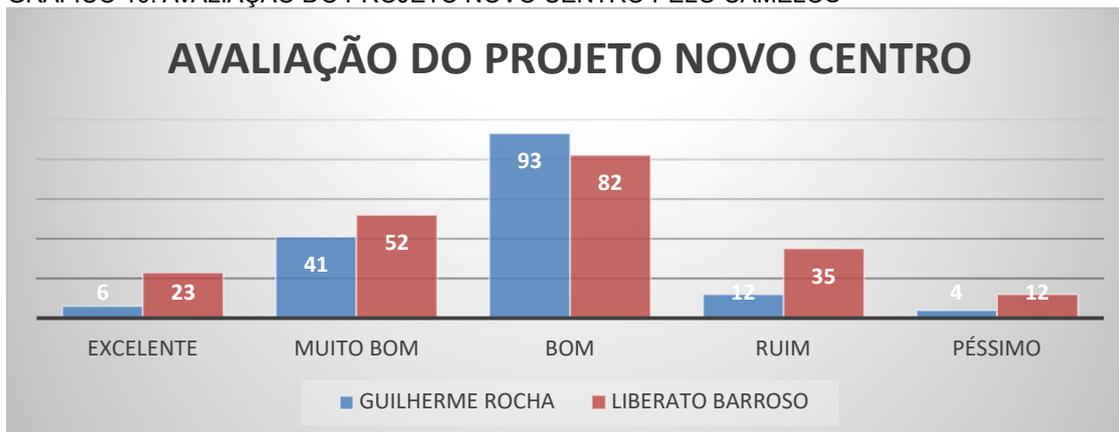
GRÁFICO 09: ESCOLARIDADE DOS CAMELÔS



FONTE: Elaborado pelo Autor

E após passarmos rapidamente por esse perfil socioeconômico dos camelôs, que era sobremaneira importante ao nosso trabalho, foi perguntado aos 360 camelôs através do questionário, como os mesmos avaliavam o Projeto Novo Centro, e caso optassem, poderiam além de escolher uma opção, também relatar algo espontaneamente. Das respostas objetivas dos entrevistados das duas ruas conseguimos agrupá-las no gráfico a seguir:

GRÁFICO 10: AVALIAÇÃO DO PROJETO NOVO CENTRO PELO CAMELÔS



FONTE: Elaborado pelo Autor

E surpreendentemente, podemos inferir que a avaliação do reordenamento do Projeto Novo Centro para os camelôs que ali participaram e continuaram com seus quiosques foi minimamente satisfatória, haja vista, a grande maioria ter classificada bom o resultado final do referido projeto.

Há que se considerar que o fato desses camelôs terem continuado em suas respectivas ruas, certamente pesa nessa avaliação, em detrimento, por exemplo, se esse mesmo questionário fosse aplicado aos que saíram das ruas, o que de fato, seria inaplicável realizar, haja vista a evasão do Feirão São Paulo e a debandada dos outros por locais no Centro, aos quais não teríamos como precisar.

Sobre essa mesma temática, perguntamos a presidenta da associação dos camelôs, bem como ao camelô mais antigo da Guilherme Rocha e ao mais novo da Liberato Barroso, quais as suas avaliações sobre o resultado do Projeto Novo Centro:

SV: “inicialmente nosso maior medo era a gente sair dali, perder nosso espaço que lutamos tanto pra conseguir. O que se falava aqui nas ruas era que seríamos tirados e jogados em um novo canto, tipo camelódromo, como se fosse um novo Beco da Poeira, e isso era muito ruim, eu não conseguia nem dormir, porque a situação do povo do Beco não é boa, o movimento lá é bem ruim, derrubado mesmo; e aqui já tínhamos nossa clientela e nossa vida. Estávamos entrando numa coisa que não sabíamos se íamos ganhar ou perder, mas íamos fazer “zuada”, estávamos dispostos a tudo mesmo, porque o que se dizia por aqui era que os donos de loja, que pagavam alvará e tudo mais, não queriam mais a gente aqui, porque a gente atrapalhava eles, vendia as coisas mais barato. No final, apesar de alguns colegas camelôs terem saído, pq realmente era muita gente mesmo, conseguimos algumas vitórias e derrotas, mas no apurado como chamamos aqui, o projeto foi bom, agora tem mais espaço pro povo passear, os cantos dos camelôs

são em box, tudo numerado, e agora temos cadastro na prefeitura, despesa com taxa, e os lojistas não podem mais falar que só eles que pagam impostos, e até os conflitos e reclamações diminuíram. Mas as vendas, estão a desejar, infelizmente”.

GR: “O projeto foi bom, o ruim foi na hora das obras, que tivemos que sair, enquanto as obras acabavam, e isso foi ruim porque o nosso cliente já nos conhece, sabe aonde ficamos, e isso perdemos vendas aqui, também porque muita gente dizia que a gente não voltava mais. Mas achei tudo bom, voltei pra um lugar perto do meu canto de antes, o espaço é pequeno mas a gente dá um jeitinho na hora de arrumar as coisas, e com o tempo vai dando certo.

LB: “o projeto só não foi tão bom, porque não segurou todo mundo que trabalhava aqui antes, era muito pai e mãe de família que teve que sair daqui. Então só olhas as coisas boas agora é moleza, mas muita gente saiu, e aqui todo mundo sabe que é o melhor local de vendas do centro, aonde passa mais pessoa. Ficou bonito ficou, mas a corda sempre arrebenta nos mais pequenos mesmo, o que nos resta é correr atrás, e torcer pras vendas aqui melhorarem, porque estão caídas em relação ao que era antes viu”.

Em relação aos camelôs que quiseram falar no processo de questionário, em anexo, sobre suas avaliações subjetivas sobre o resultado final do projeto, destacamos trinta e seis falas, o equivalente a 10% do total.

C1: “O trabalho foi muito bom, pois deu uma organizada”.

C2: “Muito bom viu, melhorou bastante”.

C3: “Antes era melhor por causa do ganho, mas pela organização tá ótimo”.

C4: “Eu gostei porque todos tem seu canto agora”.

C5: “Prefiro agora, pois ficou bom de se trabalhar”.

C6: “Se não fosse o lucro que caiu, o resto “tava” bom”.

C7: “Muito tranquilo, mas gostava de antes, pois tínhamos mais lucro”.

C8: “Agora está perfeito”.

C9: “Excelente porque agora tem organização”.

C10: "Tá ótimo agora por causa da organização".

C11: "Gostei mais antes, era melhor por causa das vendas que diminuiu".

C12: "Eu estou amando agora".

C13: "Muito bom, gostei bastante".

C14: "Está mais organizado".

C15: "Está muito bom, mas antes era melhor".

C16: "Achei que ficou muito interessante".

C17: "Bom, porque ficou mais organizado".

C18: "Era melhor antes, eu ganhava mais dinheiro".

C19: "Muito bom, melhorou bastante".

C20: "Está ótimo, está organizado mesmo".

C21: "Tá bom, tá bem tranquilo agora".

C22: "Antes era melhor, eu vendia mais, agora o espaço tá pequeno".

C23: "Achei limpo e maravilhoso".

C24: "Ótimo, mas devia ter mais fiscalização".

C25: "Está até bom, mas antes era melhor".

C26: "Até o momento estou achando bom".

C27: "Tem muita coisa para melhorar ainda".

C28: "Ótimo o projeto, mas precisa ter Fiscal mais frequente, tem comerciante que não obedece a ordem, e passa do espaço permitido".

C29: “Melhorou bastante a visão da rua e agora a gente até vê as pessoas do outro lado”.

C30: “Ficou bom, mas antes era melhor porque tinha mais cantos e espaços pra gente trabalhar”.

C31: “Acho que agora tá mais organizado, tem até número nos boxes”.

C32: “Tá bonito e organizado, espere que continue assim”.

C33: “Antes era feio, agora tá bonito, mas antes eu vendia bem mais”.

C34: “Agora eu vejo mais gente da prefeitura por aqui, antes era mais solto”.

C35: “O espaço do box poderia ter ficado maior, mas ficou bonito”.

C36: “No geral ficou bom para todos que ficaram aqui, ruim foi quem perdeu seu canto de trabalho aqui”.

E partir dessas respostas, perguntamos claramente aos camelôs, se os mesmos preferiam a situação deles como estava anterior ao Projeto ou se na situação atual, e as respostas compiladas, foram as seguintes:

TABELA 12: PREFERÊNCIA POR SITUAÇÃO DOS CAMELÔS

PREFERE A SITUAÇÃO DOS CAMELÔS COMO ESTÁ AGORA OU ANTES DO REORDENAMENTO?	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
ANTES DO REORDENAMENTO	55	83
DEPOIS DO REORDENAMENTO	101	121

FONTE: Elaborado pelo Autor

Apesar que muitos optaram pela situação como está hoje, devemos refletir que pouco mais de 50% do total de cada rua, considera como melhor a sua situação anterior ao reordenamento do Projeto Novo Centro; mas vale

destacar que muitas dessas respostas, até pelas falas transcritas acima, estão atreladas a diminuição das vendas e lucros, há que se entender que durante meados e finalização desse processo, todos nós passamos por uma grave crise pandêmica atrelada a COVID, que reverberou brutalmente na economia e no seio familiar, fazendo-nos perder vidas e também dividendos, não tendo atribuir efetivamente, ainda, diminuição de lucros pelo tamanho do quiosque ou pela organização atrelada ao Novo Centro.

Foi perguntando aos camelôs, via questionário, como eles julgavam a relação dos fiscais com eles, dando a eles quatro opções de respostas. E as respostas compiladas foram as seguintes:

TABELA 13: RELAÇÃO DOS FISCAIS COM OS CAMELÔS

COMO É A RELAÇÃO DOS FISCAIS COM VOCÊS CAMELÔS?	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
DIALOGO	74	107
VIGILÂNCIA E PUNIÇÃO	38	31
ESCLARECIMENTO E ORIENTAÇÃO	15	32
AMEAÇAS PERMANENTES TEMPO TODO	29	34

FONTE: Elaborado pelo Autor

Já os entrevistados falaram o que segue:

SV: “eu trabalho aqui no centro desde que fui gerada praticamente, acompanhava meus pais recém-nascida na banca, e fui ficando, e hoje posso dizer que minha vida foi e é toda por aqui no centro. Então já participei de muitas reformas, de mudança de prefeitos e chefes. E com todos eles tudo mudava, sempre teve um melhor que outro pra nós. Nessa gestão do Roberto Claudio, a relação era razoável, apertava umas épocas, soltava outras e fãmos levando. Já quando mudou pra tal da AGEFIS, aí apertou mais, tivemos alguns conflitos até. Depois mudou o chefe de lá, que já conversava mais com a gente, então melhorou. No mais o maior problema são o “rapa”, esses são complicados, porque querem sempre ganhar algum agrado, são de políticos a ou b, as vezes apertam mais uns que outros, aí fica numa situação ruim pra nós. Mas dos Fiscais, não tenho muito a dizer não, maioria é educado e trata bem a gente”.

GR: “eu acho que nesses últimos anos melhorou muito o jeito de tratar dos fiscais com a gente, antes quem fazia isso era o povo da guarda municipal, os fiscais eram eles, com esses novos aí, dão pra ver que são diferentes, conversam, explicam, antes de tomarem a mercadoria ou deixarem a multa. Pra mim tá melhor”.

LB: “não estou aqui há muito tempo, comparado com gente que tem 20, 30 anos aqui, mas assim, alguns fiscais são até legais, mas ainda tem muitos arrogantes, meio antipáticos. Acho que nisso poderia melhorar sabe, e nem sempre estão dispostos dar muitas informações também, mas no mais acho que é uma boa relação até que boa com eles sim”.

Assim, é notório que tanto pelas respostas dos questionários, como das entrevistas, há predominantemente uma relação de diálogo entre fiscais e camelôs, apesar de falhas, erros, alguns processos inacabados; certamente o trabalho fiscalizatório melhorou, mas precisa a cada dia evoluir, sendo mais humano e empático, mesmo tendo que muitas vezes ser antipático devido a uma legislação engessada e fria.

A outra pergunta realizada que merece destaque foi: como era a relação dos camelôs com os lojistas do centro, dando aos mesmos a oportunidade de escolherem as assertivas abaixo, dentre as quais destacamos em tabela a seguir:

TABELA 14: RELAÇÃO DOS LOJISTAS COM OS CAMELÔS

COMO VOCÊ DEFINE A RELAÇÃO DOS CAMELÔS COM OS LOJISTAS NO CENTRO?	RUA GUILHERME ROCHA (QUANTIDADE DE CAMELÔS)	RUA LIBERATO BARROSO (QUANTIDADE DE CAMELÔS)
TRANQUILA	67	113
TUMULTUADA E CONFLITUOSA	23	44
DISTANTE	14	14
NÃO INFLUI E NEM CONTRIBUI	52	33

FONTE: Elaborado pelo Autor

Pelas respostas, aparentemente, predominam em ambas as ruas, um misto de sentimento de tranquilidade entre os sujeitos polos do Projeto Novo Centro, bem como uma sensação de distanciamento na prática diária entre eles,

de forma, que, pacificamente, dividem além do mesmo espaço, potencial clientela em comum. Mas, não podemos deixar de citar que há também uma parcela, até considerável, que ainda julga o relacionamento entre ambos com ares de divergência, confusão e até um pouco de tumulto.

Foi perguntado a presidenta da associação dos camelôs se durante o processo de reordenamento houve alguma indicação ou ação que fosse claramente um pedido dos lojistas. A presidenta respondeu o seguinte:

SV: “é muito difícil só falar e não provar, certamente muitos pedidos da CDL foram atendidos. Mas um pedido em especial ficou bem evidente, que foi logo no dia da entrega dos quiosques, o próprio secretário do centro, falou que aqueles camelôs que vendiam relógio e óculos não poderiam mais vender essas coisas. Todo mundo sabia que era pedido do Seu Assis, presidente da CDL. Teve muita revolta, porque muita pessoa ali vendia isso há anos, e de uma hora pra outra ter que mudar, e como sem mercadoria pra vender, se muitos tinham coisas acumuladas. Mas dera um prazo de 15 dias para o pessoal trocar as mercadorias, e depois disso se teimasse ia perder o quiosque, foi desse jeito a conversa aberta para todos lá viu”.

Há que se enaltecer que apesar de lojistas e camelôs, através dos seus representantes no Projeto Novo Centro, terem sempre tido um tom amistoso no debate e na elaboração de propostas, cada qual defendia os seus interesses, enquanto categoria. A maioria das propostas acolhidas foram do lado dos lojistas, até mesmo pelo evidente poder econômico e político, mas também coube aos camelôs, a contemplação de poucas sugestões, até no sentido de se equacionar tais relações e o Projeto ser concluído com suas reais intenções.

E é, a partir dessa visão, que precisamos compreender a classe dos camelôs, haja vista, apesar dos mesmos serem enquadrados dentro de uma força economicamente minoritária e não possuírem um grande peso político, devem ser, no mínimo, ouvidos e respeitados. E certamente, apesar do aparente diálogo com os mesmos durante o Projeto Novo Centro, a execução do mesmo careceu de aportes práticos que pudessem ser reflexos também dos interesses desses comerciantes informais.

6.4.1 Camelôs e a dura relação com a Covid-19

Esse tópico tem como escopo analisar brevemente os efeitos da COVID19 na realidade dos camelôs que trabalhavam no Centro de Fortaleza à época, servindo também como uma singela homenagem aqueles que morreram ou tiveram entes próximos falecidos.

A pandemia do COVID19 (SARS-2), certamente, é o evento histórico mundial mais impactante desse milênio; doença essa que afetou todos os países do mundo, e com o Brasil não foi diferente, quiçá Fortaleza, que teve e tem, números altíssimos de infectados e mortos pela doença.

Como o nosso objeto de trabalho são os camelôs do Centro de Fortaleza, especificamente das ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, na qual, se concentram boa parte daqueles que foram aprovados após o novo ordenamento efetuado pela Prefeitura de Fortaleza, dentro do Projeto Novo Centro, devemos nos atentar, apenas, como se deu a relação pandêmica com os mesmos.

Mantivemos contato direto com alguns desses camelôs, bem como alguns representantes da ASCAF – Associação dos Camelôs de Fortaleza, que representam os camelôs do Centro de Fortaleza. As notícias relatadas por eles nem sempre eram prósperas; com o fechamento das lojas e a proibição deles poderem trabalhar em seus quiosques, agora já devidamente regularizados e, pagando dividendos a Prefeitura em forma de taxa, os mesmos em sua grande maioria se viram sufocados por dívidas e dúvidas.

Chegaram-nos relatos que alguns desses camelôs estavam passando necessidades financeiras, sem terem condições ao menos de comprar alimentos básicos, sendo que muitos deles estavam efetuando suas compras através de cartões de crédito, gerando dívidas futuras que eles mesmos não sabiam como iriam adimpli-las, haja vista, que sem poderem trabalhar não poderiam honrar os pagamentos. Fora a questão alimentícia, básica para qualquer pessoa, a maioria, segundo informações, vivia em imóveis alugados, e tanto as despesas com aluguel, água e luz, afligiam-nos.

A maioria dos camelôs sentiu bastante por não poder trabalhar, principalmente, porque como são pequenos comerciantes, não possuíam em sua grande parte, nenhuma reserva de capital que pudessem suprir necessidades inesperadas como a que presenciaram, especificamente, nos meses de lockdown, fechamento total das atividades. Praticamente tudo que se é ganho por eles, acaba sendo gasto em casa, com as necessidades ou reinvestido em seus quiosques para efetuarem novas vendas.

A tática usada por alguns para vencerem os meses difíceis foi a de enfrentar a fiscalização e tentar, caso fosse possível, efetuarem vendas, em locais próximos aos seus quiosques ou a locais que eles suponham ter algum movimento, por exemplo, próximo a agências bancárias. Pela legislação vigente à época da pandemia, qualquer tipo de venda estava irregular, mas desafiar a fiscalização era a única forma encontrada por muitos para a sobrevivência pessoal e familiar.

O trabalho da Fiscalização Municipal de Fortaleza que fica a cargo da AGEFIS, não foi cessado, pelo contrário, foi otimizado para se adequar à nova realidade pandêmica e assim melhor desempenhar suas funções. O foco era justamente nas aglomerações em praças, praia e próximos a agências bancárias, na qual as pessoas buscavam o auxílio emergencial, e o alvo eram estabelecimentos que teimavam em abrir, bem como em ambulantes e camelôs que ousavam vender seus produtos.

Muitas apreensões de camelôs foram feitas, em todos os turnos de trabalho, de forma a mostrar para o ambulante e para o camelô, que a ousadia em desafiar a legislação trazia também um duro viés de perda dos bens e lavratura de multas, mostrando assim, a forma que o Estado exerce através do seu poder coercitivo, nesse caso representado pela AGEFIS.

Vale destacar que os próprios fiscais não estavam contentes na realização desse ofício, porque viam que suas vidas estavam expostas, e não só isso, poderiam ser agentes transmissores da doença para as suas casas e seus entes familiares. Com exceção daqueles enquadrados como grupo de risco, todos os outros tiveram que desenvolver seus trabalhos em regime diferenciado, por meio de uma escala de rodízio, tendo assim, que se exporem frente a doença, para acalantar os anseios do poder estatal municipal.

Aqueles que não tiveram a ousadia e a coragem de desafiar a fiscalização em busca de vender suas mercadorias, tiveram que contar com a ajuda de pessoas e organizações caridosas. A ASCAF intermediou essa ação, conseguindo junto a amigos e entidades parceiras o quantitativo de 220 cestas básicas, que puderam senão resolver o problema famélico de muitos, mas atenuar tão grave problema.

Durante esse período nebuloso, o Governo Federal destinou a milhares de brasileiros uma ajuda emergencial de R\$600 (seiscentos reais), contudo, para os camelôs esse auxílio não chegou em todos, como por exemplo, alguns mais antigos não foram contempladas, e alguns mais novos conseguiram resgatar tal ajuda governamental.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza isentou o pagamento das taxas mensais nos meses da pandemia e destinou para alguns camelôs a ajuda de R\$ 100,00 (cem reais), já nesse caso alguns camelôs com cadastros mais antigos conseguiram o benefício, apesar de reclamarem de toda a burocracia existente e, já alguns com cadastro mais recentes não conseguiram receber. Esse auxílio foi apenas de duas parcelas, valor bastante irrisório para todas as necessidades dos mesmos.

A retomada das atividades econômicas no município de Fortaleza deu-se de forma paliativa e gradual, em quatro etapas, sendo que cada etapa representava um grupo de cadeias econômicas e a seu respectivo percentual que poderia funcionar, respeitando as normas estabelecidas pelo comitê de saúde do Governo do Estado.

Infelizmente, o óbvio ficou bem claro, os camelôs por não terem nenhum peso politicamente, expressivo, e nem representarem nenhuma força econômica forte, não se enquadram em nenhum dos quatro ciclos de retomada da economia, e assim ficaram mais uma vez à margem da realidade econômica, mesmo deixando aqui bem claro, já estarem devidamente regularizados e contribuintes perante a Prefeitura de Fortaleza.

A volta dos camelôs se deu, como se dá em sua maioria o trabalho dos mesmos, de forma impetuosa e ousada, entre um ciclo e outro, tentando encaixar-se dentre os grupos econômicos poderosos, com o horário reduzido,

numa forma de tentarem ser notados pelo poder público municipal, nem que para isso corram o risco de terem suas mercadorias apreendidas. E assim foi feito, entre uma tentativa e outra, algumas apreensões e outras, eles foram notados e tiveram a autorização para trabalharem das 09:00hs até as 16:00hs, nem um minuto antes nem um minuto a mais.

Atualmente os mesmos já podem trabalhar, todos os dias da semana e dentro do horário comercial, contudo, certamente a pandemia deixou um rastro impiedoso para muitos que até hoje não conseguiram se reerguer e, buscam no futuro, uma melhora no comércio e o aquecimento das vendas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo investigativo que este estudo se propôs, teve por base a tentativa de executar uma avaliação na perspectiva avaliativa de profundidade. O eixo basilar da análise foi o processo de reordenamento do comércio informal, no caso os camelôs, das ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, do centro de Fortaleza, através de processo governamental municipal denominado Projeto Novo Centro.

Considerando-se nessa trajetória investigativa, além da simples reorganização dos camelôs, mas também o enredo da narrativa entre os sujeitos, qual o papel de cada um nesse processo, quais interesses permeavam a realização do processo estudado, e principalmente, quais os efeitos da conclusão desse trâmite para a sociedade. Somou-se a tal análise o estudo compreendido quanto a teses, dissertações, artigos, livros e demais instrumentos teóricos que substanciaram o nosso embasamento teórico, fazendo-nos chegar a algumas constatações.

Esperamos que no tocante a relevância acadêmica, este trabalho possa contribuir para se ampliar o debate sobre o tema proposto em novas proposituras e estudos, servindo também como base para os mesmos; além de ajudar, presentes e futuros, gestores públicos, na elaboração e execução de políticas públicas, bem como de futuras ações que versem sobre a temática, na observância da legislação, mas sobretudo, na perspectiva de implantação de ações que sejam melhor pensadas e realmente direcionadas para a coletividade.

Sob o aspecto investigativo da análise de conteúdo, podemos observar, principalmente com o advento da Lei Complementar Municipal nº 270/2019, o fortalecimento da figura do camelô, enquanto sujeito de direitos, principalmente com a dissociação do camelô da figura do ambulante, e do maior espectro de enquadramento do que viria a ser entendido como camelô, além do aumento de prazo legal, de seis meses para um ano, para que o mesmo tivesse uma maior tranquilidade.

Há que se reforçar que ainda no tocante a análise de conteúdo, muitas previsões legais, disciplinaram e garantiram a iniciativa governamental municipal

de se requalificar o espaço público, a partir de um processo de reorganização dos comerciantes informais, com o fito de melhorar o bem público. Contudo, no próprio plano de ação do projeto, algumas lacunas foram encontradas, principalmente, por tentar encobrir o real objetivo a que se propunha o mesmo.

Uma das dificuldades encontradas neste tocante, foram a dificuldade de acesso as atas das reuniões do respectivo Projeto Novo Centro, bem como amplo acesso a documentos que compunham respectivo plano, como previsões orçamentárias, prazos de obras, dentre outros, para que fossem melhor avaliados. Certamente, a nível de conteúdo do plano, o fato de não se mensurar nele, mecanismos de controle e avaliação, mas somente composição estrutural e objetivos, torna-o deficitário no momento de se buscar executar uma boa avaliação qualitativa.

Vale mencionar que há anos o Centro de Fortaleza não passava por nenhum período ou processo de organização dos ambulantes e camelôs. O último semelhante datava de anos, e isso certamente era um fator agravante da problemática que assolava e ainda assola o núcleo central daquela região. Isso devido a proliferação exacerbada de comerciantes informais que como fosse, alugavam, compravam ou apropriavam-se de espaços públicos, com a conivência mesmo que omissa do governismo municipal.

O Projeto Novo Centro veio para buscar solucionar esse problemática, mesmo que em determinada fatia do núcleo central da capital, tendo como pano de fundo, no tocante ao comércio informal, o reordenamento dos camelôs que ali trabalhavam, a se destacar, até pelo lócus do nosso estudo, as ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso, já que poucas outras ruas também participaram desse processo, como a Barão do Rio Branco e General Sampaio.

Esse reordenamento que resultou na saída de um número considerado de camelôs para outros locais, como o Feirão São Paulo por exemplo, citado no estudo, cominado com um processo de obras nesse mesmo espaço, fez com que houvesse certamente nesse lócus, uma limpeza visual com ares de embelezamento, ao final de todo o ciclo. Apesar que diretamente o objetivo não fosse esse, mas indireta ou veladamente acabara sendo.

A pesquisa avaliativa, apesar de toda a sua complexidade, pôde trazer ao pesquisador diversos aprendizados, como também descobertas. E isso foi fruto sobretudo de um conjunto de técnicas que foram usadas durante esse processo, tais como entrevistas, aplicação de questionários e a própria vivência do pesquisador, que viveu in loco todo esse processo.

Destaca-se dentro das limitações da pesquisa a impossibilidade de se ouvir o presidente da CDL, por convicções pessoais e políticas; ausência essa que foi tentada ser sanada através de buscas e análises de falas do mesmo em instrumentos de caráter aberto e público, como jornais e blogs e sítios eletrônicos. Mas o segmento não foi ausente de representantes, pelo contrário, os dois membros que faziam formalmente parte do projeto foram ouvidos e tiveram como dar as suas importantes contribuições enquanto representantes de sua categoria.

Uma constatação importante sobre o Projeto Novo Centro, foi a de como os sujeitos envolvidos avaliavam o resultado final desse plano. A surpresa deu-se que em regra, a maioria do percentual de cada categoria envolvida, julgou o resultado final como bom ou satisfatório. A divergência deu-se apenas na definição de qual categoria foi a que mais se beneficiou ao final. Apesar das outras categorias terem citado a dos camelôs como a de maiores beneficiados, os mesmos não se julgavam como maiores agraciados, mas sim os lojistas.

A maioria percebeu a criação do quiosque fixo, determinando um espaço único e legal ao camelô, como um avanço. Para os lojistas houve um disciplinamento formal do espaço público. Fiscais acreditam que assim os camelôs puderam conseguir trabalhar com mais dignidade e mais segurança jurídica. Os agentes da Regional julgaram como uma experiência bastante exitosa o resultado final do processo. Já camelôs alegam o tamanho pequeno do equipamento, e o fato da reforma terem contribuído para a diminuição das suas vendas.

A percepção de espaço público também foi bem ressaltada, haja vista que para Fiscais da Agfis e servidores públicos da Regional; com a reorganização dos camelôs e a criação dos quiosques, preservou-se o interesse público de lojistas, camelôs e principalmente dos cidadãos que por ali transitam. Lojistas aprovaram o resultado final, pela defesa que agora podem ser vistos e

o cidadão melhor transitar nas ruas. Já camelôs em sua maioria acharam o resultado final bom, mas ressalta-se que uma parcela considerável julgou ser como melhor a situação de antes, aonde se tinha mais camelôs, o espaço era maior para se negociarem, sem regras ou fiscalizações, e se imperava o sentimento de que aquele quinhão de espaço público era seu, um pertencimento de apropriação do público pelo privado, e já agora, isso não ocorreria.

Constatou-se que para aqueles que foram excluídos do processo, no caso, perderam seus locais de trabalho, e tiveram que ser deslocados para o Feirão São Paulo ou apenas dispostos a sorte que lhe aprouveram. Os julgamentos quanto ao resultado do Projeto Novo Centro não foram exitosos. Primeiro porque os que lá ficaram reclamavam da pouca assistência da Regional Centro para com eles, bem como de promessas não cumpridas, e não só isso, da denuncia dos mesmos de que próprios colegas estavam voltando aos quiosques novos por meio de aluguel e compra dos mesmos.

Esse fato, apesar de lamentável, merece destaque, porque evidencia dois pontos que o trabalho investigativo analisou e tomou por conclusão. O primeiro relata a falta de organização e perspectiva do próprio Projeto Novo Centro, porque o deslocamento dos camelôs excedentes para o Feirão, não foi algo pensando e planejado desde o início, pelo contrário, foi fruto de se compensar um problema que surgiu e precisava ser “resolvido” naquele momento, não á toa, o Feirão São Paulo tornou-se um elefante branco, sinônimo de fracasso e desperdício de dinheiro dos cofres públicos.

O outro ponto, refere-se a uma das metas que o Projeto Novo Centro buscou alcançar, que seria a de acabar ou coibir a venda e aluguel de espaços públicos. Infelizmente, como dito em parágrafos, o fato de não se ter mecanismos de controle avaliativos do projeto, atrelado a ineficiência fiscalizatório, as velhas práticas não só continuam, como se fortalecem, agora através de negociatas em equipamentos públicos novos e certamente mais valorizados.

É verdade que durante todo o ciclo de planejamento e execução do Projeto Novo Centro o viés democrático, travestido de reuniões e ações com todos os sujeitos envolvidos, imperou por todo o processo. Mas ficou bem claro durante todo esse percurso que duelavam duas forças políticas e econômicas

antagônicas, no caso os lojistas, representantes do comércio formal, com os camelôs, representantes da informalidade comercial. E buscando equilibrar essas forças, a Prefeitura representada pelos servidores da SERCE.

Esse duelo de forças, algumas vezes mais evidentes, outras mais imperceptíveis, prolongou-se do início ao término de todo o processo. Ficou claro durante as entrevistas que somente uma sugestão dos camelôs foi acatada, e isso muito mais por erro, não assumido, de servidores da Regional centro. No caso, com a instalação dos quiosques, percebeu-se que o sol ou a chuva, danificavam as mercadorias e eram desgastantes para os camelôs, que pleitearam uma espécie de cobertura sobre os quiosques, sendo que eles mesmos iriam arcar com tais despesas, que mesmo sobre o descontentamento dos lojistas, foi aprovado pela SERCE.

E aí, destaca-se que nenhuma outra sugestão foi acatada por parte dos camelôs. Diferente situação para com os lojistas, que puderam opinar na aprovação dos quiosques, tamanho, material, posicionamento, distância e até, pasmem, no que poderia ser vendido. Os lojistas chegaram a sugerir a proibição de venda de óculos, há que se destacar que o presidente da entidade que os representa, é do ramo de óculos e relógios, com diversas lojas pelo centro e em todo o estado.

Claramente, ficou evidenciado que no duelo de forças políticas e econômicas entre lojistas e camelôs no Projeto Novo Centro, temos a clara certeza que se pudéssemos eleger um vencedor seria a dos lojistas, por dezenas de razões. A questão da aceitação das sugestões é uma delas, a restrição ao que se poderia vender nos quiosques seria outra. Mas certamente a principal, revela-se como objetivo velado desde o início. Com a melhoria estrutural das ruas citadas, melhorou-se as lojas, que agora passaram a ser mais visíveis, notadas, e foram beneficiadas com a valorização indireta de seus pontos comerciais, além de elevarem suas vendas e conseqüentemente seus lucros.

Com o escopo de contribuição, apontamos algumas sugestões pertinentes para solucionar algumas das falhas encontradas no Projeto Novo Centro: criar uma comissão de monitoramento e avaliação do projeto com representatividade para todas as categorias envolvidas; transparência com a divulgação trimestral dos camelôs cadastrados e os que por ventura venham a

perder seus quiosques; cadastro de reserva de camelôs que não foram selecionados no processo anterior, mas possam estar aptos em caso de surgimento de nova vaga; aumento de rotinas de fiscalização para coibir venda e aluguel de quiosques; promoção de parcerias entre lojistas e camelôs para que esses possam progredirem buscando melhorias profissionais; realizações periódicas de enquetes para analisar o grau de avaliação dos pedestres e consumidores para com o plano de ação.

Tais considerações citadas acima, se implementadas, certamente sanariam os erros e falhas oriundas desde o nascedouro até a fase de execução do projeto; e quem sabe, tornando-o um modelo de referência de projeto exitoso de política pública de ordenamento urbano municipal. As mesmas merecem reflexões, principalmente, por parte dos gestores e servidores da prefeitura municipal, além das demais categorias que permeiam o projeto.

Consideramos que todos os dados levantados, as informações obtidas e os resultados apresentados a partir desta avaliação em profundidade, puderam demonstrar e retratar a realidade, e que assim, possam ser úteis para a melhoria da situação vigente.

REFERÊNCIAS

- ABUL-EL-HAJ, Jawdat. **A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará**. São Paulo: Annablume, 2000.
- ABUL-EL-HAJ, Jawdat. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**. Bauru: Praxis, 2013.
- AÇÃO NOVO CENTRO. **Projeto de Requalificação de fachadas – Área Piloto: Praça do Ferreira**. Fortaleza: Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, 2001.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões de precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.
- ALVES, Giovanni. **O Novo e Precário Mundo do Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- AMBULANTES. **BLOG DA CDL**. Disponível em: <https://blog.cdifor.com.br/institucional/pesquisa-deve-mapear-ambulantes-centro/>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- ANTUNES, Raimundo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1998.
- ANTUNES, Raimundo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do mundo do trabalho. Editora Boitempo. São Paulo. SP. 1999
- ARENDT, Hanna. **As esferas pública e privada**. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça: reminiscências**. 2º ed. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1992
- BACHELARD, Gaston. **Filosofia do Novo Espírito Científico**. Portugal: Editorial Presença: Brasil, Livraria Martins Fontes, 1976.
- BARREIRA, I. “Pensamento, palavras e obras”, in PARENTE, J. & ARRUDA, J. M. (org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez. 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BONFIM, W. L. de S. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002.

BORDIEU, Pierre. **Sobre o Poder Simbólico**, Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2004

BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (Organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

CACCIAMALI, M. Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e Sociedade. N. 14. São Paulo. 2000.

CACCIAMALI, M. Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: USP/IPE/FEA, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Espaço-Tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Alba M. Pinho de. **O ofício da pesquisa em tempos contemporâneos: a ousadia da construção teórica e da criação de vias metodológicas**. In: ALVES, G; FEITOSA, J. B. S. (org.) Métodos e técnicas de pesquisa para o mundo do trabalho. Bauru: Canal 6, 2014.

CARVALHO, Alba M. Pinho de; Milanez, Bruno & Guerra, Eliana. **Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017)**. In: R. M. R (org.). *Tramas para a Justiça Ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CARVALHO, Alba M. Pinho de; GUSSI, A. F. Mesa Redonda: **Perspectivas contemporâneas em avaliação de políticas públicas**. In: Seminário MAPP, 2011, Fortaleza. Palestras [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

CARVALHO, Alba M. Pinho de. **Tú me ensinas a fazer renda que eu te ensino a namorar: Tecendo fios nas descobertas do mundo nosso de cada dia – reflexões sobre o ofício da pesquisa**. Ed. Mimeo. São Luís – Maranhão. 2004.

CARVALHO, Alba M. Pinho de. **Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI**. In: SOUSA, F. J. P. (org.). Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: Edições UFC, 2010

CARVALHO, Alba M. Pinho de **O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica**. In: BAPTISTA, M. M. (ed.). Cultura: metodologias e investigação. 3 ed. Ver o Verso Edições Ltda e Autores, PT. Coleção Cultura Portuguesa – Declarações Latino-Americanas. 2009.

CARVALHO, Alba M. Pinho de. **Transformações do estado na América Latina em tempos de ajuste e resistências: governos de esquerda em busca de alternativas**. In: CARLEIAL, A. N. (org.) **Projetos nacionais e conflitos na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, Edições UECE, UNAM, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. R. V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

CASTELLS, M. (1978) [1972]: **La Cuestión Urbana**. México: Siglo Veintiuno. 1978.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COSTILLA, Lúcio Oliver. **Transformações do Estado e da sociedade civil na América Latina**. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.). América Latina: transformações econômicas e políticas. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

COUTINHO. Carlos Nelson. **Sem democracia não há socialismo e sem socialismo não há democracia**. Revista Caros Amigos, São Paulo. Entrevista concedida a Hamilton Octávio de Souza, Renato Pompeu, Tatiana Merlino e Marcelo Salles. 2010

COUTINHO. Carlos Nelson **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO. Carlos Nelson. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. NOGUEIRA, M. A. (org. e tradução). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá São Paulo: Xamã, 1996.

COSTILLA, Lucio Oliver. O Estado Latino-Americano perante a mundialização do capital. **Revista de Ciências Sociais/UFC**, volume 28, número 1. 1997. Processos culturais e práticas políticas. Fortaleza/ CE, UFC.

COSTILLA, Lucio Oliver. **Teoría social y categorías analíticas sobre el Estado capitalista**, en el estudio de los movimientos sociales y los proyectos políticos. Cidade do México: UNAM. 2004.

COSTILLA, Lucio Oliver. Um Gramsci para o século XXI. **Revista de Ciências Sociais**. Universidade Federal do Ceará, v. 35, n 2, 2004.

DALBOSCO, Eduardo; KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins. Os desafios de compreender o trabalho informal. Ser Social. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB**, Brasília, n.5.1999.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza/CE (1975 a 1995)**. 1995. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000741374>.

DESEMPREGO. **Agência de notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>. Acesso em 28 jan. 2020.

DURÃES, B. **Camelôs globais ou tecnologias: novos proletários da acumulação**, Salvador: EDUFBA, 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Prefácio: José de Souza Martins. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos, DRUCK, Graça., AMARAL, Manoela Falcão do. **O conceito de informalidade: problema ou solução – um exercício de aplicação empírica dos conceitos**. Salvador: Caderno CRH, vol. 17, n 41, 2004, p. 211-229.

FREDRICH, Olga Maria B. de Lima. **Algumas Reflexões sobre a Geografia Urbana no Brasil**. In: Encontro Nacional de Geógrafos (SESSÕES DIRIGIDAS), 3. Fortaleza: Anais [...]. Fortaleza, 1978, p. 23-29.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: o risorgimento, notas sobre a história e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002b.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: literatura. Folclore. Gramática. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002c.

GOMES, P. C. C. **Espaços públicos**: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. *In*: CASTRO. I. E; GOMES. P. C. C; CORRÊA, R. L. (org.). Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

HARVEY, David. **A experiência do tempo e espaço**. *In*: Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. London/New York: Verso, 2012.

HARVEY, David. **O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou**. 2013

HARVEY, David. (1978): **La Geografia de la acumulacion capitalista**: una reconstrucción de la teoria marxista. *In*: GARCIA, M.D. (ed.). La Geografia Regional Anglosajona. Bellaterra: Universidad Antonina de Barcelona.

HARVEY, David. (1982): **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Espaço & Debates. São Paulo: Cortez, ano II, n. 6, jun-set, pp. 6-35.

HARVEY, David. (1985): **The Geopolitics of Capitalism**. *In*: GREGORY, D. e URRY, J. (ed.). Social Relations and Spatial Structures. Londres: Mac Millan, Cambridge.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o Breve Século XX: 1914 – 1991. Companhia das Letras 1994. São Paulo.

HOLANDA, Carlos. **"É o desejo de muitos, inclusive o meu"**, diz Eunício sobre candidatura do MDB à Prefeitura de Fortaleza. O Povo, 4 jun. 2020. Caderno Notícias. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/06/04/e-o-desejo-de-muitos--inclusive-o-meu---diz-eunicio-sobre-candidatura-do-mdb-a-prefeitura-de-fortaleza.html>. Acesso em: 15 fev. 2020.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. Tradução de Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21 ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

INFORMALIDADE, Taxa de. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editoariais/negocios/online/ceara-tem-a-5-maior-taxa-de-informalidade-do-brasil->. Acesso em 17 fev. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. M. Rosa. São Paulo: Martins Fonte, 2003.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003a.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945 -1960)**. São Paulo: AnnaBlume, 2003b.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **A Ciência Responde à Desordem**: Transformações Urbanas em Fortaleza durante o Século XIX e Início do Século XX. 148f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador). 1993.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia Informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil Documento de trabalho n.04).

LAMARCHE, F. **Property development and the economic foundations of the urban question**. In: PICKVANCE, C.G. (ed.): *Urban Sociology: critical essays*. Londres: Tavistock Publications. 1977)

LALANDA, Piedade. **Sobre a Metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. *Análise Social*. Lisboa: ICS, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução do grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l’ espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev/2006

LEFEBVRE, Henri. (1972) [1970]: **La Revolución Urbana**. Madrid: Alianza.

LEFEBVRE, Henri (1976) [1972]: **Espacio y Política**. Barcelona: Península.

LEFEBVRE, Henri (1973): **A Re-Produção das Relações de Produção**. Porto, Escorpião (1ª parte de *La Survie du Capitalisme*). Paris: Anthropos.

LEFEBVRE, Henri. (1991) [1974]: **The Production of Space**. Oxford (R.U.) e Cambridge (EUA): Blackwell.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes. 1981

Marinho, E. & Mendes, S. **The impact of government income transfers on the brazilian job market'**, *Estudos econômicos*. 2013

Maricato, Ermínia. “Os mutirões de São Paulo e reforma urbana — Entrevista”. **Revista Proposta FASE**, ano XII, n. 35, 1987.

MARKUSSEN, Ann R.; **Região e Regionalismo: um enfoque marxista**; *In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*; Ano 1, n. 2, maio de 1981, p. 61-99.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico e outros textos escolhidos**/Karl Marx: seleção de textos de José Arthur Gianotti; traduções de José Carlos Bruni et al, 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 10 ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Portugal, Presença, 1974, vol. 1, p. 62.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, vol. 1, p. 404)

MÉSZÁROS, István. **Ir além do Capital**. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MINAYIO, M. C. **Da inteligência artificial ao pensamento complexo: desafios da ciência e da sociedade contemporânea**. *Política & sociedade*. São Paulo. v. 19, p. 41-56, out. 2011.

MELUCCI, ALBERTO. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MONTESSORO, C. C. L. **Centralidade urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO**. 2006. 384f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Faculdade de ciências e tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

NAKATINI, Paulo; Souza, S. de, Mauricio. **Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil**. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, vol. VIII, núm. 2, 2002, pp. 265-290 Universidad Central de Venezuela, 2002.

NIREZ, Miguel Angelo de Azevedo. **Cronologia Ilustrada de Fortaleza - Roteiro para um turismo histórico e cultural - 2005**.

OLIVEIRA, Francisco de; **O Estado e o Urbano no Brasil**; In: *Espaço& Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*; n. 6; jun/set-1982, p. 36 – 54; S. Paulo.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **A OIT e a Economia Informal**. 1ª edição. Lisboa. 2006.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Panorama Laboral 2011**. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2011. 144 p. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/oit/index.php>: Acesso em: 28 jan. 2020.

Park, Robert Ezra. **“A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano”**, In: Velho, Otavio Guilherme (org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 30.

PIRES, Fernando Jose (org.), Alba Maria de Carvalho, et al. **Poder e políticas públicas na América latina**. Fortaleza. Edições UFC, 2010.

POCHMANN, M. **Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil**. Centro de Estudos Econômicos e sociais FEE, Vol. 26. 1998.

POLITICA. **EI País**. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520_547352.html. Acesso em 18 maio 2021.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. 3º ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. **A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle**. In: SOUSA, Simone de (org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 162-191.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas**. – v. 1 n. 1 jan./jun – Editora Arte Escrita/MAPP/UFC. Fortaleza, CE. 2008.

PROJETO de reforma. **O POVO**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/02/36271-projeto-de-reforma-dos-calcadoes-tera-implantacao-de-camelodromo.html>. Acesso em: 02 fev. 2020.

PROJETO Novo Centro. **No olhar Digital**. Disponível em: <https://noolhardigital.com.br/tag/projeto-novo-centro>. Acesso em: 02 fev. 2020.

SANTOS, M. **A pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec. 1978

SANTOS, M. **A urbanização desigual. Petrópolis: Vozes**, 1980.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Trad. M. T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Economia Espacial**. Críticas e Alternativas. 2 ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2003

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re) produção do espaço urbano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: **o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato Dilma Roussef (2011-2014)**. Novos Estudos CEBRAP 102. São Paulo. 2015.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas - a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

TAVOLARI, Bianca. “**Direito à cidade: uma trajetória conceitual**”. *Novos estudos CEBRAP* [online]35(1), pp.93-109, 2016.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Ceará, Terra dos outros** – uma avaliação do projeto do Governo das Mudanças. Fortaleza, 1999.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro** - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

TELLES, Vera da Silva. *In*: SALIBA, Cibele (org.), *et al.* **Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TELLES, Vera da Silva. **Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos**. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 15-41, jan./jun. 2015.

THEODORO, M. **As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 762). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_762.pdf. Acesso em: 1 fev. 2020.

TOKMAN, Victor. **De la informalidad a la modernidad**. Santiago: Oficina Internacional del Trabajo, 2001.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.

VASCONCELOS, Leonardo C. **Identidade e Cultura na Modernidade. Uma análise da (re)qualificação no centro da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Monografia de Graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2004.

VILAS BOAS, R. **Quem são os donos das ruas?** (Conflitos e negociações com o comércio ambulante na gestão municipal de Luíza Erundina (1989 –1992)). *In*: *Conflitos e negociações na disputa pela cidade*. São Paulo, Pólis, 1995.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª Ed., São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

WEBER. Max. **Os tipos de dominação**. *In*: WEBER.M. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER. Max. **Sociologia da dominação**. *In*: WEBER.M. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER. Max. **The City**. New York, The Free Press, 1966

WEBER. Max. **“Conceito e Categorias de Cidades”**, *In*: Velho, Otávio Guilherme (org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 88.

WIRTH, Louis.1973. **O urbanismo como modo de vida**. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

YÁZIGI, Eduardo. **Sobre a territorialidade do trabalho de rua**. *In*: O mundo das calçadas. São Paulo: HUMANITAS/FFCH/USP, 2000.

YÁZIGI, Eduardo. **O Mundo das Calçadas – Por uma política de espaços públicos em São Paulo**. Livre Docência (Tese), São Paulo, FFLCH/USP, 1997.

ANEXO A – Questionário aplicado com os Camelôs que trabalham nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Questionário nº _____

Local da Pesquisa: Rua Guilherme Rocha () Rua Liberato Barroso ()

1. Identificação do entrevistado:

Idade: _____ anos Sexo: M () F ()

Naturalidade: _____

Bairro em que mora: _____

Estado Civil: Solteiro () Casado () Outros () _____

Possui filhos(s): Sim () Não () Quantos: _____

Escolaridade: Ensino Fund. Incompleto (), E. Fund. Completo () E. Médio Incompleto () E. Médio Completo () Graduação () Outros()

2. Atividade e Trabalho:

Quem trabalha no box? somente eu () eu e outro(s) () quantos: _____

Esse outro seria: familiar () assalariado () diarista ()

Você é? proprietário do Box () empregado () familiar do dono ()

Quanto anos trabalha como Camelô no Centro de Fortaleza? _____

Tem outra atividade formal ou informal? Sim () Não ()
Qual? _____

Já teve outra profissão? Sim () Não () Qual?

Quais os dias e horários que trabalha como camelô neste local?

—

Participa de alguma associação? Sim () Não ()

Qual? _____

Paga o INSS? Sim () Não () Há quanto tempo contribui: _____

Qual sua renda mensal como Camelô: até 1 salário mínimo () entre 1 e 3 salários mínimos () entre 3 e 5 salários mínimos () acima de 5 salários mínimos ()

3. Produtos Comercializados

Confecção (); artigos eletrônicos (); miudezas (); material escolar () outros ()

4. Outras questões

O que você achou do reordenamento dos camelôs pelo Projeto Novo Centro: excelente () bom () ruim () péssimo () Justifique:

Você prefere como está agora ou como era antes do reordenamento: antes () agora ()

Como você avalia a associação dos camelôs? Tem papel importante () não serve para muita coisa () não consigo opinar () indiferente ()

Como você avalia o trabalho da fiscalização da AGEFIS com os fiscais e auxiliares de fiscalização? excelente () bom () ruim () péssimo ()

Como você define a relação dos camelôs com os lojistas dessa mesma área? Tranquila () tumultuada () distante ()

ANEXO B – Roteiro de entrevistas aplicado com comerciantes que trabalham nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

1. Há quanto tempo você tem loja no Centro de Fortaleza? Quantas são as suas lojas?
2. O que você vende em sua(s) loja(s) e em média quantos funcionários possui?
3. Você é filiado(a) à alguma associação ou sindicato?
4. O que você achou do reordenamento dos camelôs pelo projeto Novo Centro?
5. Você acha que nesse processo os lojistas puderam ter voz: opinar, intervir ou sugerir algumas ações?
6. O que mudou para você depois desse reordenamento?
7. Para você quem mais foi beneficiado com esse reordenamento: os camelôs ou os lojistas e porquê?
8. Se você pudesse decidir: deixaria os camelôs como estavam antes ou como estão agora depois do reordenamento?

ANEXO C – Roteiro de entrevistas aplicado com Fiscais da AGEFIS que trabalham no centro.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM FISCAIS DA AGEFIS QUE ATUAM NO CENTRO DE FORTALEZA

Entrevista nº _____

1. Identificação do (a) entrevistado (a):

Idade: _____ anos Sexo: M () F ()

Naturalidade: _____

Bairro em que mora: _____

Estado Civil: Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo () Junto ()
Outros () _____

Possui filhos(s): Sim () Não ()
Em caso positivo, quantos?

Escolaridade: Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado () Mestrado em curso () Doutorado em curso? ()

2. Atividade e Trabalho:

Como você avalia o trabalho da AGEFIS como uma Agência de Fiscalização no município de Fortaleza? Justifique sua avaliação.

Há quantos anos você exerce a função de Fiscal em Fortaleza?

Exerce outra atividade de trabalho no mercado formal ou no mercado informal?
Sim () Não () Em caso positivo qual atividade?

Na sua trajetória profissional, você já teve outra profissão? Sim () Não ()
Em caso positivo, qual foi a atividade profissional exercida e por quanto tempo?

Como Fiscal, você Participa da AFIM? Sim () Não (). Em caso negativo, por que não participa?

Como você avalia o trabalho da Associação dos Fiscais Municipais de Fortaleza – AFIM? Excelente () muito bom () bom () regular () ruim () péssimo ()

O que você considera positivo no trabalho da AFIM?

E o que você acha que são pontos negativos no desempenho desta associação?

Qual sua renda mensal como Fiscal da AGEFIS: 4 salários mínimos () 5 salários mínimos () entre 5 e 7 salários mínimos () acima de 8 salários mínimos ()

3. Avaliação do Projeto Novo Centro e da Fiscalização

O que você achou do reordenamento dos camelôs pelo Projeto Novo Centro? Excelente () muito bom () bom () regular () ruim () péssimo () não tenho opinião sobre esse projeto (). Justifique sua avaliação:

Na condição de Fiscal, como você avalia a situação dos camelôs com o reordenamento do Projeto Novo Centro:

Excelente () muito bom () bom () regular () ruim () péssimo () não tenho opinião sobre esse projeto (). Justifique sua avaliação:

Na sua opinião, a situação dos camelôs, como trabalhadores informais, ela melhorou ou piorou com o Projeto Novo Centro, por que?

Como você avalia o trabalho dos Fiscais no exercício do seu trabalho junto aos camelos do centro?

Excelente () muito bom () bom () regular () ruim () péssimo () não tenho opinião sobre esse projeto (). Justifique sua avaliação:

Na sua opinião quem foi, efetivamente, beneficiado com o ordenamento do Projeto Novo Centro: (pode marcar mais de uma opção)

Camelôs () comerciantes/lojistas () Fiscalização () público consumidor que compra dos camelôs () Cidadão que anda e circula no centro (). Fale desses benefícios para diferentes sujeitos.

O que você acha do trabalho dos auxiliares da fiscalização conhecidos como “rapa” na área do centro de Fortaleza: Excelente () muito bom () bom () regular () ruim () péssimo (). Justifique sua avaliação:

Você julga que o trabalho da Fiscalização junto aos camelôs e ambulantes é: Importante () necessário () não vê resultado () só “enxuga gelo” () Por que?

Como é a sua relação como Fiscal, junto aos camelôs do Centro (pode marcar mais de uma opção):
relação de diálogo ()
relação de vigilância para punição ()
relação de esclarecimento e orientação ()
relação de ameaças permanentes o tempo todo ()

Comente essa sua autoavaliação:

Como profissional, você gosta de exercer o trabalho de Fiscal com os camelôs do centro da cidade?
Gosto muito () não gosto () só faço porque este é o meu trabalho () detesto ()
Comente sua resposta:

Considerando o trabalho dos Fiscais da Agefis, no Centro da Cidade, o que você considera aspectos positivos e dificuldades?

Poderia deixar algum outro (s) comentário(s) sobre o seu trabalho como Fiscal no Centro da Cidade:

O que você achou dessa entrevista?

Como você se sentiu ao responder as perguntas:
